

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E INSTRUMENTOS PARA PROMOÇÃO DE AÇÕES EDUCATIVAS:

O Caso de São Luís (1995-2008)

Andréa Katiane Ferreira Costa

Andréa Katiane Ferreira Costa

**PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E INSTRUMENTOS
PARA A PROMOÇÃO DE AÇÕES EDUCATIVAS:
O Caso de São Luís (1995-2008)**

Dissertação de Mestrado

Brasília
2011

Andréa Katiane Ferreira Costa

**PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E INSTRUMENTOS PARA A PROMOÇÃO DE AÇÕES
EDUCATIVAS:
O Caso de São Luís (1995-2008)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Brasília como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Linha de Pesquisa: Teoria, História e Crítica

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Elisabete de Almeida Medeiros

Brasília
2011

**PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E INSTRUMENTOS PARA A PROMOÇÃO DE AÇÕES
EDUCATIVAS:**

O Caso de São Luís (1995-2008)

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do grau de

Mestre em Arquitetura e Urbanismo

pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – UnB.

Brasília, 20 de junho de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^aDr.^a Ana Elisabete de Almeida Medeiros
Orientadora

Prof. Dr. Andrey Rosenthal Schlee

Prof. Dr. Alex Oliveira de Souza

Prof. Dr. Reinaldo Guedes Machado

Ao Pai Eterno, por todas as graças e bênçãos que continua derramando em minha vida. Aos meus pais, Antônio e Cira; à minha irmã, Adriana, e às tias Antônia e Teresinha, pelo amor e confiança incondicional, pela força e fé transmitidas em todos os momentos da vida. Ao meu cunhado, Celso, por todo o apoio; aos meus familiares e amigos de modo geral, alguns eu chamo de anjos.

AGRADECIMENTOS

Aos arqueólogos e amigos, Deusdedit Carneiro Leite Filho e Eliane Gaspar, pelo incentivo desde o primeiro momento, e pelas contribuições para a realização deste trabalho.

Aqueles que muito me apoiaram no afastamento do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão – DPHAP-MA, para a realização do Mestrado, o amigo Alan Jorge, e ainda: Ananias Martins, Mariana Sirene e Ana Cristina.

Aos grandes amigos, Mirian Nunes de Carvalho, Thiago Rodrigues Costa e Juliane Albuquerque Abe Sabbag, que são verdadeiros anjos em minha vida, pela força e contribuições.

Às amigas Carlene e Jandra, pela colaboração na organização e revisão do projeto inicial submetido ao processo seletivo para o Mestrado.

À minha orientadora, professora Ana Elisabete de Almeida Medeiros, por sua orientação segura, contribuições e paciência na realização deste trabalho.

Ao professor Alex Oliveira de Souza, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão – FAU/UEMA, e ao professor Andrey Rosenthal Schlee, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – FAU/UnB, por suas contribuições, e ao professor Reinaldo Guedes Machado.

Ao professor do curso de Sociologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Alexandre Corrêa, por seus esclarecimentos.

Ao Secretário da Cultura do Estado do Maranhão, Luís Bulcão.

A Frederico Burnett, Moraes, Carmem, Anaide e a todos os colegas de trabalho, por compreenderem a minha ausência no DPHAP-MA.

À dona Zelinda Lima, Marcelo do Espírito Santo e Luiz Phelipe Andrés, por sua atenção e disponibilização de informações.

À Superintendente da 3ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 3ª.SR/IPHAN, Kátia Bogéa, pela disponibilização de informações.

À equipe da Cogepron - Coordenação de Educação Patrimonial do IPHAN/Brasília – João Tadeu Gonçalves, Sônia Florêncio e Pedro Clerot - pela atenção e informações, e a outros profissionais da referida instituição que de alguma forma contribuíram com este trabalho.

A Michelle Pinto, da Secretaria Municipal de Turismo. À equipe da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico – FUMPH: Aquiles, Eloina, Cidvan e outros, que trabalham na referida Fundação de São Luís, pela disponibilização de informações.

Aos autores dos objetos desta pesquisa, ou seja, os instrumentos de promoção de ações educativas para a preservação do patrimônio, por alguns esclarecimentos.

Enfim, os mais sinceros agradecimentos a todos que participaram direta e indiretamente deste trabalho.

“Não tem sentido a memória apenas para guardar o passado. (...) A tarefa de preservação do patrimônio cultural brasileiro, ao invés de ser uma tarefa de cuidar do passado, é essencialmente uma tarefa de refletir o futuro”

Aloísio Magalhães

RESUMO

A dissertação “Ações Educativas e Prática Preservacionista: o caso do Centro Histórico de São Luís (1995-2008)” tem por objetivo discutir a relação entre ações educativas e práticas preservacionistas na cidade, por meio da identificação e mapeamento dos instrumentos de tais ações através dos órgãos de preservação atuantes e demais instituições afins, a partir de uma sistematização metodológica de análise dos instrumentos para a preservação, tendo por base as Cartas Patrimoniais, que são documentos nacionais e internacionais resultantes de reuniões sobre a preservação do patrimônio cultural. As Cartas Patrimoniais recomendam, desde 1931, a prática e a promoção de ações educativas, com base nos conceitos de patrimônio cultural e intervenções arquitetônicas e urbanísticas, ampliados ao longo do tempo. Dentro do universo de instrumentos em prol da preservação do patrimônio cultural identificados em São Luís - audiovisual, *folders*, cartilhas, livros, manuais, oficinas, palestras etc. –, foram selecionados, como objeto de estudo, doze instrumentos – dez cartilhas, um manual e um livro didático. O estudo revela que as relações entre ações educativas e práticas preservacionistas variam de acordo com a época, a instituição promotora, o foco, os objetivos e o público a ser alcançado. Os instrumentos para a promoção das ações educativas em São Luís geralmente têm o foco no patrimônio arquitetônico e urbano e seus elementos característicos, ou pelo menos é sempre um dos pontos de interesse das cartilhas que, em geral, são válidas enquanto informação, mas muitas vezes estão descontextualizadas de seus objetivos e do público para quem se dizem alvo.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Práticas Preservacionistas, Ações Educativas, São Luís.

ABSTRACT

The dissertation, "Educational Activities and preservation practice: the case of the Historical Center of São Luís (1995-2008)" aims to discuss the relationship between educational practices and preservationists in the city, through the identification and mapping tools such actions by preservation agencies and other agencies working from a systematic methodology for analysis of tools for preservation based on the Letters heritage. National and international documents resulting from meetings on the preservation of cultural heritage recommend Letters heritage, since 1931, the practice and promotion of educational activities based on the concepts of cultural heritage and architecture and urban interventions, expanded over time. Within the universe of instruments for the preservation of cultural heritage identified in São Luís - audiovisual, brochures, booklets, books, manuals, workshops, lectures etc.. – Were selected as the object of study, twelve instruments – ten booklets, a workbook and a textbook. The dissertation shows that relations between educational and preservation practices vary according to season, the sponsoring institution, the focus, objectives and audience to be reached. The instruments for the promotion of educational activities in São Luís have generally focused on architectural and urban heritage and its characteristic features, or at least is always a point of interest of the booklets. The booklets are generally valid as information, but are often decontextualized from their goals and the public for those who say they target.

Key-words: Cultural Heritage, Preservation Practices, Educational Activities, Sao Luis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa Brasil, Maranhão e São Luís (ANDRÉS, 1998, p.34 e BURNETT, 2002).....	55
Figura 2 – Vista do Cais da Sagração (ANDRÉS, 1998, p.20 e ANDRÉS, 2006, p.67).....	56
Figura 3, 4 e 5 – Rua Portugal, Vista Panorâmica da Rua do Giz e Igreja Desterro (ANDRÉS, 1998).	57
Figura 6 e 7 – Vista Aérea do Centro Histórico de São Luís e Praça João Lisboa (ANDRÉS, 1998).....	57
Figura 8 e 9 – Praça Benedito Leite e Rua Portugal, em 1980. Foto: Gaudêncio Cunha.	58
Figura 10, 11 e 12 – Fonte do Ribeirão, Rua do Giz e Teatro Artur Azevedo. (ANDRÉS, 1998 e 2006).	59
Figura 13, 14 e 15 – Comércio Praia Grande, Convento das Mercês e Rua do Giz. (ANDRÉS, 2006).	59
Figura 16 – Rua do Ribeirão. (GOVERNO DO ESTADO, 2010).....	60
Figura 17, 18 e 19 – Rua do Sol (GOVERNO DO ESTADO, 2010).....	61
Figura 20 – Rua Domingos Barbosa (GOVERNO DO ESTADO, 2010).	61
Figura 21 – Rua Afogados (GOVERNO DO ESTADO, 2010).....	62
Figura 22 – Rua Grande (GOVERNO DO ESTADO, 2010).....	62
Figura 23 – Rua Padre Antônio Vieira (GOVERNO DO ESTADO, 2010).	62
Figura 24 – Rua Santa Antônio (GOVERNO DO ESTADO, 2010).	62
Figura 25 – Mapa do Centro Histórico de São Luís e delimitação de áreas tombadas (ANDRÉS, 1998, p.37).	63

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Práticas Preservacionistas e Ações Educativas em Cartas Patrimoniais	32
Tabela 2 – Práticas Preservacionistas e Ações Educativas no Brasil (1930-1979)	35
Tabela 3 – Práticas Preservacionistas e Ações Educativas no Brasil (1979-1990)	40
Tabela 4 – Práticas Preservacionistas e Ações Educativas no Brasil – Discussões do século XXI	43
Tabela 5 – Reuniões no Brasil – Discussões do século XXI	45
Tabela 6 – Práticas Preservacionistas e Ações Educativas em São Luís, Ações Educativas no Brasil e Recomendações nas Cartas Patrimoniais (1ª Metade do Século XX)	66
Tabela 7 – Apresentação do instrumento nº 01.....	72
Tabela 8 – Práticas Preservacionistas, Ações Educativas em São Luís, Ações Educativas no Brasil e Recomendações nas Cartas Patrimoniais. Pós-Tombamento (1970-1996).....	73
Tabela 9 – Apresentação do instrumento nº 02.....	75
Tabela 10 – Apresentação do instrumento nº 03.....	77
Tabela 11 – Apresentação do instrumento nº 04.....	79
Tabela 12 – Apresentação do instrumento nº 05.....	82
Tabela 13 – Apresentação do instrumento nº 06.....	83
Tabela 14 – Apresentação do instrumento nº 07.....	84
Tabela 15 – Apresentação do instrumento nº 08.....	85
Tabela 16 – Apresentação do instrumento nº 09.....	86
Tabela 17 – Apresentação do instrumento nº 10.....	87
Tabela 18 – Apresentação do instrumento nº 11.....	88
Tabela 19 – Apresentação do instrumento nº 12.....	89
Tabela 20 – Práticas Preservacionistas, Ações Educativas em São Luís, Ações Educativas no Brasil e Recomendações nas Cartas Patrimoniais. Pós-Título de Patrimônio Mundial (1997-2008)	90
Tabela 21 – Universo dos instrumentos da SPC/SECMA – Superintendência de Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura	99
Tabela 22 – Universo dos instrumentos da DPHAP-MA/SPC/SECMA – Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão/ Superintendência de Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura.....	100
Tabela 23 – Universo dos instrumentos do CPHNAM/SECMA – Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão/Secretaria de Estado da Cultura.....	102
Tabela 24 – Universo dos instrumentos do MHAM/SECMA – Museu Histórico e Artístico do Maranhão/Secretaria de Estado da Cultura	103
Tabela 25 – Universo dos instrumentos da Associação dos Amigos do Odylo por meio do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho/SECMA	104
Tabela 26 – Universo dos instrumentos da Coordenação de Patrimônio Cultural – CPC/FUNC, atual Fundação Municipal de Patrimônio Histórico - FUMPH.....	106

Tabela 27 – Universo dos instrumentos 3ª Superintendência Regional do IPHAN – 3ª SR/IPHAN.....	108
Tabela 28 – Universo dos instrumentos da Secretaria Municipal de Turismo – SETUR Municipal	111
Tabela 29 – Universo dos instrumentos da Secretaria de Turismo do Maranhão/Secretaria de Cultura – SETUR-MA/SECMA	112
Tabela 30 – Tabela para levantamento geral dos instrumentos e ações educativas em São Luís.....	202
Tabela 31 –Tabela com levantamento e análise dos instrumentos em prol da preservação do patrimônio cultural e arquitetônico de São Luís.	203
Gráfico 1 – Percentual de publicações antes e depois de São Luís receber o Título de Patrimônio Mundial.....	173
Gráfico 2 – Percentual de publicações nas três esferas de governo em São Luís.....	175
Gráfico 3 – Percentual de publicações voltadas para determinadas áreas do Centro Histórico de São Luís.....	176
Gráfico 4 – Percentual de publicações voltadas para cada público.....	177
Gráfico 5 – Percentual de publicações com relação a linha de abordagem.....	178
Gráfico 6 – Percentual de publicações voltadas para determinada dimensão do patrimônio.....	179

SIGLÁRIO

3ªSR/IPHAN – 3ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ceduc – Coordenação de Educação Patrimonial

CEF – Caixa Econômica Federal

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão

CNRC – Centro Nacional de Referências Culturais

CPC/FUNC – Coordenação de Patrimônio Cultural do Município da Fundação Municipal de Cultura

CPHNAM – Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DAF – Divisão de Articulação e Fomento

DCR – Divisão de Conservação e Restauração

DEPR – Divisão de Estudos, Pesquisas e Referências

DPE – Departamento de Projetos Especiais

DPHAP-MA – Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão

EA – Educação Ambiental

EP – Educação Patrimonial

FUMPH – Fundação Municipal de Patrimônio Histórico

I CNPG – I Convenção Nacional da Praia Grande

I FNPC – I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural

IFMA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Laboep/UFF – Laboratório de Educação Patrimonial da Universidade Federal Fluminense

MHAM – Museu Histórico e Artístico do Maranhão

MinC – Ministério da Cultura

ONU – Organização das Nações Unidas

PNPC – Política Nacional de Patrimônio Cultural

PPRCHSL – Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís

PRODETUR – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa

SECMA – Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão

SEDUC – Secretaria de Estado da Educação do Maranhão

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SETUR – Secretaria Municipal de Turismo

SETUR-MA – Secretaria de Turismo do Maranhão

SNPC – Sistema Nacional do Patrimônio Cultural

SPC – Superintendência de Patrimônio Cultural

SPHAN – Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979)

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937)

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UNESCO – *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization*

VALE – Companhia Vale do Rio Doce

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	VI
RESUMO.....	IX
ABSTRACT.....	X
LISTA DE FIGURAS.....	XI
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS	XII
SIGLÁRIO.....	XIV
SUMÁRIO.....	XVI
INTRODUÇÃO.....	17
PARTE I.....	23
PRÁTICA PRESERVACIONISTA E AÇÕES EDUCATIVAS – CONSTRUINDO O ALICERCE TEÓRICO	23
I.1. A PERSPECTIVA INTERNACIONAL: AS CARTAS PATRIMONIAIS.....	24
I.2. A ABORDAGEM NACIONAL.....	33
I.2.1 A Primeira Fase do IPHAN.....	33
I.2.2 IPHAN Pós-Fase Heróica e os Primórdios das Ações Educativas	36
I.3. DISCUSSÕES DO SÉCULO XXI	41
PARTE II.....	53
APROXIMANDO-SE DO OBJETO DE ESTUDO: SÃO LUÍS.....	53
II.1. ONDE, COMO E POR QUÊ?	54
II.2. A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	64
II.3. A PARTIR DOS TOMBAMENTOS	67
II.4. SÃO LUÍS PATRIMÔNIO MUNDIAL: OS TRÊS NÍVEIS DE GOVERNO	74
II.5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	93
PARTE III.....	97
SÃO LUÍS E OS INSTRUMENTOS PARA A PROMOÇÃO DAS AÇÕES EDUCATIVAS.....	97
III.1. OS INSTRUMENTOS PARA A PROMOÇÃO DAS AÇÕES EDUCATIVAS EM SÃO LUÍS	98
III.2. CONTEXTO E POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS CARTILHAS E ANÁLISES.....	116
III.3. DADOS ESTATÍSTICOS DAS CARTILHAS.....	173
III.4. DAS CARTILHAS E ENTREVISTAS POR SEUS AUTORES.....	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	190
ANEXOS	201
ANEXO I – Tabela para levantamento geral dos instrumentos e ações educativas em São Luís	202
ANEXO II – Tabela com levantamento e análise dos instrumentos em prol da preservação cultural e arquitetônico de São Luís	203
ANEXO III – Perguntas e/ou roteiro de entrevistas	207
ANEXO IV – Lista dos entrevistados, autores dos textos dos instrumentos analisados	208

INTRODUÇÃO

A relação entre a preservação do patrimônio cultural e as ações educativas encontra-se configurada desde 1931, no contexto internacional, por meio das Cartas Patrimoniais; no cenário nacional, a partir do Anteprojeto de Mário de Andrade¹; e, na cidade de São Luís, através dos irmãos Lopes², no início do século XX.

Atualmente, tal relação tornou-se mais complexa. No Brasil discutem-se os desafios e potencialidades para a construção de uma Política Nacional de Patrimônio Cultural – PNPC no tocante ao tema da Educação Patrimonial – EP. No Centro Histórico de São Luís, a relação entre a preservação do patrimônio cultural e as ações educativas reflete-se nas práticas exercidas por todas as esferas governamentais. E, em qualquer que seja a dimensão tratada, nacional ou local, assiste-se de um lado, ao alargamento do conceito de patrimônio cultural, que alcança a dimensão imaterial e, de outro lado, a consolidação do processo de redemocratização do país, que culminou com a promulgação da Constituição Federal – CF, de 1988, instrumento legal que estendeu direitos aos cidadãos, tornando-se um marco instituinte de políticas universalistas e legitimador da participação social na formulação e execução dessas políticas.

A participação da sociedade civil em espaços de gestão partilhada com o Estado faz com que a proteção do patrimônio rompa as fronteiras estatais e envolva também um conjunto diversificado de sujeitos sociais, exigindo, cada vez mais, ações educativas.

Ainda assim, não obstante o processo de democratização do patrimônio cultural e os avanços e embates teóricos em torno da questão, não é possível afirmar a existência de uma ação pública mais sistemática, efetiva e eficaz na elaboração de uma política de patrimônio voltada à educação e vice-versa. Passados quase trinta anos da implantação (1983) da primeira ação

1 FONSECA, 1997, p.106-116; SILVA, 2002, p.129-136.

2 LOPES, 1937; LOPES, 1975; LEITE FILHO, 1997; LOPES, 2005.

institucional de caráter educativo dirigida à preservação do patrimônio cultural, no Museu Imperial, e adotada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN³, o Brasil ainda discute os desafios e as potencialidades para a formulação de uma política nacional e para a estruturação de um sistema nacional no que concerne à temática da EP⁴. Tal discussão aponta a dimensão da ação institucional na relação entre preservação do patrimônio cultural e ações educativas, cujo alicerce teórico constitui-se, sobretudo, pelo conjunto de investimentos que a Área de Promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro do IPHAN vem desenvolvendo ao longo do tempo, por meio de diversas iniciativas locais de EP, implementadas Brasil afora.

Ao mesmo tempo em que a EP vem se tornando cada vez mais objeto de estudos e análises⁵, rumo à compreensão de sua operacionalização sob o ponto de vista político-institucional; qual é o papel atribuído ao cidadão como construtor e receptor do saber; assim como apreender as dimensões imateriais das ações educativas, é somente a partir do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio⁶, em 2009, que se tem registro de uma avaliação das ações educativas desenvolvidas; ou seja, até então, não existem levantamentos e avaliações sistematizadas realizadas sobre os instrumentos utilizados nos processos educativos.

Diante do exposto, o objetivo do presente estudo é discutir a relação entre as ações educativas e a prática preservacionista em São Luís. Para tanto, “Ações Educativas e Prática Preservacionista: o caso do Centro Histórico de São Luís (1995-2008)” se

3 IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que nasceu como SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1936 (em fase experimental) e em 1937 (de fato); passou a se chamar DPHAN - Departamento em 1946; se transformou em IPHAN - Instituto em 1970; SPHAN - Secretaria em 1979; SPHAN - Subsecretaria em 1981; voltou a ser Secretaria - SPHAN em 1985; foi extinto pelo governo Collor em 1990; em 1994 foi criado o IBCP – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural e voltou a se chamar IPHAN. (FONSECA, 1997, p.25 MEDEIROS, 2002).

4 Relatório Síntese do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br/portalFcdAnexo.do?id=1380>>.

5 Ver: ASSUNÇÃO, 2007; CASCO, 2009; HORTA, 2009; LIMA FILHO, 2006; MELO 2007; Relatório Síntese do I FNPC, 2010; SANTOS, 2007; SEGALA, 2009; SOARES, 2010.

6 Casas do Patrimônio – espaços que têm como finalidade promover o diálogo entre o IPHAN e a sociedade, utilizando como recurso exposições, oficinas, debates e outras atividades relacionadas ao tema. Colocadas como principal eixo para consolidação das Políticas de EP, no I FNPC, a primeira Casa do Patrimônio começou a funcionar em Iguape, no Vale do Ribeira-SP, no dia 13 de abril de 2009. Ver: Relatório, 1ª Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, 2008 e Relatório Síntese do I FNPC, 2010.

prontifica a identificar e mapear os instrumentos de ação educativa produzidos por órgãos de preservação da cidade e afins para, em seguida, propor um sistema metodológico de análise dos mesmos, tendo por alicerce a leitura das Cartas Patrimoniais.

As Cartas Patrimoniais são documentos nacionais e internacionais resultantes de reuniões sobre a preservação do patrimônio cultural, que desde 1931, recomendam a promoção e a prática de ações educativas pautadas em conceitos de patrimônio cultural e intervenções arquitetônicas e urbanísticas que se constroem, reconstroem ou desconstroem ao longo do tempo. Recomendam ainda a prática de ações educativas através do ensino formal e não formal, por meio da divulgação e informação para a conscientização. Sugerem também os diversos meios para fazê-lo, como televisão, rádio, imprensa, manuais, folhetos, livros, *folders*, material para exposição permanente, temporária ou itinerante, periódicos, filmes, artigos de revistas e jornais, programas, projetos, oficinas e seminários utilizados como instrumentos de ações educativas.

Todavia, paralelamente ao uso de tais instrumentos nas variadas formas de ações educativas e a despeito do fortalecimento da dimensão imaterial do patrimônio cultural e dos avanços dialéticos na compreensão das ações educativas, o Brasil continua a vivenciar o desafio de preservar um patrimônio cultural em “pedra e cal” socialmente construído, a partir de uma perspectiva essencialmente arquitetônica. E é nesse contexto, de uma de dimensão material imóvel do patrimônio e da falta de análise dos instrumentos de ação educativa que se coloca a questão: como situar a relação entre prática preservacionista e ações educativas por meio da análise dos instrumentos de ação educativa utilizados em São Luís?

O primeiro aspecto motivador da escolha do Centro Histórico de São Luís como recorte espacial, onde se evidenciaram problemas como a degradação de imóveis e do sítio histórico, e a fragilidade dos mecanismos e instrumentos de fiscalização aplicados, se deve a trajetória profissional no Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão – DPHAP-MA. O segundo aspecto, de caráter menos pessoal, é a condição da cidade de São Luís como patrimônio estadual,

federal e mundial. Por fim, a lacuna observada no que diz respeito ao levantamento e análise das ações educativas voltadas para a prática preservacionista na referida localidade configurou-se como terceiro fato motivador da escolha do objeto de estudo⁷.

A relevância do tema consiste em sua atualidade, posto que inseriu-se nos debates recentes as potencialidades e os desafios para a formulação de uma política nacional com relação à temática da EP – política que tem sido apresentada como um dos instrumentos em defesa da preservação do patrimônio cultural. Trata-se de uma ação estratégica de preservação enquanto campo de possibilidades a ser explorado. O assunto encontra-se destacado em trabalhos acadêmicos, mas não a partir da abordagem proposta.

Do variado leque de recursos de informação - audiovisual, *folders*, cartilhas, livros, manuais, oficinas, palestras etc. –, identificados como instrumentos de promoção de ações educativas para a preservação do patrimônio cultural de São Luís, elegeram-se, como objeto de estudo, doze instrumentos, considerando o potencial de tal material para um trabalho comparativo-analítico, e o fato de ainda não terem sido estudados. Trata-se de um conjunto de artefatos, de caráter heterogêneo e desconectados entre si, que não raro, apresentam-se como ações pontuais, reveladas em universos distintos. Demarca-se, assim, o objeto de estudo, cujos recortes espacial e temporal de atuação é o Centro Histórico de São Luís, entre os anos de 1995 e 2008, período que coincide com a publicação do primeiro e do último instrumento de ação educativa na capital maranhense. Pretende-se, a partir do objeto de estudo e conforme uma abordagem arquitetônica, situar a relação entre preservação do patrimônio cultural e as ações educativas, e em que medida as recomendações das Cartas Patrimoniais encontram-se refletidas na referida relação.

7 Foram encontrados alguns trabalhos acadêmicos sobre a EP em São Luís, mas percebeu-se uma lacuna quanto ao levantamento geral dos instrumentos e ações dos órgãos nas três esferas de governo, que incluísse inclusive os primeiros instrumentos e ações, geralmente ignorados, assim como as cartilhas educativas. Ver monografias defendidas no curso de turismo, “Educação Patrimonial de São Luís: estudo sobre a atuação dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural de São Luís,” (ASSUNÇÃO, 2007); “Educação Patrimonial em Museus como recursos de identidade e memória.” Nesse trabalho a EP foi trabalhada na perspectiva da valorização e utilização do patrimônio cultural com base nos museus, na memória e na identidade. Voltados especialmente para os saberes e fazeres, do universo da Superintendência de Cultura Popular do Estado. (MELO, 2007); e a dissertação de mestrado “Educação Patrimonial no Centro Histórico de São Luís,” que fez uma análise sociológica do patrimônio cultural e práticas educativas no projeto de EP do bairro do Desterro, entre 2004-2006. (SOARES, 2010).

Para tanto, a Dissertação apresentada divide-se em cinco partes, a saber: Introdução; Parte I - Prática Preservacionista e Ações Educativas – Construindo o alicerce teórico; Parte II - Aproximando-se do Objeto de Estudo: São Luís do Maranhão; Parte III - São Luís e os Instrumentos para a Promoção de Ações Educativas; e Considerações Finais.

Na Parte I – “Práticas Preservacionistas e Ações Educativas – Construindo o Alicerce Teórico” –, o estudo destaca a percepção da ampliação do conceito de patrimônio do monumento isolado à dimensão urbana e imaterial; e as práticas preservacionistas e ações educativas em Cartas Patrimoniais no contexto internacional e nacional. Aborda, em síntese, as principais fases da política patrimonial no Brasil, chegando aos anos 1980 com o início das experiências de EP para a preservação, situando-se ainda no tempo presente, onde aponta conceitos e embates da contemporaneidade.

A Parte II - “Aproximando-se do Objeto de Estudo: São Luís” –, enfatiza uma breve apresentação da cidade; entende a relação, no contexto local, entre preservação do patrimônio cultural e ações educativas desde a primeira metade do século XX até o ano de 2008; esclarece ainda a respeito dos procedimentos utilizados para a análise das ações educativas visando a preservação do patrimônio cultural: o levantamento, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e empírica, das ações existentes.

Na Parte III - “São Luís e os instrumentos para a promoção das ações educativas” –, o estudo traz à tona o levantamento geral dos instrumentos de promoção das ações educativas de caráter preservacionista, realizadas no Centro Histórico da referida localidade, a partir do reconhecimento de tais ações por instituições da administração pública; contextualiza a cartilha em relação às ações nas quais estão associados os respectivos momentos da gestão; analisa e reflete sobre os conceitos e concepções de preservação e ação educativa presentes nos doze instrumentos, estabelecendo diálogos com as orientações das Cartas Patrimoniais; define critérios para a promoção de uma categorização dos universos de atuação. A Dissertação permite, a partir da construção de critérios, a visualização das relações de preservação em sítios tombados, por meio da análise das cartilhas de EP, contribuindo, assim, com outros pesquisadores que trabalham o mesmo tema.

Na Parte - “Considerações Finais” –, tem-se um balanço geral da trajetória do patrimônio cultural nas Cartas Patrimoniais, da sua dimensão de monumento isolado até o imaterial; de suas práticas preservacionistas e ações educativas; das discussões atuais no país; das relações que vêm se estabelecendo entre ações educativas e práticas preservacionistas em São Luís e, de que modo os instrumentos, enquanto objeto de estudo da presente dissertação, estão inseridos nessas relações.

PARTE I

**PRÁTICA PRESERVACIONISTA E AÇÕES EDUCATIVAS – CONSTRUINDO O
ALICERCE TEÓRICO**

I.1. A PERSPECTIVA INTERNACIONAL: AS CARTAS PATRIMONIAIS

Diante da necessidade da discussão de questões voltadas à preservação do patrimônio frente ao processo de modernização das cidades – consequência da Revolução Industrial –, profissionais e pesquisadores, atuantes na área da preservação patrimonial, organizaram encontros mundiais em diferentes épocas. Tais encontros deram origem às Cartas Patrimoniais⁸, em 1931, que são documentos que permitem o acompanhamento da ampliação da idéia de preservação do patrimônio e dos variados temas que envolvem as práticas preservacionistas, bem como os seus reflexos na contemporaneidade. Trata-se de normatizar e uniformizar as ideias acerca da preservação.

Ao longo do tempo, percebeu-se que o patrimônio transpõe a dimensão de monumento isolado, a fim de alcançar a dimensão urbana e imaterial. Nota-se nas práticas de preservação, um avanço gradativo que acompanhou a evolução do conceito de patrimônio, do tombamento ao registro. As práticas educativas para a preservação emergem e se expandem no referido contexto como contribuição à preservação visando a divulgação, a informação, a conscientização, a sensibilização e o diálogo. Trata-se de ações, programas e projetos que, atualmente, pretendem transformar-se em Políticas Culturais preocupadas em inserir a população em um processo de apropriação do patrimônio voltado à formação de cidadãos críticos e autônomos.

O ponto de partida das Cartas Patrimoniais deu-se em Atenas, em 1931, quando a noção de patrimônio resumia-se à dimensão de monumento nacional isolado, de caráter excepcional, com valor histórico e artístico, restrito à “pedra e cal”. As orientações sobre práticas preservacionistas, contidas em tal documento, recomendavam a conservação e uso dos monumentos, desde que os imóveis fossem respeitados e suas funções mantidas, preservando, assim, seu caráter histórico e/ou artístico e a harmonia com o entorno.

8 Entretanto somente na década de 1950, logo depois da 2ª Guerra Mundial, quando muitas cidades precisaram ser reconstruídas, e a partir da criação da ONU – Organização das Nações Unidas - e UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura -, que a preocupação com os bens culturais se intensificou. Como reflexo daquele contexto, foi garantida a continuidade dos encontros internacionais e nacionais que discutem as transformações do patrimônio cultural e conseqüentemente o futuro das cidades. (CHOAY, 2006; IPHAN, 2004 e MEDEIROS, 2002).

A carta em comento apontava o interesse da população como elemento fundamental para o processo de conservação dos monumentos, recomendando o estímulo ao sentimento de respeito e interesse pelos bens patrimoniais, desde a infância, na escola, por ação do Estado, visando proteger “os testemunhos de toda a civilização.” (IPHAN, 2004, p.17). Todas as cartas que se seguiram, exceto a de Atenas, em 1933, evidenciaram a educação – no que tange ao patrimônio – como um meio de transmitir conhecimentos e valores a serem apreendidos pela população.

O Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM, em 1933, posicionou o valor patrimonial das cidades em favor da pessoa, sugerindo a escolha de exemplares de edifícios isolados com “maior significado” a serem conservados para a posteridade. (IPHAN, 2004, p. 13-68). O patrimônio foi entendido como algo museal, bens intocáveis de caráter monumental, restrito ao reconhecimento da dimensão edilícia. A Carta defendeu a renovação urbana baseada nas funções do cotidiano e nas necessidades do indivíduo – habitação, circulação, trabalho e lazer. As ações educativas ficaram restritas ao repasse de conhecimentos que deveriam ser absorvidos na escola, visando “inculcar valores.”

A concepção de patrimônio sofreu sua primeira grande expansão a partir da Carta de Veneza, em 1964 - “Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios”, em que foram incluídos sítios como testemunhos de civilizações passadas e as construções vernaculares com significação cultural⁹. No referido documento, admite-se a possibilidade de adaptação de imóveis e lugares para novas funções, resguardando as configurações essenciais dos mesmos e ressaltando a necessidade de utilização de técnicas tradicionais, materiais originais e o respeito aos elementos acrescentados ao monumento em diferentes épocas, nas restaurações. (IPHAN, 2004, p. 91-96). Tem-se, então, uma nova maneira de proteção, justificando a prática preservacionista também pelo seu valor de uso.

Veneza entendeu que a humanidade estava consciente do valor dos bens patrimoniais e, portanto, era responsável pelos mesmos. O referido documento continua atual, sendo adotado por diversos países, inclusive o Brasil. Os encontros subseqüentes reiteraram e, aos poucos, ampliaram tal conceito, que adquiriu novos contornos até alcançar a dimensão imaterial.

9 Valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras.

Com relação à questão educacional para a preservação, tanto a Recomendação de Nova Déli, em 1956¹⁰, quanto a de Paris, em 1968¹¹, trouxeram a expansão das práticas educativas e utilizaram, pela primeira vez em Cartas Patrimoniais, respectivamente as expressões “ações educativas” e “programas educativos”. A expressão “ações educativas” tinha como objetivo despertar e desenvolver o interesse pelo passado, sugerindo maneiras de promovê-los, como a utilização da história, a participação de estudantes, a divulgação pela imprensa, a organização de circuitos turísticos, exposições e conferências. (IPHAN, 2004, 69-74). A expressão “programas educativos” tinha o intuito de suscitar o interesse do cidadão não só pelo seu patrimônio, como também, pelo patrimônio de outros povos.

A Norma de Quito, em 1967¹², ressalta a importância do estímulo da população em defesa do patrimônio através da tomada de consciência por meio das obras de revitalização e de um programa e/ou campanha de educação cívica desenvolvido simultaneamente à execução da obra, possibilitando a formação de consciência. A Norma ainda incorpora o valor econômico e turístico ao patrimônio.

Tais documentos já trazem indícios da importância das visitas “*in loco*” para a apreciação do patrimônio de outros povos e sua apreensão. Trata-se de uma medida que estimula o turismo como ação educativa. Tais recomendações só aparecem no âmbito nacional em 1970 e 1971, pretendendo promover a preservação por meio da escola e do turismo.

No Brasil, com o Compromisso de Brasília¹³, em 1970, as ações foram descentralizadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que ofereceu orientação técnica para uniformizar a legislação nos Estados. A idéia era criar órgãos de proteção, estaduais e municipais, convocar as universidades para o desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa e inventários

10 Recomendação que definiu os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisa arqueológica.

11 Recomendação sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas.

12 Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico.

13 1º Encontro dos governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais.

de bens locais, e implantar cursos para formação de mão-de-obra especializada. Já no Compromisso de Salvador, em 1971¹⁴, recomendou-se a criação do Ministério da Cultura – MinC, e de secretarias culturais nos Estados, além de convocados os órgãos responsáveis pelo turismo com a finalidade de realizar trabalhos de valorização e divulgação do patrimônio cultural. Ambos os documentos, recomendaram que os temas sobre preservação patrimonial integrassem os currículos, conforme indicado no documento elaborado em Atenas.

No Compromisso de Brasília, de 1970, visando à formação da consciência nacional, sugeriu-se a inclusão de matérias curriculares sobre a preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico, pré-histórico, natural e cultural. Para o nível fundamental, propuseram-se noções sobre monumentos que representam a tradição nacional. Para o nível médio, via disciplina Educação Moral e Cívica. E, para o nível superior, especificamente ao curso de Arquitetura, propôs-se a disciplina “Arquitetura no Brasil”; para as escolas de Arte, a disciplina “História da Arte no Brasil;” e a disciplina “Estudos Brasileiros” para “cursos não especializados”. (IPHAN, 2004, p. 139).

Voltando ao âmbito internacional, a Carta do Restauro – Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália, de 1972, evidenciou o respeito e proteção à autenticidade dos elementos construtivos pertencentes a um bem patrimonial e ao conjunto, tanto em seus aspectos formais, quanto nos tipológicos, a fim de resguardar as características que evidenciam seu valor histórico. (IPHAN 2004, p. 167).

No mesmo ano, a institucionalização da prática preservacionista deu-se com a Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural - documento que criou a Lista do Patrimônio Mundial da *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* – UNESCO, e que se destacou por ressaltar a necessidade de uma política de proteção voltada à função social do patrimônio cultural, a exemplo do defendido em Veneza. (IPHAN, 2004, p. 178-180).

14 II Encontro de governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil.

Na atmosfera da preservação do patrimônio global, a Declaração de Amsterdã, surgida a partir do Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, em 1975, e a Recomendação de Nairóbi – Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea –, de 1976, trabalharam, respectivamente, na perspectiva da reabilitação e revitalização dos centros históricos. Assim, o ideário da prática preservacionista alcançou a política de conservação integrada promovendo o uso adequado às necessidades do mundo atual, sugerido em ambos os documentos.

Os eventos de Amsterdã e Nairóbi discutiram a proteção do patrimônio em função da vida contemporânea. Enquanto o primeiro afirmava que a conservação do patrimônio construído deveria constar no planejamento das áreas urbanas, que os municípios deveriam ser chamados a partilhar a gestão desse patrimônio e que “a reabilitação dos bairros antigos” deveria afetar minimamente a vida dos habitantes; o segundo adotou a política global de proteção e revitalização, estabelecendo o conceito de conjunto histórico ou tradicional como “o agrupamento de construções e espaços originados de assentamentos humanos que servem como testemunho material do passado”. (IPHAN, 2004, p. 219). Ambos destacaram que a reabilitação e revitalização dos bairros antigos, para sua própria sobrevivência, precisam incluir a população, através de um trabalho de sensibilização.

Ainda em relação à Recomendação de Nairóbi, este escrito atentava para os cuidados em relação às “descaracterizações dos conjuntos históricos” pelo uso indevido¹⁵, acrescentando que questões de conscientização e preservação devem ser trabalhadas por toda a educação formal e não formal, por meio de ações e instrumentos, tais como: livros, exposições, televisão, rádio, cinema, audiovisuais, visitas “*in loco*” e outros meios de comunicação, como a imprensa, por exemplo. (IPHAN, 2004, p. 217-234).

Tanto a Declaração de Amsterdã¹⁶ como o Manifesto de mesmo nome, datados de 1975¹⁷, destacaram o acervo arquitetônico¹⁸ como instrumento de valor educativo na conscientização da população; salientaram a importância do

15 Acréscimos desnecessários, alterações exageradas, enfim, todas as situações que colocam em jogo a autenticidade do bem. (IPHAN, 2004, p. 220).

16 Congresso do patrimônio arquitetônico europeu.

17 Carta europeia do patrimônio arquitetônico.

18 Valor histórico, espiritual, cultural, econômico e social.

envolvimento¹⁹ da comunidade, recordando a necessidade de discussões sobre os programas de educação patrimonial. O Manifesto também alertou para o fato de que o grau de informação deve ser maior “na medida em que os cidadãos têm o direito de participar das decisões que dizem respeito a suas condições de vida”. (IPHAN, 2004, p. 216).

Durante reunião do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, realizada na cidade australiana de Burra, gerando Carta de mesmo nome, em 1980, foram tratados conceitos como: manutenção, conservação, preservação, restauração, significação cultural, dentre outros, promovendo o entendimento de ações que preservam a autenticidade de bens patrimoniais. (IPHAN, 2004, p.247-252).

Percebe-se, com relação à preservação do patrimônio, que o deslocamento de foco – pelo menos teórico – dos bens materiais para o sujeito, já anunciava uma grande transformação desde Amsterdã, em 1975. Entretanto, tal transformação somente foi configurada na Declaração do México²⁰, em 1985, documento marcado pela dimensão democrática, que reconhecia as diversas culturas e identidades, ressaltando as dimensões histórica, social e cultural de cada sociedade como fatores de desenvolvimento.

A Declaração do México - Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais – reconheceu, além dos bens materiais, os bens imateriais como expressão da criatividade do povo, e fez referência à Declaração Universal dos Direitos Humanos, lembrando que “toda pessoa tem direito a tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, a gozar das artes e a participar do progresso científico e dos benefícios que dele resultem.” O referido documento ainda destacou a cultura como fator de fortalecimento de identidade e promotora de desenvolvimento. (IPHAN, 2004, p. 274). Assim, a prática preservacionista estendeu-se, teoricamente, a toda sociedade, exigindo do Estado uma nova postura, não mais como o único responsável pelo patrimônio, mas sim, como mediador do processo de apropriação junto à sociedade, na busca pela legitimação da política patrimonial, por meio da participação popular, no tocante à guarda e gerenciamento do patrimônio.

19 Desde o inventário até tomadas de decisões.

20 Sobre políticas culturais, reunião que reconheceu as diversas culturas e suas múltiplas identidades, como de igual valor. (IPHAN, 2004, p. 274-277).

A conferência em terra mexicana afirmou que o verdadeiro desenvolvimento depende da ampliação do significado da educação e cultura, ressaltando a importância de uma “educação integral e inovadora”, desde a informação à formação, visando o desenvolvimento de uma consciência crítica. Foi a partir de tal conferência que os bens imateriais foram reconhecidos, passando a ser considerados nas cartas posteriores. A revolução do patrimônio encontrou seu fortalecimento no Brasil com a promulgação da Carta Magna de 1988.

Em 1986, a Carta de Washington²¹ ressaltou o caráter histórico dos elementos tangíveis e intangíveis que representam a cidade; recomendou a Carta de Veneza quando das intervenções, recordando o respeito à vocação do bem quando fosse dada ao mesmo uma nova função. O documento sugeriu a sensibilização e envolvimento da população em relação às ações preservacionistas desde a idade escolar, por meio da informação.

Na década de 1990, a Conferência de Nara²², de 1994, reiterou as questões de autenticidades contidas em Veneza; afirmou que seu conceito é fundamental para o desenvolvimento de planos de conservação e restauração, assim como para o reconhecimento de uma cidade enquanto Patrimônio Mundial, citando o teste de autenticidade. Tal documento ampliou o entendimento de patrimônio cultural considerando as necessidades contemporâneas, e ressaltou que a atribuição de valores a um bem deve variar de acordo com cada cultura, anulando critérios fixos e ressaltando cada contexto cultural, apontando o patrimônio como responsabilidade primordial da população. Tem-se ainda o documento do Cone Sul²³, de 1995, que salientou os imóveis e lugares como portadores de memória cultural e simbólica, bem como a necessidade de sensibilizar a população em relação à “autenticidade do patrimônio cultural”, viabilizando o conhecimento e valorização para preservação. (IPHAN, 2004, p.281-284).

Doze anos depois de ressaltados os bens intangíveis ainda na Declaração do México, tal dimensão conquistou um tratamento especial na Carta de Fortaleza.

21 Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas. (IPHAN, 2004, p. 282-284).

22 Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial. (IPHAN, 2004, p. 319-322).

23 Documento regional do Cone Sul sobre autenticidade. Brasília-1995. (IPHAN, 2004, p. 323-328).

A Carta de Fortaleza - “Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção” –, de 1997, corroborou com as orientações emanadas das cartas anteriores no tocante aos “programas educativos” como meio de “conscientização e disseminação de informações”. (IPHAN, 2004, p. 371). Mas, somente em 2003, com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, tal dimensão foi consagrada com o instrumento do registro e seu reconhecimento “como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável”, (IPHAN, 2004, p. 371) conforme a Carta do México. Atualmente, a EP pretende tornar-se uma Política Cultural, conforme discussão realizada, em 2009, no I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural – I FNPC.

A trajetória do patrimônio cultural nas Cartas Patrimoniais evidencia um patrimônio que saiu da dimensão de monumento isolado, nacional e material, para alcançar a dimensão urbana, mundial e imaterial. Por meio de práticas preservacionistas que partem da conservação, preservação e restauração de bens pelo Estado, chega-se à adaptação e reutilização, abrangendo uma política de conservação integrada e gestão compartilhada, assumindo no tempo presente, caráter de políticas culturais globais, em processo democrático, que aspiram à inclusão da sociedade para a proteção e requalificação de áreas centrais.

Tabela 1 – Práticas Preservacionistas e Ações Educativas em Cartas Patrimoniais

CARTA/ANO	PATRIMÔNIO	PRESERVAÇÃO	AÇÃO EDUCATIVA	MEIOS DE FAZÊ-LO	SÍNTESE
Atenas 1931	Dimensão do Monumento isolado.	Manter função original; Conservação de forma museal.	Transmissão de conhecimento; respeito ao patrimônio.	Estado através da escolar.	Dimensão do monumento isolado, conservar e inculcar valores.
Atenas 1933	Monumento isolado.	Renovação urbana; Adaptar às novas necessidades; Conservação de exemplares.	-	-	Renovação urbana; Demolição, progresso e modernidade.
Nova Deli 1956	Imóveis, móveis de interesse, e vestígios e sítios arqueológicos.	Conservação; proteção; Legislação.	1ª vez a expressão “ações educativas; Divulgação.	Participação de estudantes; história; turismo; imprensa; exposições.	Proteção de vestígios e sítios arqueológicos, e ações educativas.
Veneza 1964	Inclusão de sítios e construções vernaculares de significação cultural.	Valor de uso; Adaptação de imóveis e lugares; Características essenciais.	-	-	Dimensão urbana do patrimônio e valor social; Idéia de conjunto.
Normas de Quito 1967	Dimensão Urbana.	Valor econômico.	Através de obras de revitalização, programa e campanha de educação cívica.		
Paris 1968	Bens imóveis; sítios arqueológicos e conjuntos tradicionais.	Conservar, proteger e prevenir; legislação; salvamento.	Expressão “programas educativos” pela 1ª vez; despertar para o patrimônio de outros povos.	Publicações na imprensa; rádio e televisão; escola; exposição.	Bens imóveis e sítios; programas educativos e de desenvolvimento do turismo.
Compromisso de Brasília, 1970	Acervo local; recuperar e restaurar.	Criar órgãos de preservação nos Estados e municípios; parceria com universidade.	Nas escolas através dos currículos.	Ensino básico- “educação moral e cívica”-, e superior.	Patrimônio local; Descentralizar ações, Inserção de temas patrimoniais nos currículos.
Compromisso de Salvador, 1971	Valorização e restauração.	Criar MinC; Secretarias culturais nos Estados e órgãos do turismo.	Divulgação; e inserção do tema nas escolas através dos currículos.	Divulgação e valorização por meio do turismo.	Criar secretarias de cultura, órgãos de turismo, divulgação
Convenção do Patrimônio Mundial, 1972	Dimensão Mundial.	Lista; Integração de proteção em Programa de Planejamento.	Informação e divulgação.	-	Dimensão Mundial do Patrimônio; função social.
Declaração de Amsterdã 1975	-	Reabilitação; adaptação; conservação integrada e gestão compartilhada.	“programas educativos”; Incluir a sociedade para sobrevivência de áreas centrais.	Valor pedagógico do acervo arquitetônico; visita <i>in loco</i> ; discutir e conscientizar.	Em tese, início do deslocamento de foco dos bens para o sujeito; Reabilitar áreas urbanas centrais.
Recomendação de Nairóbi, 1976	-	Revitalização; conservação integrada; adaptação.	Sensibilizar e conscientizar; incluir sociedade para sobrevivência de áreas centrais.	Livros, rádio, exposições, TV, cinema, imprensa, audiovisual, visita <i>in loco</i> e outros.	Revitalização de áreas centrais; conservação integrada e inclusão dentro e fora da escola.
Declaração do México, 1985	Fator de desenvolvimento; Estendido à toda sociedade. Dimensão democrática.	Política patrimonial; Diversidade cultural e identidades.	Ampliação dos conceitos de educação e cultura; participação popular.	Estado mediador; Educação integral; Desenvolvendo consciência crítica.	Expansão do conceito de patrimônio e cultura; comunicação e diálogo.
Fortaleza 1997	Dimensão Imaterial.	Estratégias e formas de proteção do patrimônio.	Programa Nacional de EP Informação e consciência.	Através das experiências do IPHAN.	Programa educativo para conscientização.
Convenção Patrimônio Imaterial, 2003	Consagração do Imaterial.	Instrumento do registro.	“Programas educativos” para conscientização.	Programas para e disseminação de informação.	Consagração do patrimônio imaterial.

I.2. A ABORDAGEM NACIONAL

I.2.1 A Primeira Fase do IPHAN

No Brasil, a prática preservacionista nasceu na Era Vargas, na década de 1930, com a necessidade de estabelecimento de uma identidade nacional, e do desejo de renovação das cidades, conforme as discussões originadas, no contexto mundial, na Carta de Atenas, de 1933²⁴.

Mário de Andrade²⁵, desde seu anteprojeto, já ressaltara a importância do aspecto educativo do patrimônio cultural. Em sua concepção, o conhecimento acerca dos bens patrimoniais deveria ir para além das pesquisas e inventários²⁶, sendo algo democratizado, a fim de atingir a população em geral, por meio de divulgação nas mais variadas formas.

Andrade, já naquela época, possuía a visão de inserir a população no contexto do patrimônio cultural por ser um direito, bem como para a sobrevivência desse patrimônio.

Para Mário de Andrade, o enfoque educativo era importante tanto para a formação quanto para a informação da população. Em 1937, foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, por meio do Decreto nº. 25, de 30 de novembro, com o objetivo de proteger e conservar a arquitetura de uma época por meio de tombamento. As ações educativas, nesse contexto, foram relegada a um papel secundário.

Desde o seu início de tal autarquia, as práticas preservacionistas foram marcadas por duas fases. A primeira, iniciada com Rodrigo de Melo Franco de Andrade (1937-1969)²⁷, que queria construir uma nova imagem para o Brasil, uma identidade que

24 GONÇALVES, 1996; FONSECA, 1997.

25 FONSECA, 1997, p.106-116; SILVA, 2002, p.129-136.

26 Foram de grande importância para a produção de conhecimento, porém de pequeno alcance para a educação, uma vez restrito a pesquisadores e técnicos. (FONSECA, 1997).

27 Rodrigo de Melo Franco de Andrade, jornalista e jurista a que esteve à frente do IPHAN, a convite de Capanema, desde a sua criação, em 1937 até 1969, quando se aposentou. (FONSECA, 1997, p.105 e 159)

seria criada a partir da valorização do passado, utilizando-se do argumento da “tradição e civilização” para a preservação do patrimônio cultural, reconhecendo apenas o patrimônio nacional de “pedra e cal” enquanto herança européia. (GONÇALVES, 1996).

Esta foi considerada a fase heróica do patrimônio no Brasil, pois naquele momento, muito mais que um serviço público, o SPHAN representava um ideal, uma causa, ou seja, era preciso salvar o patrimônio construído, enquanto herança européia, da degradação, e então preservá-lo por meio dos muitos tombamentos. (FONSECA, 1997).

Nessa época, as ações educativas ainda não faziam parte da realidade da instituição, que só viria a incorporá-las na segunda fase, nos anos 1970.

No âmbito da educação formal, a preservação do patrimônio cultural foi abordada por meio da disciplina “Educação Moral e Cívica”, conforme orientação do Compromisso de Brasília, em 1970, ainda no contexto do culto ao passado e da formação da consciência nacional. (IPHAN, 2004, p. 138-139). Tal disciplina não mais existe, sendo a questão tratada, atualmente, através de temas transversais, na interdisciplinaridade e reconhecendo as múltiplas culturas.

Vale lembrar que entre as duas fases marcantes vivenciadas pelo SPHAN, houve um momento de menor expressão, durante a gestão do arquiteto Renato Soeiro (1967-1979), indicado pelo próprio Rodrigo Andrade, e que seguiu basicamente as mesmas diretrizes da gestão anterior, mas não gozava do mesmo carisma e nem tinha a mesma autonomia, mostrando a fragilidade do órgão. (GONÇALVES, 1996 e FONSECA, 1997, p. 159).

Tabela 2 – Práticas preservacionistas e ações educativas no Brasil (1930-1979).

CONTEXTO	PATRIMÔNIO	PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS	AÇÕES EDUCATIVAS	SÍNTESE
Era Vargas Década de 1930	Busca da identidade nacional.	Renovação das cidades; Necessidade de estabelecer identidade nacional.		Ideário nacional; Identidade e cultura; Patrimônio construído de monumentos e conjuntos arquitetônicos de excepcional valor histórico e tradicional. As ações educativas não faziam parte da realidade do SPHAN.
Anteprojeto Mário de Andrade 1936	Construção de nova imagem para o Brasil. Erudito e popular.	Preservação; Tombamento; valor histórico e artístico nacional. Democratização do conhecimento; Acesso ao patrimônio cultural.	Divulgar e informar a população através dos diversos meios; Importância do aspecto educativo do patrimônio; Alfabetização cultural.	
Criação SPHAN e Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro. 1ª fase do SPHAN Rodrigo Andrade (1937-1967)	“valorização do passado, da tradição e civilização.” Patrimônio de “pedra e cal”.	Renovação x Preservação; Tombamento; valor cultural; Conservação; interesse público; Proteção; Aparato legal.		

I.2.2 IPHAN Pós-Fase Heróica e os Primórdios das Ações Educativas

A segunda fase do IPHAN aconteceu sob a direção de Aloísio Magalhães (1979-1982)²⁸, que utilizava-se do argumento da preservação do passado como fator de desenvolvimento do presente e futuro, dando ênfase à cultura popular. Magalhães acreditava na “diversidade cultural e desenvolvimento”; preocupava-se com a homogeneização cultural e com a perda da identidade, da continuidade, da história e da memória. (GONÇALVES, 1996). De certa forma, resgatava alguns conceitos de Mário de Andrade que, inclusive, apareceriam mais tarde, nas Cartas de Amsterdã, em 1975, no México, em 1985, em Fortaleza, em 1997, e na Convenção de 2003.

Quase uma década depois dos Compromissos de Brasília, em 1970, e Salvador, em 1971, recomendando os temas patrimoniais nos currículos, conforme a primeira Carta de Atenas, de 1931, a relação entre educação, cultura e patrimônio começou a ser estabelecida no país de forma mais abrangente, ou seja, dentro e fora da escola, por meio do “Projeto Interação” (1982-1986), coordenado por José Silva Quintas. O referido projeto nasceu da iniciativa de pesquisadores ligados ao Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC²⁹, incorporado ao IPHAN, em 1979. (BRANDÃO, 1996; GONÇALVES, 1996 e FONSECA, 1997).

Pode-se dizer que este foi o primeiro projeto dentro do IPHAN voltado para as questões da educação, cultura e patrimônio, e que repercutiu na época, quando foi trabalhando em diversas regiões do Brasil, sem se adotar a terminologia de Educação Patrimonial – EP.

28 Desenhista Industrial que esteve à frente do IPHAN depois do Estado Novo, em um momento mais propício às mudanças, no período de 1979-1982. Compartilhando das mesmas ideias de Mário de Andrade, trabalhou no sentido de resgatar e colocar em prática parte do Anteprotejo de 1936. Criticou a política de Rodrigo e disse que o anteprojeto de Mário não era aquele, aprovado pelo Decreto-lei nº 25 de 1937. Na sua gestão o SPHAN e a FNPM - Fundação Nacional Pró-Memória eram inseparáveis, assim como o PCH - Programa das Cidades Históricas e o CNRC - Centro Nacional de Referências Culturais que trabalhavam ao mesmo tempo. (FONSECA, 1997 e GONÇALVES, 1996).

29 CNRC – criado em 1975 e incorporado ao IPHAN em 1979 por Magalhães. O CNRC integrava um grupo de professores de diferentes áreas do conhecimento da UnB e começou a funcionar na antiga reitoria da referida universidade. (FONSECA, 1997, p. 162).

O Projeto Interação não tratou de conceitos de EP, mas seguiu algumas linhas programáticas como a interação entre educação e os diferentes contextos culturais existentes no país, por exemplo, dissertando amplamente sobre educação e cultura com diferentes grupos populares. Tal projeto dizia trabalhar a cultura como processo e não como produto; visava transformar o processo educacional por meio de projeto pedagógico e ações educativas, considerando as múltiplas culturas em um trabalho interdisciplinar e valorizando os bens consagrados e não consagrados. Lançou como proposta a criação de espaço³⁰ para produção de novos conhecimentos, abrindo a discussão para temas como: cultura e educação; sociedade e estado. (BRANDÃO, 1996).

Enquanto o Projeto Interação saía de cena, em meados dos anos 1980, a EP começou a integrar-se às atividades do IPHAN. A partir de 1983, quando foi registrada a primeira experiência no Museu Imperial-RJ, o termo EP começou a ser utilizado e, suas atividades, integradas às do IPHAN. Trata-se de uma metodologia importada da Inglaterra, denominada *Heritage Education*, e adaptada para o Brasil, voltada à preservação do patrimônio. Inicialmente, foi pensada para os museus, tendo a pretensão de inserir-se nos currículos escolares (HORTA, 1999), de acordo com os Compromissos de 1970 e 1971.

A EP foi ainda experimentada pelo ensino não formal, e utilizada por instituições e órgãos ligados à preservação, procurando estabelecer o diálogo entre gerações, com o argumento de proporcionar a prática da cidadania pela vivência e continuidade. Seu método baseia-se em exercícios de observação, registro, exploração e apropriação dos bens culturais, publicado no “Guia Básico de Educação Patrimonial,” de 1999. (HORTA, 1999).

A partir de então, inúmeras experiências foram forjadas por órgãos de preservação estaduais e municipais, principalmente nos anos 1990, em contextos e locais diversos, sem que houvesse, no entanto, uma unidade conceitual e metodológica que as

30 O espaço em questão é muito parecido com a proposta das Casas do Patrimônio de hoje, que será explicada nas diretrizes apresentadas para a EP neste novo milênio, no item I.3. Discussões do Século XXI.

orientassem, posto que o tema foi, e ainda é, objeto de diversas áreas de conhecimento e, portanto, sofreu e sofre intervenções e análises de várias construções sócio-políticas.³¹

De acordo com Horta, a EP é um instrumento de “alfabetização cultural”, que possibilita ao indivíduo realizar a leitura do mundo à sua volta, entendendo o contexto social e cultural e a trajetória histórica e temporal no qual encontra-se inserido, promovendo a autoestima e a valorização do patrimônio cultural brasileiro considerando sua diversidade. (HORTA, 1999).

Observa-se que a “leitura de mundo” supracitada tem origem no método de Paulo Freire, se fazendo presente no Projeto Interação. (BRANDÃO, 1986 e 1996).

Quando Horta utiliza o termo “alfabetização cultural” (HORTA, 1999, p. 6), referindo-se à EP enquanto instrumento de acesso ao patrimônio, remete-nos à Mário de Andrade, que já havia lançado tal idéia, na década de 1930, onde destacava que “defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização”, no sentido de aproximar público e patrimônio cultural. (FONSECA, 1997, p. 111). Tal aproximação foi reiterada na Carta do México, em 1985, com a compreensão de que “a alfabetização é condição indispensável para o desenvolvimento cultural dos povos” (IPHAN, 2004, p. 277), possibilitando uma educação inclusiva e participativa de base que permita uma alfabetização cultural.

Ainda em Horta, percebe-se a presença da Declaração e Manifesto de Amsterdã, de 1975, no que diz respeito ao uso do acervo arquitetônico como instrumento de valor educativo para a conscientização da população (IPHAN, 2004, p197-234), quando os bens culturais são utilizados como fonte primária de conhecimento e descobertas contínuas, através da aplicação de seu método. Horta ainda observa as recomendações de Nairóbi, 1976, que trabalha a conscientização e preservação por meio da educação formal e não formal, utilizando as visitas “*in loco*,” entre outros. (IPHAN, 2004, p. 217-234). Todos os documentos apontados reclamam o envolvimento do cidadão em um processo de apreensão do patrimônio.

31 Percebe-se, no âmbito nacional dentro do IPHAN, entre técnicos de diferentes áreas que têm entendimentos diferentes sobre o conceito, eficácia e serventia da EP. Em São Luís, também é possível perceber diferentes entendimentos quanto ao conceito e utilidade das Ações Educativas entre técnicos de diferentes órgãos de proteção e a academia.

Enquanto o Projeto Interação foi gerado no CNRC e voltado para as discussões e experiências acerca dos temas “educação e cultura” de modo mais abrangente e de acordo com a realidade de cada localidade, a EP foi trazida da Inglaterra pela museóloga Maria Horta, visando sistematizar o campo do patrimônio cultural para a preservação.

A EP ainda é um tema polêmico não só quanto ao termo, mas também quanto ao conceito, método e propósito a que se dedica. Faz-se perceptível em alguns instrumentos e em muitas ações educativas do IPHAN, a aplicação da metodologia de Horta, ou pelo menos parte dela.

Ainda em relação à educação formal, atualmente, a preservação do patrimônio cultural é tratada em temas como Pluralidade Cultural e Educação Ambiental – EA, este último com importância reconhecida a partir da Carta Magna de 1988³² e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 1996³³. Sua ênfase foi confirmada com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's³⁴, em 1997. (BRASIL, 1998; BRASIL, 1999, in SOUSA, 2003). Tais parâmetros nasceram da necessidade de construir uma Referência Curricular Nacional, ressaltando a importância da discussão dos problemas do cotidiano da sociedade na escola, e utilizando temas geradores, que foram divididos em sete áreas temáticas³⁵ para um trabalho de forma transversal na interdisciplinaridade. (BRASIL, 1998, p.9).

Em 1999, o Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente – MMA, promoveu mais uma medida que favoreceu a efetivação da EA no ensino formal, abrangendo os currículos do Ensino Fundamental público e privado, Ensino Médio, Ensino Superior, especial, profissional e Educação para Jovens e Adultos – EJA, com a aprovação da Lei nº. 9.795, de 27 de abril, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA³⁶. (BRASIL, 1999, in EDUCAÇÃO, 2003, p. 16-48).

32 Artigo 225, parágrafo primeiro, inciso IV. (BRASIL, 1998 e BRASIL, 1999, in SOUSA, 2003).

33 Política educacional com o intuito de preparar o aluno para o exercício da cidadania. Currículo com Base Nacional Comum e uma Parte Diversificada e contextualizada com as particularidades locais e regionais, favorecendo o desenvolvimento de competências e habilidades.

34 Parâmetros Curriculares Nacionais, lançados pelo Governo Federal/MEC.

35 Ética, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho e Consumo. (BRASIL, 1998, p.9).

36 Processo onde indivíduo e coletividade “constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências” visando a “conservação do meio ambiente”, bem de uso comum, fundamental para a “qualidade de vida e sua sustentabilidade”. (BRASIL, 1999, in EDUCAÇÃO, 2003, p.16-48).

Assim, em tal momento, caberia a entrada das instituições de preservação do patrimônio e universidades em parceria com as escolas para o desenvolvimento de um trabalho junto aos diretores, técnicos e professores das instituições, no sentido de anterior discussão dos temas que seriam abordados depois com os alunos, e de sistematizar uma linha de trabalho com instrumentos de apoio – cartilhas, livros didáticos e/ou guias -, capazes de alcançar o público alvo, uma vez que, se o material for entregue sem um trabalho de capacitação e sensibilização de professores, poderá ocorrer um desnivelamento de aprendizagem de tais conteúdos, de acordo com a importância dada aos mesmos por seus multiplicadores.

Tabela 3 – Práticas preservacionistas e ações educativas no Brasil (1979-1990)

CONTEXTO	PATRIMÔNIO	PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS	AÇÕES EDUCATIVAS	SÍNTESE
2ª fase do SPHAN Aloísio Magalhães (1979-1982)	“preservação do passado como fator de desenvolvimento do presente e futuro.”	Identificação; Preservação; Identidade, continuidade, história e memória.	CNRC é incorporado ao SPHAN e PCH; Começa a relação: Educação, cultura e patrimônio.	Ideário nacional; “Diversidade cultural e desenvolvimento. Educação, Cultura e patrimônio.
Projeto Interação do CNRC (1982-1986)	Consagrado e não consagrado.	Construção de conhecimento; Processo cultural.	Interação entre educação e os diferentes contextos culturais existentes no país, de forma ampla; Leitura de mundo a partir da realidade de cada localidade;	Projeto iniciado em momento de abertura política e encerrado igualmente por forças políticas. Trabalha questões de educação e cultura a partir da realidade de cada localidade de forma abrangente.
O método de EP em Horta adaptado de projeto Inglês (implantado em 1983 e lançamento do Guia, 1999.)	Bens materiais - móveis e imóveis- e imateriais em toda a sua diversidade. “Consagrados e não consagrados.”	Conhecer para preservar; Metodologia baseada em exercícios de observação, registro, exploração e apropriação dos bens.	Instrumento de alfabetização cultural; Possibilita ler o mundo a sua volta; Utilização dos bens como fonte primária de conhecimento.	EP tem por princípio criar situações de aprendizagem; promover autoestima e valorizar a cultura brasileira.

I.3. DISCUSSÕES DO SÉCULO XXI

Na primeira década do século XXI, muitos tem sido os estudos e concepções acerca da EP, sem que haja um consenso sobre o seu conceito e sua real utilidade. Aqui tratamos ora de EP, ora de Ações Educativas, posto que atualmente usam-se os dois termos, ora com o mesmo entendimento, ora com entendimentos diferentes, ou mesmo sem aceitação por qualquer um dos dois termos, conforme a visão dos autores destacados a seguir.

Para Evelina Grunberg³⁷, uma das autoras do Guia Básico de Educação Patrimonial, guia adotado pelo IPHAN, segundo a linha na qual trabalhou com a museóloga Horta, EP é um processo contínuo de trabalho que segue uma metodologia e explora a temática do Patrimônio Cultural como um todo. (GRUNBERG, 2007).

Mário Chagas posiciona-se de modo divergente, não acreditando na eficácia da EP em Horta. Segundo aquele autor, o instrumento pode servir para “inculcar valores”. Entretanto, considera a validade de ações em contextos mais abrangentes, desde que observado o conceito de patrimônio cultural. (CHAGAS, 2009). O autor se identifica com a proposta de trabalho do Projeto Interação, no que diz respeito à amplitude das ações, presente nas Cartas do México, de 1985, e do Patrimônio Imaterial, de 1997 e 2003.

Na visão de Lígia Segala³⁸, a EP tem sentido quando articulada com o currículo do ensino básico³⁹, formação de professores e ações de instituições culturais (SEGALA, 2009, p. 2), conforme sugere o conjunto das cartas patrimoniais abordadas no presente estudo.

37 Arquiteta que publicou o Manual de atividades e práticas de educação patrimonial pelo IPHAN em 2007.

38 Lígia Segala, coordenadora do Laboep, atua nas áreas da identidade, educação e patrimônio. Ela trabalha ainda com seminários e conferências na área em questão.

39 Ensino fundamental e médio.

Sandra Pelegrini concorda com Segala, quando vincula a EP ao ensino formal; trabalha na perspectiva da educação não formal e, em ambos os casos, a EP é considerada como meio de facilitar o acesso ao conhecimento via “uma prática educativa e social”, a fim de sistematizar pesquisas e trabalhos pedagógicos “interdisciplinares⁴⁰ e transdisciplinares⁴¹”. (PELEGRINI, 2009, p. 32).

Observa-se que tanto Segala como Pelegrini, ao considerarem o conjunto das cartas patrimoniais, contemplam em alguns aspectos o Projeto Interação, quando trabalham o processo cultural de modo mais abrangente, e também o método de Horta, na medida em que procuram sistematizar o campo do patrimônio cultural para a preservação por meio da educação.

Ana Casco observa as ações de EP como uma estratégia de preservação que se dá pela divulgação, transmissão e recriação de valores culturais. Aquela autora afirma existir uma evolução no processo, que antes tentava “inculcar valores” e que, atualmente, apresenta situação em que há a participação do Estado, enquanto responsável pela implantação de ações mais “sistemáticas e agressivas”. Tal participação promove a criação e “difusão de metodologias, normas e diretrizes”, que visam à organização do campo e à formação de cidadãos conscientes de “seus direitos e deveres”. Ana Casco ainda considera a “iniciativa da sociedade⁴²” como evolução do processo (CASCO, 2009), o que também é possível constatar no conjunto das Cartas Patrimoniais.

O IPHAN⁴³ trabalha ações educativas, ou EP, como uma importante ferramenta de sensibilização para o patrimônio, dentro e fora da escola, baseando-se na frase “conhecer para preservar – preservar para conhecer”, gerando o cidadão comprometido com a preservação. A política da Divisão de Articulação e Fomento – DAF se resume na frase: “A comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio.” (GONÇALVES/Ceduc/DAF/IPHAN, respondendo questionário, 2009).

40 Centra-se na tentativa de superar a excessiva fragmentação e linearidade dos currículos escolares. (PELEGRINI, 2009, p. 32).

41 Recurso pedagógico que, por meio de projetos temáticos, pretende possibilitar aos alunos uma visão mais crítica e participativa da realidade. (PELEGRINI, 2009, p. 32).

42 Assim como da memória coletiva de grupos em determinadas situações de risco e abandono.

43 Segundo João Tadeu Gonçalves, então Coordenador de Educação Patrimonial – Cogepron da DAF/IPHAN. (GONÇALVES/DAF/IPHAN, respondendo questionário para esta pesquisa, em 2009). Gonçalves aposentou-se em 2011 quando Sônia Florêncio assumiu o cargo.

Enquanto a escola tem a finalidade de formar pessoas de pensamento crítico, considerando uma ampla área de conhecimento, com foco voltado ao conteúdo curricular e abertura para inclusão de temas transversais, o IPHAN⁴⁴ defende que suas ações educativas têm como objetivo a preservação do patrimônio cultural; preservação orientada por técnicos de diferentes áreas do conhecimento, com ações baseadas nas experiências daquela instituição, desde a sua criação, por meio de suas “práticas preservacionistas”, caracterizadas pela “identificação, proteção, promoção do patrimônio” e democratização de seu processo de construção, por meio do acesso à informação. (SANTOS in PATRIMÔNIO: PRÁTICAS E REFLEXÕES, 2007, p. 152).

Muitas ações de EP podem ser vistas na obra “Bom Retiro, memória urbana e patrimônio cultural: coletânea de textos para a Educação Patrimonial no bairro do Bom Retiro”, localidade situada na cidade de São Paulo, onde constam experiências articuladas à realização de um Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, das ações de EP.

Tabela 4 – Práticas preservacionistas e ações educativas no Brasil – Discussões do século XXI

MOMENTO	AUTOR	AÇÕES EDUCATIVAS PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
1ª década século XXI	Maria Horta	Instrumento de alfabetização cultural; Processo permanente e sistemático centrado no patrimônio cultural.
	Mário Chagas	Contrário à metodologia de Horta; Considera ações em contextos mais abrangentes de patrimônio cultural.
	Lígia Segala	Na escola articulando currículo escolar, ações educativas de instituições culturais e formação de professores.
	Sandra Pelegrini	Prática educativa e social; Educação formal ou não; Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.
	Ana Casco	Divulgação, transmissão e recriação de valores culturais; Por iniciativa da sociedade ou implantadas pelo Estado – ações sistemáticas e agressivas para organizar o campo.
	Camila Santos	Na escola para promover pensamento crítico; No IPHAN para a preservação do patrimônio cultural através de orientação por técnicos de diversas áreas do conhecimento.

44 Educação Patrimonial: Uma ação institucional e educacional; in: Patrimônio: Práticas e Reflexões. Artigo de Camila Santos, publicado na 1ª edição do referido programa. Programa de Especialização em Patrimônio – PEP IPHAN/UNESCO na 15ª SR/IPHAN

Conforme exposto, nota-se que a recomendação de ações pautadas nas experiências do IPHAN desde a sua criação está em consonância com a Carta de Fortaleza sobre Patrimônio Imaterial, de 1997.

Observa-se, com exceção de Chagas, que os demais autores consideram, em alguns momentos, o Projeto Interação e a metodologia de EP em Horta, quando observam o processo cultural e a sistematização do campo do patrimônio cultural para a preservação por meio da educação, como uma estratégia capaz de organizar as ações educativas para a preservação do patrimônio dentro e/ou fora da escola, e a utilização de diversos meios, desde a divulgação até a conscientização e formação de cidadãos críticos. Tal convergência de ideias perpassa por contribuições deixadas do Projeto Interação, que parece ressurgir ou ser redesenhado no início do século XXI, por meio das discussões acerca do tema.

O Projeto Interação e a metodologia de Horta se somam e podem significar contribuições nas diversas frentes que estão sendo desenvolvidas para a promoção das ações culturais, sob o nome de EP, Ações Educativas, Educação Popular, Ação Cultural ou qualquer outro nome/termo que venham a receber.

O IPHAN, em relatório referente à 1ª Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, apresenta diretrizes⁴⁵ que vêm traçando e o trabalho de identificação e mapeamento de ações que tem feito, assim como aquelas efetuadas pela sociedade civil, com a finalidade de estruturar e consolidar uma área programática de trabalho para atender o campo das ações educativas para a preservação do patrimônio cultural nacional, desde o ano de 2000, através de sua Área de Promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro⁴⁶. Tal relatório faz um resumo, um apanhado de todas as reuniões e relatórios anteriores.

45 As diretrizes apontadas por participantes da reunião técnica de capacitação em educação patrimonial em Pirenópolis, em agosto de 2008, são resultado dos encontros da década de 2000 com fechamento no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, de dezembro de 2009 e Síntese disponibilizada em 2010.

46 Em 2004 o IPHAN criou o DPI – Departamento de Patrimônio Imaterial, e o Departamento de Museus e transformou o Departamento de Promoção em Coodenação Geral de Promoção do Patrimônio Cultural – Cogepron, que integra a DAF – Divisão de Articulação e Fomento, com ações de promoção e difusão, onde se situava a EP. Desde 2009 a Cogepron também é conhecida como Ceduc – Coordenação de EP. (Em conversas e Power point por Sônia Florêncio, novembro de 2010, na Cogepron/IPHAN/DF).

Tabela 5 – Reuniões no Brasil – Discussões do século XXI

ANO	REUNIÕES E RELATÓRIOS
2000	Início do trabalho de identificação e mapeamento de ações EP.
2004	Reunião Técnica Pirenópolis / Ações educativas para a preservação.
2005	1º Encontro Nacional EP São Cristóvão - Sergipe.
2006	Convênio Cooperação Técnica com Laboep/UFF-RJ/IPHAN.
2007	Curso de Extensão Educação e Patrimônio Cultural. Laboep/UFF-RJ/IPHAN.
2008	1ª Oficina de Capacitação EP Fomento e Projetos Culturais com Casas do Patrimônio.
2009	Carta de Nova Olinda I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio– CE.
2009	I FNPC – Ouro Preto – MG.

Nota-se que, apesar da necessidade das discussões sobre programas educativos para a preservação do patrimônio, apontadas desde Amsterdã, em 1975, somente com a chegada do século XXI, as mesmas começam a ser realizadas.

As Ações Educativas para a preservação do patrimônio têm as seguintes diretrizes sugeridas no Encontro de Pirenópolis, em 2008⁴⁷: construção de temas geradores de acordo com cada lugar; conquista da garantia da continuidade e permanência às ações existentes; criação de uma rede; respeito aos processos de licenciamento para ações educativas em arqueologia; valorização da memória social, centrando a ação na pessoa; resgate das ações educativas anteriormente desenvolvidas pelo órgão e pela sociedade civil organizada; articulação entre as três esferas de governo; valorização da multidisciplinaridade e diversidade de olhares sobre uma mesma realidade. (Fonte: DAF/Cogeprom⁴⁸ do IPHAN, por Sônia Rampim Florêncio, 2009).

É possível perceber que as diretrizes sugeridas em 2008 estão em consonância com diversas Cartas Patrimoniais, como a de Nova Déli, em 1956, que ressalta a importância de ações educativas no ato do salvamento de sítios e execução de projetos de escavação arqueológica; a de Nairóbi, em 1976, que considera importante lançar mão do variado leque de ações e instrumentos para a preservação em diferentes ambientes; a de Amsterdã, em 1975, no que se refere ao envolvimento, inclusão e centralização das ações nas pessoas, além do compartilhamento e continuidade das ações; a do México, em 1985, considerando sua dimensão democrática, a autonomia e a diversidade cultural, a partir de múltiplos olhares sobre o tema, e nas Convenções do Patrimônio Imaterial de 1997 e 2003, quando são destacadas o resgate das ações fruto de experiências anteriores do IPHAN.

O Projeto Interação, assim como os reflexos da metodologia de Horta, também é observado em tais diretrizes, uma vez que defendem a compreensão do patrimônio a partir da realidade local, de ações continuadas, da valorização da história e da memória e do resgate da autoestima das pessoas, do entendimento da ação educativa de forma ampliada, da reflexão e do pensamento crítico, além do trabalho multidisciplinar para a exploração dos objetos e fenômenos em diversas disciplinas curriculares, com visitas “*in loco*,” e utilizando-se dos variados recursos que proporcionem múltiplos olhares sobre um objeto ou situação.

47 Reunião que caracteriza a área de Educação Patrimonial como um campo a ser explorado e, tenta organizar e estabelecer uma ação coordenada neste amplo campo de trabalho.

48 Divisão de Articulação e Fomento.

O I FNPC, enquanto parte do processo de construção do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural – SNPC, apresenta como objetivo a discussão, a construção e a avaliação da Política Nacional de Patrimônio Cultural – PNPC; levanta os desafios e potencialidades para a formulação de Políticas e Estruturação do Sistema Nacional para cada temática, inclusive de EP. (RELATÓRIO SÍNTESE DO I FNPC, 2010).

Nota-se que o evento está voltado para as recomendações dos documentos de Amsterdã (1975), Nairóbi (1976) e México (1985), no que tange à sensibilização e inclusão da população para a própria sobrevivência de tais centros, no tocante à educação que vai da informação à formação da consciência crítica; (IPHAN, 2004, p. 199-216) e das Convenções que discutem o patrimônio imaterial em 1997 e 2003, com a sugestão, respectivamente, de um Programa Nacional de Educação Patrimonial a partir das experiências do IPHAN, e da promoção de “programas educativos de conscientização e disseminação de informações.” (IPHAN, 2004, p. 371).

Com relação à EP, apontam-se alguns desafios no Relatório Síntese do Fórum: ausência de políticas voltadas para o campo da EP; articulação institucional entre as diversas ações educativas em diferentes departamentos; gestão compartilhada das Casas do Patrimônio; entendimento do conceito ampliado de patrimônio cultural no SNPC; diferentes entendimentos sobre a Ação Educativa; elaboração de mecanismos adequados para a implantação das propostas do Fórum; adoção de ferramentas que garantam a comunicação e circulação de informações.

Quanto às potencialidades, tem-se: as ações educativas, que devem acontecer a partir de diferentes perspectivas e abordagens; as Casas do Patrimônio; a construção coletiva do conhecimento relacionado ao conceito de EP; e, seminários periódicos sobre o assunto.

Entre os objetivos, tem-se: a criação do Programa Nacional de EP; a educação dialógica; a articulação da rede das Casas do Patrimônio com as já existentes; a articulação com as instituições de pesquisa e ensino; e, a criação de banco de ações e referência em EP.

Como ações estratégicas, têm-se a elaboração e/ou aperfeiçoamento dos instrumentos para as ações educativas relativas ao patrimônio. São previstos o estabelecimento de parâmetros para ações educativas articuladas, a promoção da autoestima, possibilitando a (re)significação e a relação positiva com a cidade e o patrimônio, e as formas compartilhadas de agir que permitam a construção de um sentido de pertencimento das pessoas com o lugar. (RELATÓRIO SÍNTESE DO I FNPC).

Foi apresentada no I FNPC, a existência de algumas dificuldades em obter êxito com relação às ações educativas, dentre as quais, a falta de políticas direcionadas ao tema, o que reduz as possibilidades de sucesso das mesmas. Em contrapartida, as ações são tratadas por olhares diversos, possibilitando a troca e a construção de conhecimentos, sugerida no Projeto Interação, no México, em 1985, e em Horta, na multidisciplinaridade. Então, o fórum propõe uma ação integrada, permanente e comprometida, que sistematize seus trabalhos, organize, dê continuidade e aperfeiçoe suas ações, envolvendo, ainda, universidades, escolas e instituições de proteção ao patrimônio, visando promover verdadeiramente a apropriação do patrimônio pelas pessoas. Reiteram-se, assim, as recomendações de Amsterdã, Nairóbi, do Compromisso de Brasília e de pesquisadores da área supracitados.

Sônia Florêncio⁴⁹ acredita que se alcança a preservação e valorização do patrimônio trabalhando a EP, utilizando o passado para discutir o presente, trazendo o patrimônio para o cotidiano de todos, buscando um sentimento de pertencimento. Aquela autora considera conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento partindo da memória e cultura local, tendo por base a gestão compartilhada. (Sônia Regina Florêncio – técnica de EP, Cogepron/DAF/IPHAN⁵⁰, entrevista no I FNPC - MG).

Percebe-se que Florêncio compartilha das ideias de Mário de Andrade, Aloísio Magalhães, Paulo Freire, das Cartas de Amsterdã, México e Fortaleza, e da Convenção do Patrimônio Imaterial de 2003.

49 Em 2011, Tadeu Gonçalves aposentou-se e Sônia Florêncio assumiu a Coordenação da Cogepron/DAF/IPHAN.

50 Coordenação de Educação Patrimonial Cogepron da DAF – Divisão de Articulação e Fomento. A Cogepron foi criada somente em 2004, antes disso a questão específica da Educação Patrimonial era tratada junto com as ações de divulgação e informação. (Por Florêncio, 2011).

Segundo Rollemberg⁵¹, a EP pode acontecer em duas frentes: uma frente articulada com a sociedade, onde o patrimônio é fonte de desenvolvimento para apropriação e usufruto da população, buscando a sensibilização por meio do diálogo; e outra frente, nas escolas com a formação de professores, fazendo com que a EP deixe de ser uma ação pontual para se tornar política de Estado, articulando as três esferas de governo e sociedade.

Para Vieira⁵², as ações de EP são instrumentos que somam com aqueles de caráter legal para a fiscalização e preservação, pois são tentativas de facilitar a apropriação do patrimônio pelas pessoas, por meio de visitas *in loco* e reflexões sobre a necessidade de cuidar das especificidades do patrimônio; destaca a importância de fazer ponte com o movimento diário das pessoas, mostrando que “proteger o patrimônio é proteger o futuro”, o valor histórico, afetivo, e o valor de uso que imóveis e lugares possuem.

Brito⁵³ afirma que, atualmente, o desenvolvimento regional é visto através de um ponto comum que é o patrimônio cultural. Assim, a EP torna-se um instrumento facilitador para o “intercâmbio multilateral, a produção e transferência de conhecimento, de capacitações, do interesse das partes e posições mais convergentes em prol do que é comum, um patrimônio cultural”.

Para Diniz⁵⁴, a EP leva a uma tomada de consciência e sentimento de pertencimento; serve para a formação e informação; possibilita o conhecimento e reconhecimento de bens, e o efetivo envolvimento da comunidade, passando a cuidar dos objetos, especialmente quando são peças de devoção, geralmente com uma carga simbólica muito forte.

Segundo Zarettine⁵⁵, a EP serve para fazer com que a população conheça o patrimônio cultural e arqueológico antes restrito à elite, pois o seu futuro depende do entendimento do povo quanto ao seu valor, passando a respeitá-lo. Zarettine ainda ressalta que, para a sua própria sobrevivência, o patrimônio cultural e arqueológico precisa dialogar com a sociedade.

51 Márcia Rollemberg, Diretora da DAF/IPHAN, entrevista no I FNPC.

52 Dalmo Vieira, diretor do Patrimônio material do IPHAN, entrevista do I FNPC.

53 Marcelo Brito, Coordenador Técnico de Gestão Urbana do IPHAN, entrevista no I FNPC.

54 Wivian Dinis, Coordenadora de Bens Móveis do IPHAN, entrevista no I FNPC.

Para Delphim⁵⁶, o patrimônio cultural precisa ser pensado de modo indissociável, material e imaterial. A EP relacionada à paisagem natural tem objetivo de despertar nas pessoas um sentimento que elas já possuem. Não há a intenção de conscientizar, o que se considera perigoso, mas somente sensibilizar e envolver, obtendo assim a participação da população.

Entende-se que, de acordo com Delphim, o trabalho de conscientização é visto como algo impositivo, podendo ser repressor. Já a sensibilização, é algo natural. Entretanto, a conscientização e sensibilização podem acontecer por meio do diálogo, da reflexão e da troca de ideias, sendo algo construtivo.

Sant'Anna⁵⁷ não concorda com a EP apresentada, pois o fato de se querer “criar consciência sobre a cultura” significa que a mesma é vista como algo externo; entretanto, o patrimônio é algo que se constrói, e não algo que se revela. São as pessoas que devem dizer o que consideram patrimônio cultural, determinando “os valores, que podem ser cognitivos, estéticos...”. De fato, o patrimônio e a cultura são construídos, e não dados ou impostos. Mas isso não significa que não podem ser revelados através de processos de informação, para o conhecimento e tomada de decisão a partir das trocas dialéticas e reflexões críticas.

Assim, expõe-se a necessidade de um trabalho que ultrapasse a informação, a fim de alcançar a apropriação por parte da sociedade. Para muitos dos entrevistados, é preciso conscientizar a população. Outros acreditam que, não sendo possível ou adequada, a conscientização do cidadão pode ser alcançada pela sensibilização. Há ainda aqueles que defendem a transmissão da ideia de patrimônio e preservação de maneira mais prática e, por vezes, técnica, orientando o cidadão e, em especial, o proprietário, morador ou usuário dos Centros Históricos, sobre normas e critérios para intervenções nos centros, enquanto muitos entendem que a apreensão do patrimônio acontece para bem do cidadão e do próprio patrimônio, na escola ou fora dela.

55 Paulo Zarettine, arqueólogo do IPHAN, entrevista no I FNPC.

56 Carlos Fernando Delphim técnico do Patrimônio Natural do IPHAN, entrevista no I FNPC.

57 Márcia Sant'Anna, Diretora da Divisão do Patrimônio Imaterial do IPHAN, entrevista no I FNPC.

Do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural – I FNPC, foi possível perceber, pelas entrevistas⁵⁸ de técnicos do IPHAN das variadas áreas do conhecimento, que apesar de ainda não haver um consenso sobre o que seja EP, existe em comum a necessidade da preservação do patrimônio cultural, em cujas abordagens e iniciativas educativas constam a divulgação e informação, ainda que não sejam suficientes para a promoção e valorização do patrimônio atual.

Durante toda a década de 2000, a linha do diálogo foi apontada como o melhor caminho para a apropriação do patrimônio pela população, promovendo o entendimento e valorização por meio da funcionalidade e adaptação dos bens para a contemporaneidade. Enfim, a EP pretende ou se propõe a promover a democratização do patrimônio cultural, o desenvolvimento regional e pessoal e, assim, garantir sua própria permanência através do tempo.

Hoje, percebe-se que, em teoria, a EP posiciona o cidadão como o centro da questão, e que entende o valor do patrimônio como condição para sua permanência e usufruto. Entretanto, na prática, tal percepção ainda possui seu grau de dificuldade, posto que a questão, quase sempre, é o próprio patrimônio construído, fortalecido pelo argumento de ser suporte de memórias, com valor histórico, cultural, social, econômico e de uso.

Observando os diferentes entendimentos sobre o tema em questão, o presente estudo considera uma diferença entre Ações Educativas para a preservação do patrimônio e a EP propriamente dita, uma vez que todo material, desde as Cartas Patrimoniais até o I FNPC, conduz à idéia de que as Ações Educativas podem acontecer em diferentes espaços e níveis, modalidades formativas e informativas, a curto, médio e longo prazos, com orientação para a preservação de bens materiais móveis e imóveis, utilizando-se de variados meios de divulgação e informação.

Já a EP, exigiria “um conjunto de ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social”. (LIBÂNEO, 2005, p. 30). Da mesma forma, supõe integração das instituições de preservação, casas de cultura, universidade e comunidade, a longo prazo, não cabendo apenas a divulgação e

58 Relatório Síntese do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural/vídeos do patrimônio/youtube/entrevistas. www3.iphan.gov.br/bibliotecavirtual/?page-id=275.

informação, mas a necessária formação, uma vez que em seu primeiro conceito e nas atuais discussões, tal expressão é colocada como instrumento que ajuda a formar cidadãos críticos e reflexivos, portanto, conscientes.

Sendo assim, além de ações educativas, a EP engloba e exige programas, projetos e Políticas Culturais voltadas para o patrimônio, de forma sistemática, continuada, que permitam o alcance, a médio ou longo prazo, das perspectivas a que se propõe.

Entende-se no contexto da presente Dissertação que, diferentemente da EP que requer um trabalho sistemático e contínuo, as ações educativas são utilizadas com maior frequência por órgãos de preservação, ao longo do tempo. Estas vêm sofrendo modificações: no princípio, eram facilmente traduzidas e aceitas por intermédio da divulgação e informação realizadas por diversos meios; hoje, entretanto, se resumem apenas em divulgação e informação, sem sequer provocar reflexão e suscitar diálogo; são entendidas como ações de pouca ou nenhuma eficácia, muitas vezes traduzidas como orientação.

PARTE II

APROXIMANDO-SE DO OBJETO DE ESTUDO: SÃO LUÍS

II.1. ONDE, COMO E POR QUÊ?

O presente item cumpre a função de situar geograficamente o núcleo mais antigo da cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, oferecendo uma breve noção de sua história⁵⁹, e evidenciando os motivos que levaram ao seu reconhecimento como Patrimônio Mundial pela *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* – UNESCO, apontando para o entendimento do contexto onde estão inseridos os instrumentos de promoção das ações educativas, objeto de estudo da presente Dissertação.

A cidade de São Luís, com população de 957.515 habitantes e área de 827,14Km², formou-se na península que se estende sobre os rios Anil e Bancaga. Limita-se com o Oceano Atlântico ao Norte, com o Estreito dos Mosquitos ao Sul e com a Baía de São Marcos a Oeste. (Censo do IBGE, 2007). (vide Figura 01).

A Ilha de Upaon-Açu dos índios tupinambás, hoje Ilha de São Luís, foi tomada por franceses em 1612 e rebatizada em homenagem ao Rei da França, Luís XIII. São Luís foi retomada pelos portugueses três anos mais tarde, quando o engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita implantou o primeiro traçado urbano da cidade. Invasa mais uma vez, em 1641, agora por holandeses que permaneceram por três anos, a capital maranhense foi novamente retomada pelos portugueses, em 1644.

Com a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, por meio da Companhia do Comércio e de mão-de-obra escrava, iniciou-se uma época de grande desenvolvimento econômico para a cidade, com o cultivo de alguns produtos, tais como: algodão, arroz, açúcar e outros produtos regionais – período que perdurou até o final do século XIX. A cidade passou por melhorias na infraestrutura, sendo considerada à época, a quarta mais rica do país, atrás apenas do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. (ANDRÉS, 1998, p. 25).

59 MEIRELES, 2008; ALCÂNTARA, 1980; ANDRÉS, 1998; BURNETT, 2002; LEITE FILHO, 1997; MARTINS, 2005; SILVA, 1986; SOUZA, 1999.



Figura 1 – Mapa Brasil, Maranhão e São Luís (ANDRÈS, 1998, p.34 e BURNETT, 2002).



Figura 2 – Vista do Cais da Sagração (ANDRÉS, 1998, p.20 e ANDRÉS, 2006, p.67).

Na década de 1920, o setor industrial foi à falência, deixando o núcleo central de São Luís decadente até meados do mesmo século. A capital maranhense teve sua economia enfraquecida – um dos motivos que contribuíram para que a cidade antiga mantivesse o tecido, a morfologia e a tipologia, sendo reconhecida como um dos maiores acervos arquitetônicos de origem portuguesa da América Latina. Nas décadas de 1960 e 1970, São Luís começou a receber recursos que possibilitaram seu crescimento, esvaziando ainda mais o núcleo antigo.

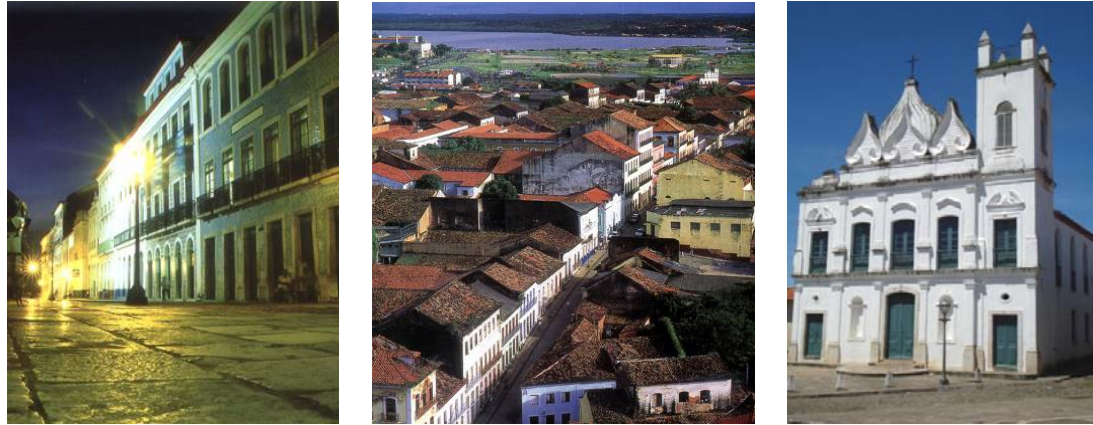


Figura 3, 4 e 5 – Rua Portugal, Vista Panorâmica da Rua do Giz e Igreja Desterro (ANDRÈS, 1998).

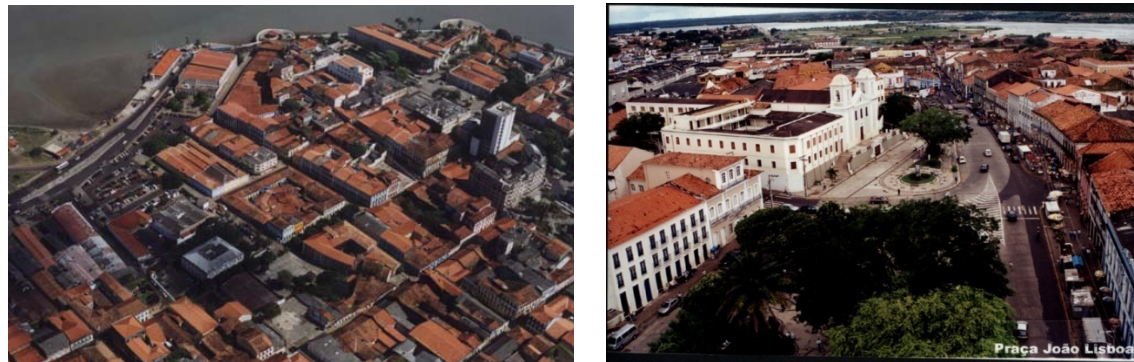


Figura 6 e 7 – Vista Aérea do Centro Histórico de São Luís e Praça João Lisboa (ANDRÈS, 1998).



Figura 8 e 9 – Praça Benedito Leite e Rua Portugal, em 1908. Foto: Gaudêncio Cunha.

As primeiras edificações foram erguidas na segunda metade do século XVIII. No início do século XIX, surgiram palácios, solares, sobrados e as casas térreas. Os solares, edificações tipicamente residenciais, foram construídos para a elite entre os séculos XVIII e XIX. Os sobrados, com ou sem azulejos nas fachadas e com ou sem mirantes, eram propriedades de grandes comerciantes. As moradas térreas - porta e janelas, meias-moradas, moradas inteiras, morada e meia –, com características não somente coloniais, mas também ecléticas, possuíam finalidade exclusivamente habitacional, para atender a outros seguimentos da sociedade que surgiram no decorrer do século XIX e na primeira metade do século XX. Assim, as tipologias arquitetônicas da cidade antiga revelam as condições sociais e econômicas dos moradores da época.



Figura 10, 11 e 12 – Fonte do Ribeirão, Rua do Giz e Teatro Artur Azevedo. (ANDRÉS, 1998 e 2006).



Figura 13, 14 e 15 – Comércio Praia Grande, Convento das Mercês e Rua do Giz. (ANDRÉS, 2006).

No Centro Histórico o tombamento federal deu-se em conjunto, 1955, com as Praças Benedito Leite, João Lisboa, Gonçalves Dias e o Largo do Desterro. Os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão foram integrados em 1974 configurando o atual sítio tombado pelo IPHAN. (LEITE FILHO, 1997). O tombamento estadual se deu em 1986. Em 1997, recebeu o título de Patrimônio Mundial pela UNESCO por reunir três critérios: a) Testemunho excepcional de tradição cultural; b) Exemplo destacado de conjunto arquitetônico e paisagem urbana que ilustram um momento significativo da História da Humanidade; e c) Exemplo

importante de um assentamento humano tradicional, representativo de uma cultura e de uma época. Tais elementos atribuíram à cidade valores e características necessárias para que a significação cultural⁶⁰ fosse mantida.

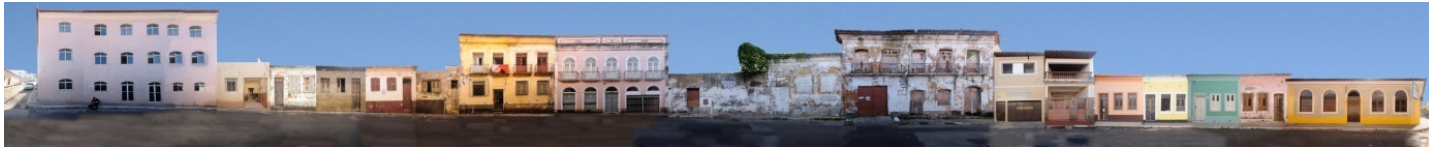


Figura 16 – Rua do Ribeirão. (GOVERNO DO ESTADO, 2010).

A área tombada de São Luís possui cerca de 5.500 imóveis, sendo a maioria objeto de tombamento estadual com pouco mais de 4.500 edificações, de acordo com o Decreto nº 10.089, de 6 de março de 1986. Pouco menos de mil bens encontram-se na área federal de tombamento, conforme processo 509-T, de 23 de dezembro de 1974. A Zona de Preservação Histórica – ZPH, engloba a área federal e estadual de tombamento. A ZPH2 configura-se como área de entorno e preservação ambiental do Aterro do Bacanga e do Parque do Bom Menino, segundo divisão do atual Plano Diretor Urbanístico da cidade, criado em 1992, de acordo com a Lei Municipal nº 2.352. (ANDRÉS, 1998 e 2006; SOUZA, 1999). (vide Figura 26).



60 O valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras. (IPHAN, 2004, p.247).



Figura 17, 18 e 19 – Rua do Sol (GOVERNO DO ESTADO, 2010).

O fato de possuir reconhecimento e gozar de proteção jurídica federal, estadual e municipal, não é suficiente para inibir a degradação de imóveis e do Centro, ainda pouco utilizado como fonte de informação e conhecimento para sua própria preservação. Assim sendo, órgãos de proteção lançam mão de instrumentos e ações em prol da preservação do patrimônio histórico e cultural de São Luís, na tentativa de envolver a população, em especial, os moradores da área em questão.



Figura 20 – Rua Domingos Barbosa (GOVERNO DO ESTADO, 2010).



Figura 21 – Rua Afogados (GOVERNO DO ESTADO, 2010).



Figura 22 – Rua Grande (GOVERNO DO ESTADO, 2010).



Figura 23 – Rua Padre Antônio Vieira (GOVERNO DO ESTADO, 2010).



Figura 24 – Rua Santa Antônio (GOVERNO DO ESTADO, 2010).



Figura 25 – Mapa do Centro Histórico de São Luís e delimitação de áreas tombadas (ANDRÉS, 1998, p.37).

II.2. A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Em São Luís, as discussões e ações em prol da preservação começaram por meio de intelectuais preocupados com a conservação do patrimônio cultural e arquitetônico, entre eles, os irmãos Raimundo e Antônio Lopes⁶¹, que se destacaram entre as décadas de 1910 a 1940, denunciando as depredações e descaracterizações sofridas pelo acervo edificado da cidade não só de São Luís. (LEITE FILHO, 1997).

Do mesmo modo, atuavam na divulgação e informação do patrimônio por meio das publicações de livros, artigos em jornais e revistas, contribuindo com a ação educativa, formação da opinião pública e incentivando a participação dos maranhenses em prol da preservação. Suas reflexões comparecem em artigos de jornais e revistas que circulavam dentro e fora da cidade, como por exemplo, em “A Natureza e os Monumentos Culturais”, artigo de Antônio Lopes, publicado na primeira revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937. (LOPES, 2005).

No artigo “A cidade de São Luís: vestígios do passado”, assinado por Antônio Lopes⁶², publicado na primeira revista do Instituto de Geografia e História do Maranhão, fundado pelo mesmo em 1926, o autor organizou uma espécie de inventário dos espaços, bens móveis e imóveis da cidade e ressaltou a importância da preservação da arquitetura civil colonial portuguesa e seus elementos essenciais – mirantes e/ou azulejos nas fachadas. (LOPES, 2005).

Em 1936, com a nomeação de um interventor federal para o Estado durante o mandato do prefeito Saboya Ribeiro, a ideia era “modificar a feição colonial de São Luís” e promover uma “radical transformação da cidade.” (RAMOS, 1940 in LOPES, 2005, 103).

61 Intelectuais da primeira metade do século XX, naturais da cidade de Viana, interior do Maranhão. Em: LOPES, 1937; LOPES, 1975; LOPES, 1997; LEITE FILHO, 1997; LOPES, 2005.

62 Antônio Lopes (1889-1950) formou-se em Ciências Sociais e Direito na Faculdade do Recife. Exerceu atividade jornalística em São Luís, chegando a fundar e presidir a Associação Maranhense de Imprensa. (LOPES, 2005).

Como parte de tal renovação urbana, entre suas diversas obras deu-se, durante o governo do prefeito Pedro Neiva de Santana (1937-1945), o alargamento da Rua Oswaldo Cruz, também conhecida como Rua Grande⁶³, ação prevista desde o anteprojeto de Saboya Ribeiro, em 1936, e a demolição da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Mulatos (RAMOS in LOPES, 2005, p. 131), colocando em risco outro bem de valor patrimonial e sacro: a Capela da Quinta das Laranjeiras. Tal evento teria motivado os primeiros tombamentos pelo SPHAN em São Luís – da capela em questão e seu portão armoriado - através da solicitação e colaboração dos intelectuais da época.

Assim, as pesquisas dos Irmãos Lopes⁶⁴ serviram para a efetivação dos primeiros tombamentos individuais no âmbito federal em São Luís, em 1940⁶⁵ e 1950⁶⁶. Os intelectuais defendiam ainda o uso dos monumentos para a preservação, bem como o valor pedagógico do patrimônio cultural. (LOPES, 2005).

Na década de 1940, enquanto eram implantadas reformas urbanísticas em São Luís (ESPÍRITO SANTO, 2006, p.167), a noção de conservação construída pelos intelectuais da época, por meio “[...] de estratégias científico-pedagógicas (pesquisa, divulgação), jurídicas (legislação urbana e tributária) e político-institucionais (Comissão do Patrimônio), [...]” conseguiu se sobrepôr à “ideia de remodelação urbana.” (LOPES, 2005, p. 260-261).

Em 1943, um grupo de intelectuais liderado por Antonio Lopes criou a “Comissão de Patrimônio Artístico Tradicional” para discutir as transformações urbanas decorrentes do movimento de renovação em São Luís (1940-1950), e o descaso e a contribuição em ações que afetavam o patrimônio. Ocasão em que Antônio Lopes criticou o Decreto-Lei nº. 18, de 1896, isentando do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, aqueles que alterassem as fachadas de estilo colonial português, trocando beirais por platibandas. (LOPES in LEITE FILHO, 1997).

63 Antiga e principal rua do comércio popular da cidade.

64 Raimundo Lopes (1894-1941) formou-se na Faculdade de Letras do RJ, foi professor de Geografia e História no Liceu Maranhense, Membro da Academia Maranhense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e, mais tarde pertenceu ao quadro do Museu Nacional (RJ) até a sua morte em 1941.

65 Tombamento do Sambaqui do Pindaí, da Capela e Portão da Quinta das Laranjeiras.

66 Tombamento do Retábulo do Altar-mor da Catedral Metropolitana e a Fonte do Ribeirão.

No mesmo ano de sua criação, a Comissão colaborou para a aprovação do Decreto-Lei Municipal nº. 476, de 1º de julho, a fim de conservar as casas de azulejo, mirantes e sobrados dos bairros coloniais, e conseguiu tornar sem efeito o Decreto nº. 18 que havia criticado. (LOPES in LOPES, 2005).

Assim, os irmãos Lopes e a Comissão de Patrimônio Artístico Tradicional deixaram sua concreta contribuição devido às ações e práticas de informação, educação e preservação.

Em 1955, o processo de tombamento encontrou continuidade no reconhecimento patrimonial das Praças Benedito Leite, João Lisboa, Gonçalves Dias e o Largo do Desterro. Em 1974⁶⁷, tal sítio urbano foi inserido nos livros do tomo, configurando a atual área de tombamento federal (LEITE FILHO, 1997).

Tabela 6 – Práticas Preservacionistas e Ações Educativas em São Luís, Ações Educativas no Brasil e Recomendações nas Cartas Patrimoniais (1ª Metade do Século XX)

PERÍODO ANO	CARTILHAS	PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS EM SÃO LUÍS	AÇÕES EDUCATIVAS EM SÃO LUÍS	AÇÕES EDUCATIVAS NO BRASIL	CARTAS PATRIMONIAIS
1ª METADE DO SÉCULO XX	-	Inventário; monumentos; arquitetura civil portuguesa; elementos essenciais; conservação; tombamento individual; criação de comissão de patrimônio; descaracterização; isenção de IPTU.	Pesquisa; Artigos em jornais e revistas; Divulgação; Informação; Valor pedagógico do patrimônio.	-	Atenas, 1931; Atenas 1933; Nova Déli, 1956.

67 São incluídos os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão.

II.3. A PARTIR DOS TOMBAMENTOS

Em meados da década de 1960, a ideia de modernização da cidade ressurgiu com as novas perspectivas econômicas para o Estado, surgindo os primeiros exemplares da arquitetura moderna e vertical no Centro Histórico. Período que coincidiu com o governo José Sarney (1966-1970) no lugar da oligarquia de Vitorino Freire (1945-1965). (ESPIRITO SANTO, 2005, p. 4 e BURNETT, 2002).

Os recursos alocados para empreendimentos monumentais – porto exportador do Itaqui, atual VALE, Consórcio Alcoa/ALUMAR, ferrovia Carajás, mercado imobiliário, por meio da política do Banco Nacional de Habitação – BNH –, na cidade e Estado, nas décadas de 1960 e 1970, durante o governo militar, criou uma expectativa de “explosão habitacional” que contribuiu para que a Prefeitura pensasse a organização do espaço urbano da cidade (BURNETT, 2002). Assim, na esfera estadual, a política patrimonial foi efetivada em 1971 com a criação da Fundação Cultural do Maranhão⁶⁸, e do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão – DPHAP-MA⁶⁹, em 1973⁷⁰; mesmo ano em que, diante da situação de abandono e a pedido do governo do Estado do Maranhão, a UNESCO enviou o arquiteto português Alfredo Viana de Lima, para elaboração de proposta de preservação para os Centros de São Luís e Alcântara. Conforme princípios de documentos internacionais de conservação, em especial, a Carta de Veneza (ESPIRITO SANTO, 2006, p. 4), a proposta de Lima seguiu-se a do arquiteto francês Michel Parent⁷¹, e contemplava a ideia de patrimônio enquanto conjunto, bem como ressaltava o valor de uso e de adaptação de imóveis e lugares, e a permanência das características essenciais dos imóveis. (LIMA, 1973).

68 Hoje Secretaria de Estado da Cultura.

69 DPHAP-MA - Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão.

70 Na época vinculado diretamente à Fundação Cultural do Maranhão, e com ações voltadas à organizar mecanismos de atuação no campo da preservação, desenvolvimento e execução de projetos de conservação e restauração de prédios de propriedade do Estado.

71 A UNESCO enviou seus consultores, Michel Paret, em 1966 e Alfredo Viana de Lima, em 1973.

O grau de comprometimento físico no qual o acervo arquitetônico do núcleo antigo da cidade se encontrava, deu origem ao Plano Diretor de 1974, estabelecendo o código de zoneamento para os municípios, com capítulos voltados às especificidades da área, ainda assim insuficientes enquanto instrumento de preservação. (ESPIRITO SANTO, 2006, p. 166).

Em 5 de dezembro de 1978, surgiu a primeira legislação que dispunha sobre o Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão reconhecido pelo tombamento estadual, a Lei nº. 3.999, de 1986. (LEITE FILHO, 1997, p. 22-42). Os órgãos estaduais foram criados de acordo com as respectivas recomendações do Compromisso de Salvador, em 1971, e do Compromisso de Brasília, em 1970.

Quanto, à proposta de revitalização do consultor português, essa somente transformou-se no Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PPRCHSL, em 1979, depois que o arquiteto americano Jonh Gisiger, resgatou o relatório de Viana Lima, apresentando-o durante a I Convenção Nacional da Praia Grande – I CNPG, realizada em São Luís, pelo Governo do Estado, contando com a presença do governador da época e atual prefeito, Sr. João Castelo e, do então diretor do SPHAN, Aloísio Magalhães, além de representantes e técnicos de órgãos de preservação, universidades e sindicatos. (MAGALHÃES, 1985; SOUZA, 1999; ANDRÉS, 2006).

São Luís foi inserida no Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH, de 1973, pela Secretaria de Planejamento – SEPLAN, pensado a princípio para Estados da Região Nordeste, a fim de investir na infra-estrutura e revitalização de monumentos para o uso do patrimônio cultural como fonte de renda local e desenvolvimento do turismo, depois das recomendações de Quito, em 1967, e dos Compromissos de Brasília, em 1970, e de Salvador, em 1971. (FONSECA, 1997, p. 160-162).

Na ocasião, a Proposta de Revitalização do bairro da Praia Grande foi discutida, resultando na recomendação da criação de uma Comissão de Coordenação de Projetos, na instalação de um Grupo de Trabalho Executor e na adoção de uma política norteadora da proposta. (ANDRÉS, 1998, p. 105 e SOUZA, 1999).

Foram estabelecidas dez políticas norteadoras do projeto: 1. Proporcionar o uso residencial; 2. Fomentar a geração de renda, assistência e promoção social; 3. Incentivar as manifestações culturais; 4. Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental; 5. Promover a revitalização econômica do comércio na área; 6. Adequar as redes de utilidades e infraestrutura; 7. Dinamizar as atividades portuárias tradicionais; 8. Garantir a participação da comunidade; 9. Instituir um processo permanente de revitalização e 10. Assegurar a inclusão do programa nos planos de governo estadual e municipal. Essas políticas foram transformadas mais tarde em subprogramas do PPRCHSL. (ANDRÉS, 1998, p. 105 e SOUZA, 1999).

As políticas do PPRCHSL foram transformadas em subprogramas, sendo assim definidas: 1. Promoção social e habitação; 2. Restauração do patrimônio artístico e arquitetônico; 3. Recuperação da infra-estrutura e serviços públicos; 4. Incentivo às atividades de turismo cultural; 5. Revitalização das atividades portuárias; 6. Recuperação do patrimônio ambiental urbano; 7. Recuperação da arquitetura industrial; 8. Gerenciamento, planejamento e administração; 9. Promoção de parcerias e capacitação de investimentos; 10. Pesquisa e documentação; 11. Editoração e divulgação. (ANDRÉS, 1998 e SOUZA, 1999).

No ano de 1980, foi instalada a 2ª Diretoria Regional da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN⁷², abrangendo os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará. No mesmo período, iniciou-se o PPRCHSL, maior projeto de revitalização de São Luís, que se dividiu em seis etapas e durou mais de 25 anos nas mãos do governo do Estado, por meio da Coordenação de Patrimônio Cultural do Maranhão – CPC⁷³.

A 1ª etapa do PPRCHSL (1980/82) consistiu na revitalização da Feira da Praia Grande e obras de urbanização do entorno; na 2ª etapa (1983/87), realizaram-se pesquisas socioeconômicas, elaboração de projetos e restauração dos Livros da Câmara; a 3ª etapa (1987/90) recebeu grandes investimentos para obras de infraestrutura, equipamentos urbanos e restauração de prédios, e ficou conhecida como Projeto Reviver/Praia Grande, período em que José Sarney estava na Presidência da República, e Eptácio

72 A Diretoria transformou-se, em 1990, na 3ª Coordenação Regional, hoje 3ª Superintendência Regional do IPHAN.

73 Na década de 1980 o PPRCHSL era ligado à SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Maranhão, de onde coordenou o Grupo de Trabalho do Projeto Praia Grande/Reviver. Em 1991, durante o governo Edison Lobão o projeto em questão ligou-se à Secretaria de Cultura do Estado, quando seu Grupo de Trabalho foi transformado em seu DPE – Departamento de Projetos Especiais. (LEITE FILHO, 1997).

Cafeteira no Governo do Estado; na 4ª etapa (1990/94), durante o governo Edison Lobão, ocorreram intervenções isoladas, como a restauração do Teatro Artur Azevedo, a adaptação da Fábrica Rio Anil para o funcionamento de uma Escola Pública, e o início das obras de adaptação do Prédio da Pacotilha para o Projeto Piloto de Habitação. (ANDRÈS, 2006).

Diante de tal conjunto de intervenções, Andrés afirma que a [...] “ausência de participação da comunidade deve-se à falta de divulgação dos empreendimentos e projetos dos quais ela deveria participar como principal interessada [...]”. Assim, justifica a criação, no âmbito do PPRCHSL, do subprograma editoração e divulgação, a fim de “publicar periodicamente as principais propostas e planos, bem como os resultados dos estudos e pesquisas, tornando-os acessíveis à comunidade [...]” e ainda como [...] “fator decisivo no incremento das atividades de turismo”. (ANDRÈS, 2006, p.105).

Instrumentos como livros, *folders*, desenhos em perspectiva, maquetes, exposições, painéis fotográficos, palestras, projeção de *slides* e, finalmente, a própria intervenção no acervo arquitetônico surgem, no contexto ludovicense das últimas duas décadas do século XX e primeiro decênio do XXI, como meios de ações educativas, com efeitos didáticos, enquadradas no PPRCHSL⁷⁴ (ANDRÈS, 2006). Tais ações tiveram função não somente de informar a sociedade maranhense, mas também de dar visibilidade às obras do projeto pelo Governo do Estado através da atual Superintendência de Patrimônio Cultural/Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão – SPC/SECMA.

Paralelamente aos trabalhos da CPC, o DPHAP-MA⁷⁵, por meio da Divisão de Estudos, Pesquisas e Referências – DEPR, a partir da década de 1980, realizou ações de cunho educativo para a preservação do patrimônio arquitetônico e cultural do Centro Histórico de São Luís. Na época, o termo “educação patrimonial” ainda não era utilizado na cidade. As ações resumiram-se em experiências pontuais, por meio de palestras sobre o patrimônio histórico e cultural local, com utilização de recursos audiovisuais,

74 Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

75 DPHAP-MA – Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão. O Decreto de Criação do DPHAP-MA é de nº 5.069, de 11.07.1973.

visando às escolas públicas e particulares. Em 1987, tem-se a obra “Bens Tombados”, com informações acompanhadas de fotos, planta baixa e fachada dos imóveis tombados individualmente pelo Governo Estadual.

Outras ações ocorreram devido à distribuição de *folders* para moradores e estudantes, sobre os Centros Históricos das cidades tombadas pelo Governo do Estado, a saber: São Luís, Passo do Lumiar, Alcantâra, Caxias, Viana, Itapecuru-Mirim e Pindaré, e publicações em 14 edições do jornal “Cantaria” (1987-1991) – espécie de boletim informativo sobre os serviços e obras no Centro de São Luís. A instituição do Decreto Lei nº. 12.350, de 26 de março de 1992, prescreve sobre a proteção do patrimônio cultural do Maranhão, referindo-se a embargos e multas. (LEITE FILHO, 1997).

Observa-se que as ações e os instrumentos supracitados adotam recomendações contidas em diferentes Cartas Patrimoniais ao longo do tempo.


Na esfera municipal, somente em 29 de dezembro de 1992, instituiu-se o atual Plano Diretor, com a Lei nº. 3.252, e estabeleceram-se os instrumentos de valorização do Patrimônio Cultural para o Município. Em 1994, a então prefeita, Conceição Andrade, por meio da Lei nº. 3.376, determinou a Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, em 100% para os proprietários que mantivessem todas as características originais de seus imóveis, e em 80% para imóveis de uso comercial também conservados. (LEITE FILHO, 1997 p. 25-38). O incentivo fiscal que já havia existido e deixado de vigorar, voltou com a possibilidade de isenção integral, visando à proteção dos imóveis e de seus elementos essenciais, conforme recomenda a Carta de Veneza, de 1964.

No âmbito estadual a primeira cartilha de EP em São Luís e no Estado do Maranhão foi elaborada em 1995, a partir da iniciativa do arqueólogo e então diretor da DEPR/DPHAP-MA, Sr. Deusdedit Carneiro Leite Filho. A cartilha⁷⁶, do tipo revista em quadrinhos, com o título “Zé Grafite e Tijolino em: uma mudança radical”, foi lançada em meio às intervenções arquitetônicas e

76 A cartilha será detalhada no tópico 3.2 Contexto e Políticas de Preservação em relação às Cartilhas.


urbanísticas do PPRCHSL na área federal de tombamento, promovidas pelo Governo do Estado, e as crescentes intervenções descaracterizantes na área de proteção estadual.

Tabela 7 – Apresentação do instrumento nº 01.

PUBLICAÇÃO	ÓRGÃO	ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR
	DPHAP-MA	1995	Revista em quadrinhos (20 páginas)	Zé Grafite e Tijolino em: Uma mudança radical.	Sr. Deusdedit Carneiro Leite Filho. (arqueólogo e então diretor da DEPR do DPHAP-MA) e participação de uma equipe de profissionais da área de arqueologia, educação e do designer Terciano.

Assim sendo, faz-se perceptível que desde o tombamento dos sítios, já existia a atuação governamental nos âmbitos federal, estadual e municipal, sendo notória, constante e mais efetiva a participação do governo do Estado.

Tabela 8 – Práticas Preservacionistas, Ações Educativas em São Luís, Ações Educativas no Brasil e Recomendações nas Cartas Patrimoniais. Pós-Tombamento (1970-1996)

PERÍODO ANO	CARTILHAS	PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS EM SÃO LUÍS	AÇÕES EDUCATIVAS EM SÃO LUÍS	AÇÕES EDUCATIVAS NO BRASIL	CARTAS PATRIMONIAIS
(1970/1973)	-	1971 - Criação da Fundação Cultural do Maranhão, atual SECMA. 1973 - Criação DPHAP- MA.	Não houve ação educativa		Compromisso de Salvador, 1971; Compromissos de Brasília, 1970
A PARTIR DOS TOMBAMENTOS (1974/1996)	-	1974 - Plano Diretor do Município; 1974 - Tombamento da área Federal.	-	-	-
	-	1979 - I CNPG.	Turismo do Estado trabalha divulgação (propaganda e marketing).	CNRC/SPHAN Começa a relacionar educação, cultura e patrimônio.	
	-	(1980/1982) – 1ª Etapa PPRCHSL (revitalização Feira Paria Grande). 1980 – Instalação de Diretoria do SPHAN em São Luís.	DPHAP-MA realiza ações educativas. (pontuais). CPC, atual SPC do Estado realiza ações educativas. (pontuais). 1995 - DPHAP-MA publica a 1ª Cartilha de EP do Estado.	Começa o Projeto Interação/CNRC/SPHAN (1982-1986).	Veneza, 1964;
	-	(1983/1987) – 2ª Etapa PPRCHSL (pesquisas).			Norma de Quito, 1967;
	-	(1987/1990) – 3ª Etapa PPRCHSL (infra-estrutura e restauração de monumentos).			Compromissos de Brasília, 1970;
	1995	(1990/1994) – 4ª Etapa PPRCHSL (intervenções isoladas). Atual Plano Diretor de São Luís – 1992. 1994 - Lei nº 3.376 – Isenção de IPTU para quem conservar as características originais dos imóveis. 1995 - 1º ano da 5ª Etapa do PPRCHSL (recuperação e adaptação de prédios para habitação e instituições públicas).		1983 - 1ª Ação de EP – Museu Imperial/RJ.	Compromisso de Salvador, 1971; Amsterdã, 1975; Nairóbi, 1976; México, 1985.
					

II.4. SÃO LUÍS PATRIMÔNIO MUNDIAL: OS TRÊS NÍVEIS DE GOVERNO

O Centro Histórico de São Luís foi declarado Patrimônio Mundial em 1997. Naquele momento, ocorria a 5ª etapa (1995/2002) do PPRCHSL, quando a governadora à época, Roseana Sarney, foi reeleita. Trata-se de um período em que foram recuperados e adaptados alguns prédios para funcionamento de instituições públicas e habitação popular. Até então, o Governo do Estado era o único gestor do PPRCHSL. Estabeleceram-se, então, as parcerias com órgãos da Prefeitura e do Ministério da Cultura – MinC, por meio da 3ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 3ªSR/IPHAN⁷⁷. Inclusive, algumas instituições municipais foram criadas nesse contexto, como a CPC e a Secretaria Municipal de Turismo - SETUR.

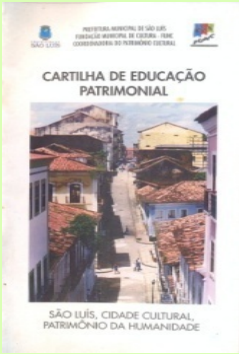
A partir do reconhecimento da cidade como patrimônio mundial pela UNESCO, a 3ªSR/IPHAN começou a reluzir fortemente no cenário local. Iniciou uma parceria com o Governo do Estado, por meio do MinC, a fim de estabilizar e recuperar imóveis da área federal de tombamento. (ANDRÉS, 2006).

Ao mesmo tempo em que a Fundação Municipal de Cultura – FUNC, criou sua CPC, esta publicou e distribuiu através do jornal “O Estado do Maranhão”, álbum ilustrado que abordava a evolução urbana e social da cidade, desde sua fundação até aquele momento. A CPC/FUNC também lançou a primeira cartilha de EP do Município, com texto do historiador e então coordenador da CPC/FUNC, em 1997, Sr. Ananias Alves Martins. A cartilha⁷⁸, tipo livreto, trazia perguntas e respostas sobre as principais dúvidas acerca do tombamento, recebendo o nome de “Cartilha de Educação Patrimonial”.

77 3ª Superintendência Regional do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

78 Assim como a primeira cartilha, citada no tópico anterior, todas as outras aqui apresentadas serão detalhadas no tópico III.2 Contexto e Políticas de Preservação em relação às Cartilhas.

Tabela 9 – Apresentação do instrumento nº 02

PUBLICAÇÃO	ÓRGÃO	ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR
	CPC/FUNC	1997	Texto informativo com perguntas e respostas (19 páginas)	Cartilha de Educação Patrimonial.	Sr. Ananias Alves Martins. (historiador e então coordenador do CPC) e participação das arquitetas da referida coordenação, Karla Nunes e Patrycia Miranda

A SETUR de São Luís foi mais uma instituição da prefeitura criada em 1997, adotando imediatamente o projeto chamado Turismo Educativo⁷⁹, com origem no curso de turismo da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, de autoria da professora Maria do Socorro Araújo, convidada a assumir tal Secretaria.

Em âmbito federal, a primeira ação de caráter educativo voltada para São Luís foi o Programa de Educação Patrimonial, “Um caminho para a preservação”⁸⁰, de 1997. (BRASIL, MinC/IPHAN. Relatório de Atividades do IPHAN 1999-2000). A iniciativa

79 Projeto que é anterior à criação da SETUR, e acontecia por meio de palestras e passeios para o público escolar, com a participação de corpo técnico da UFMA.

80 Programa de EP para São Luís e Alcântara, voltado para o público escolar (alunos e professores), em parceria com a Secretaria Estadual de Educação - SEDUC, e enfoque nos professores e estudantes da rede pública de ensino fundamental e médio. O projeto consistia em palestras, mostra fotográfica e audiovisual.

que aconteceu quase trinta anos após as Convenções de Brasília e Salvador, sobre a inserção das questões patrimoniais nas escolas, durou apenas dois anos.

Em 1998, como parte do subprograma de editoração e divulgação⁸¹ do PPRCHSL, a CPC do Estado publicou algumas obras a fim de viabilizar o acesso da população aos estudos, pesquisas, projetos e resultados em torno do patrimônio cultural e arquitetônico de São Luís e do Estado do Maranhão (ANDRÈS, 2006). Tais publicações são de grande relevância; entretanto, nota-se que atingem um público restrito e não a população de modo geral, como ficou subentendido.

Com a transformação da CPC em Superintendência do Patrimônio Cultural – SPC, ocorreu na década de 2000 uma exposição permanente com maquetes e painéis informativos sobre o acervo arquitetônico de São Luís e dos bens isolados (ANDRÈS, 2006), propiciando ao mesmo tempo o trabalho de divulgação e dando visibilidade às obras de intervenção.

A partir de 1998, elaborou-se o Plano Municipal de Gestão do Centro Histórico de São Luís, com implantação em 2001 e abertura parcial aos representantes de grupos da população em 2003, através do Núcleo Gestor⁸². Embasado nos princípios de Conservação Integrada postulados na Carta de Amsterdã, de 1975, o Plano Municipal pretendia uma gestão compartilhada – com a esfera federal e estadual, além da participação popular – ,com finalidade de garantir o desenvolvimento sustentável⁸³ através da continuidade de sua estrutura física e social adaptadas a novos usos. (ESPIRITO SANTO, 2006, p. 174-175). Mas o referido Núcleo não encontrou forças, estando desativado desde a transição de governo municipal. (2008/2009).

Segundo a Superintendente da 3ªSR/IPHAN, em 1999, por ocasião da entrega da obra de restauração da Fonte do Ribeirão, como ação educativa, a instituição distribuiu livretos explicativos.

81 Um dos 12 Subprogramas do PPRCHSL.

82 Organizado pela FUMPH e responsável pelo gerenciamento e articulação entre os órgãos de preservação de todas as esferas de governo e operacionalização de ações.

83 Permanente e independente processo de desenvolvimento, no qual a cidade patrimonial deve ser entendida como um sistema em que seus diferentes elementos (uso, função e valores) estejam em gradual e compatível mudança dentro do contexto maior de continuidade de todo o conjunto da estrutura territorial urbana. (ESPIRITO SANTO, 2006, p.174).

Na década de 2000, quando solicitado, o DPHAP-MA viabilizou algumas visitas guiadas ao Memorial do Centro Histórico⁸⁴, culminando com a apresentação de vídeo sobre o acervo de São Luís, e palestras em instituições educacionais. O conteúdo das palestras geralmente versavam sobre conceitos relacionados ao patrimônio, importância de sua preservação, legislação, tombamento, responsabilidades e direitos do cidadão para com o patrimônio.

Em 2001, a SETUR municipal publicou uma cartilha educativa, em formato que mistura revista em quadrinhos e pequenos textos, intitulada “As Lições de Turisminho⁸⁵”, da turismóloga Janete Chaves, e da pedagoga Márcia Souza, como mais um instrumento do Projeto Turismo Educativo - voltado para o público das escolas municipais da cidade.

Tabela 10 – Apresentação do instrumento nº 03.

PUBLICAÇÃO	ÓRGÃO	ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR
	SETUR	2001	Mistura quadrinhos e pequenos textos (12 páginas)	As Lições de Turisminho.	(Sr ^a Janete Chaves (turismóloga da SETUR na época) e participação da pedagoga Márcia Souza).

84 Prédio onde se encontra instalada a Superintendência do Patrimônio Cultural e os dois órgãos a ela subordinados, o DPHAP-MA e DPE.

85 A Cartilha da SETUR em parceria com a UFMA foi reeditada em 2003.

Em 2003, a CPC municipal, criou o Núcleo Gestor, como já expresso anteriormente, período em que recebeu do Estado a liderança do Programa de Preservação, na tentativa de uma gestão compartilhada, conforme recomenda a Carta de Amsterdã, de 1975. Para tanto, a Coordenação foi promovida à Fundação Municipal de Patrimônio Histórico – FUMPH, em 2005, adquirindo autonomia.

Atualmente, a Fundação gerencia programas que integram o PPRCHSL, a exemplo do “Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais⁸⁶”, para onze bairros do Centro, que começaram a ser implantados em 2005, com o bairro do Desterro⁸⁷. (PREFEITURA, 2005 e BALBINO, 2008).

O Plano de Reabilitação para o Desterro tinha como propósito, através da participação da população local, e por meio de um conjunto de ações integradas – dentre as quais, as ações educativas para a preservação – reabilitar o bairro e seu entorno, promovendo sua integração aos dias atuais no que tange a novos usos e funções, em um período de cinco anos. (PREFEITURA, 2005, p. 18). Tal prazo já se encerrou e, concretamente, não houve mudança no bairro, e as ações educativas perderam forças e continuidade.

Segundo a publicação da FUMPH – Desterro: uma proposta de reabilitação –, o Plano de Ação para o bairro era composto de: melhorias físicas – com intervenções de reabilitação de imóveis; equipamentos urbanos; oficinas de EP; fortalecimento e promoção de atividades econômicas – dando suporte à associação comercial do Desterro e Portinho; capacitação e formação de mão-de-obra nas áreas de artesanato, turismo e Oficina-Escola de Restauro, visando dispor de mão-de-obra especializada na área e inserir a população jovem no mercado de trabalho através de um ofício; capacitação de agentes da comunidade guardiões da memória; levantamento das memórias dos moradores e edição do caderno do bairro. (PREFEITURA, 2005, p. 20-43). Até o

86 Programa Federal que acontece em São Luís sob a responsabilidade da FUMPH por meio do Plano de Reabilitação, conta como o apoio da 3ªSR/IPHAN e deveria ter parceria com órgãos das três esferas de governo e sociedade civil para executar suas ações. Quanto às fontes de recursos, existe um Fundo de Preservação com investimentos da própria Prefeitura, através de linhas de financiamento da CEF – Caixa Econômica Federal, parceria de instituições locais, por meio da Lei de incentivo à Cultura – Lei Rouanet, IPHAN/Monumenta e do MinC, Ministério das Cidades (de 2003), Agência Espanhola de Cooperação Internacional e SEBRAE. (PREFEITURA, 2005).

87 Bairro residencial mais antigo, o primeiro núcleo da cidade, - composto pela Praia Grande, Desterro e Portinho (PREFEITURA, 2005).

momento, houve a formação de apenas uma turma da oficina-escola de restauro, que durou dois anos, e não há notícias dos jovens participantes inseridos no mercado de trabalho.

No período de 2002/2006, durante a 6ª etapa do PPRCHSL, a 3ª SR/IPHAN atuou com intervenções em igrejas, praças e estabilização de prédios. Na Capela das Laranjeiras, em 2004, quando da intervenção de restauração, segundo a superintendente, foi entregue, aos responsáveis pela manutenção do bem tombado e comunidade do entorno, um livreto intitulado “Manual de Conservação Preventiva da Capela de São José das Laranjeiras”, com texto da srª. Kátia Bogéa e da arquiteta Stella Brito. Em 2005, se seguiram a restauração da Igreja do Desterro, estabilização de prédios e a restauração do altar-mor da Catedral de São Luís. Em 2006, a população recebeu, no ato da entrega das obras, segundo a 3ª SR/IPHAN, material educativo, como *folders*, por exemplo.

Tabela 11 – Apresentação do instrumento nº 04

PUBLICAÇÃO	ÓRGÃO	ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR
	3ªSR/IPHAN	2004	Texto informativo – tipo manual (54 páginas)	Manual de Conservação Preventiva da Capela de São José das Laranjeiras.	Srª Kátia Bogéa (historiadora e superintendente da 3ªSR/IPHAN) e da arquiteta do mesmo instituto Stella Brito.

Segundo a 3ªSR/IPHAN, no momento da implantação do Plano de Reabilitação do Desterro pela FUMPH, juntamente com a intervenção da superintendência em questão nos prédios degradados e ocupados em sistema de cortiço, havia a necessidade de desenvolver uma ação de sensibilização com a comunidade, chamando a atenção para a importância do patrimônio cultural enquanto parte do cotidiano dos habitantes do local. Em princípio esses moradores deveriam ser deslocados temporariamente, para que fossem efetuadas as intervenções. Assim em 2004 a 3ªSR/IPHAN acionou o Ministério Público para participar da remoção dos moradores dos prédios em situação de risco para abrigos provisórios. Nesse contexto começou o projeto de EP “Viver o Desterro.” (BOGÈA, 2011, Em entrevista).

O projeto em questão utilizou o método de Horta que apesar de não ter sido citado aparece claramente nos relatórios onde constam as etapas da observação, registro, exploração e apropriação para o desenvolvimento das atividades. Mais tarde foi somado ao projeto o trabalho do Grupo de Pesquisa de Patrimônio e Memória da UFMA⁸⁸, que trabalhava as memórias individuais e coletivas dos moradores do bairro, ligadas ao lugar, trabalho, pessoas e identidade.

Em 2004, foi lançado o Programa de Educação Patrimonial chamado “Viver o Desterro⁸⁹”, projeto da CPC/Núcleo Gestor⁹⁰ em parceria com a 3ªSR/IPHAN, participação do Grupo de Estudos e Pesquisas do Patrimônio e Memória da UFMA e patrocínio da VALE.

Quando a CPC passou a ser a FUMPH, em 2005, foram editados *folders* e lançados os livros “Desterro: uma proposta de reabilitação” e “Desterro: um bairro além dos mapas”. O Programa de EP – que consistia em um conjunto de ações educativas, como palestras, oficinas, visitas *in loco* – fazia parte das ações estratégicas do Plano de Reabilitação das Áreas Urbanas Centrais

88 Coordenado pelo antropólogo, prof. Alexandre Fernandes Corrêa.

89 O programa de EP nasceu da necessidade de fazer um trabalho de sensibilização junto à comunidade do bairro do Desterro, sobre a importância do patrimônio cultural, procurando identificá-lo e valorizá-lo, considerando o plano de intervenção para a estabilização e recuperação de prédios tombados e em risco de desabamento na área em questão. Para o cumprimento de uma das etapas do “Plano do Desterro” que por sua vez está contido no “Plano de Reabilitação das Áreas Urbanas Centrais”, fez-se necessário um programa com ações sócio-educativas que envolvesse a comunidade, o qual foi chamado de “Programa de Educação Patrimonial Viver o Desterro”.

90 O Núcleo Gestor é coordenado pela FUMPH, em seu desenho deve contar com a participação das secretarias municipais, órgãos estaduais e federais de preservação, UFMA, UEMA, Associação de moradores do Centro Histórico, parceria da CEF, SEBRAE, e aberto a outros possíveis parceiros.

- que se propunha a atuar em várias frentes, como infraestrutura urbana, estabilização, restauração e adaptação de imóveis para fins de interesse social como habitação, EP entre outros -, iniciando pelo bairro do Desterro. (PREFEITURA, 2005 e BALBINO, 2008). A questão da habitação social continua a ser um desafio, posto que ainda não encontrou meios de se concretizar.

Com o propósito de dar continuidade ao projeto de EP, “Viver o Desterro”, surgiu, em 2005/2006, o projeto “Teatro das Memórias” com os mesmos parceiros do projeto anterior. Mais tarde, várias ações foram classificadas de oficinas educativas, a exemplo de: Viver o Desterro; Educação Patrimonial e Cidadã: Brincando com o Patrimônio; Reinventando o Desterro; Teatro das Memórias; e Comunicação Popular. A partir de 2006, algumas oficinas foram repetidas. O projeto não teve continuidade, sendo encerrado em 2007 e, em 2008, aconteceu apenas uma oficina isolada.

Segundo a 3ªSR/IPHAN o Grupo de Pesquisa de Patrimônio e Memória da UFMA⁹¹, coordenado pelo professor de Antropologia, Alexandre Corrêa, já vinha fazendo uma ampla pesquisa e resgate iconográfico dos acervos pessoais dos moradores, simultaneamente, utilizando o recurso da memória oral, realizando um trabalho de valorização da identidade cultural do Desterro para que a comunidade descobrisse do valor do seu patrimônio. O Projeto teve continuidade em 2006, sob a coordenação do Grupo de Pesquisa do Patrimônio e Memória, onde os temas herança cultural e patrimônio coletivo seriam trabalhados através das memórias de diferentes grupos sociais que habitam no Desterro, incluindo além de crianças e jovens, adultos e idosos. (BOGÉA, 2006). Assim o Projeto Viver o Desterro continuou por meio do Projeto Teatro das Memórias.

A primeira cartilha de EP lançada pela 3ªSR/IPHAN e voltada para o “Centro Histórico de São Luís – Patrimônio Mundial” foi no formato livreto, mais parecido com um manual de orientação técnica para intervenções, em 2005, com texto da superintendente e da arquiteta, Stella Soares, com participação da FUMPH e do DPHAP–MA, caracterizando o compartilhamento sugerido em Amsterdã, 1975.

91 Mais tarde o prof. Alexandre Fernandes Corrêa, se retirou por incompatibilidade de ideias.

Tabela 12 – Apresentação do instrumento nº 05.

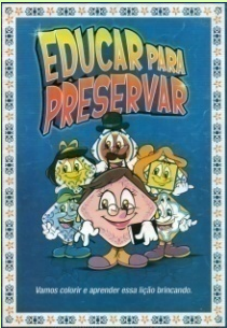
PUBLICAÇÃO	ÓRGÃO	ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR
	3ªSR/IPHAN	2005	Texto informativo tipo manual (58 páginas)	Centro Histórico de São Luís – Patrimônio Mundial.	Srª Kátia Bogéa (historiadora e superintendente da 3ªSR/IPHAN) e da arquiteta do mesmo instituto Stella Brito, participação de Raphael Pestana FUMPH e DPHAMP-MA.

Em 2005, a “Associação dos Amigos do Odylo⁹²”, por meio do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho⁹³, publicou a cartilha “Educar para Preservar”, no formato de revista em quadrinhos, com texto da Srª Zelinda Machado de Castro Lima, pesquisadora em folclore e cultura popular e então diretora do Centro de Criatividade, e participação da arquiteta Margareth Figueiredo.

92 ONG formada por funcionários do Odylo e da SECMA.

93 Órgão da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão – SECMA. Trata-se de um complexo cultural que fomenta e estimula a criação, difusão e fruição das diversas linguagens artísticas, por meio de cursos, oficinas, exibição de vídeos, filmes, exposições, apresentação de espetáculos e acesso a acervo bibliográfico. (MARANHÃO, 2007).

Tabela 13 – Apresentação do instrumento nº 06.

PUBLICAÇÃO	ÓRGÃO	ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR
	Associação de Amigos do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho por meio do Centro de Criatividade do Mesmo nome.	2005	Revista em quadrinhos (6 páginas)	Cartilha Educar para Preservar.	Sr ^a Zelinda Lima. (pesquisadora em folclore e cultura popular, então diretora do referido Centro de Criatividade) e participação da arquiteta Margareth Figueiredo.


A cartilha de EP denominada “Preservação de Incêndios, Centro Histórico de São Luís: Patrimônio Mundial”, do tipo livreto, foi lançada em 2006 pela 3ªSR/IPHAN, com texto da Superintendente e do Comandante do Corpo de Bombeiros.

Tabela 14 – Apresentação do instrumento nº 07.

PUBLICAÇÃO	ÓRGÃO	ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR
	3ªSR/IPHAN	2006	Texto informativo tipo manual (36 páginas)	Preservação de Incêndios, Centro Histórico de São Luís: Patrimônio Mundial.	Srª Kátia Bogéa (historiadora e superintendente da 3ªSR/IPHAN) e do Coronel Getúlio Pereira (Comandante do Corpo de Bombeiros).

Fora das esferas de governo, professor da área de antropologia, Norton Corrêa, e uma arte-educadora, Izabel Costa, da UFMA, em parceria com o professor historiador, Ananias Martins, lançaram em 2006, a cartilha, com tipologia de revista em quadrinhos, chamada “São Luís, cidade gostosa de se amar”.

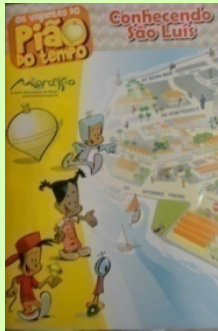
Tabela 15 – Apresentação do instrumento nº 08.

PUBLICAÇÃO	ÓRGÃO	ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR
	Iniciativa particular	2006	Revista em quadrinhos (28 páginas)	São Luís, cidade gostosa de amar.	Prof. Norton F. Corrêa e a arte-educadora Izabel Mota Costa (professores da UFMA) e participação do também prof. e historiador Ananias Martins Alves

A SETUR-MA⁹⁴ lançou em 2006, uma cartilha, do tipo revista em quadrinhos, chamada “Os viajantes do pião do tempo”, onde consta como autor o Sr. Iramir Araújo da empresa “Dupla Criação”. A publicação em questão surgiu depois da edição “São Luís, cidade gostosa de se amar” e se confunde com a mesma.

94 Em 1979 foi criada a Companhia Municipal de Turismo e Patrimônio Histórico, extinta em 1980. (Empresa Maranhense de Turismo S.A., 1982 e LEITE FILHO, 1997). Em 1986 o órgão foi ligado à Secretaria de Indústria e Comércio, passou à Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento do Turismo. Em 2007 passou à Secretaria Ordinária para o Desenvolvimento do Turismo.

Tabela 16 – Apresentação do instrumento n° 09

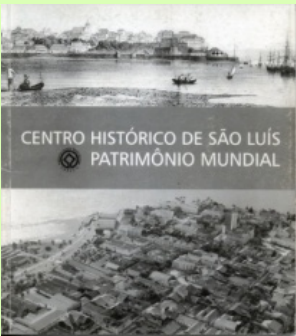
PUBLICAÇÃO	ÓRGÃO	ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR
	SETUR-MA	2006	Revista em quadrinhos (29 páginas)	Os viajantes do pão do tempo.	Sr. Iramir Araújo (profissional da empresa “Dupla Ação” que executou a revista) e ilustração de Beto Nicácio.

No mesmo ano foi iniciada a “Oficina Escola de Restauero”, por meio da FUMPH em parceria com a 3ªSR/IPHAN e Agência Espanhola, quando foram lançados os *folders*.

Em 2007, a FUMPH criou a Coordenação de Mobilização e Educação Patrimonial, visando atender o compromisso, gerado a partir do Plano de Reabilitação das Áreas Urbanas Centrais, de efetivar ações sócio-educativas com a participação das comunidades atingidas pelo plano em questão (BALBINO, 2008). Destaca-se aqui, que tal coordenação ou algo similar não existe nas estruturas dos demais órgãos de preservação no Estado do Maranhão. Em 2009, com a criação do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas, a FUMPH, em parceria com o IPHAN/MinC, conveniou quatro projetos de restauração, dentre eles o projeto para habitação social. Trata-se de projetos e, até o momento, não há nenhum resultado concreto desses investimentos.

A 3ªSR/IPHAN⁹⁵ reeditou, em 2007, a cartilha de EP “Centro Histórico de São Luís – Patrimônio Mundial”, com texto da Kátia Bogéa e da arquiteta Stella Brito.

Tabela 17 – Apresentação do instrumento n° 10

PUBLICAÇÃO	ÓRGÃO	ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR
	3ªSR/IPHAN	2007	Texto informativo tipo manual (70 páginas) Reedição acrescida de capítulos.	Centro Histórico de São Luís – Patrimônio Mundial.	(Srª Kátia Bogéa (historiadora e superintendente da 3ªSR/IPHAN) e da arquiteta do mesmo instituto Stella Brito) participação de Raphael Pestana FUMPH e DPHAMP-MA

Ainda em 2007 a 3ªSR/IPHAN publicou o material do tipo livro didático chamado “Desterro Meu Bairro, Meu Patrimônio,” com texto da historiadora, arquiteta e mestre em sociologia Srª Creudecy Costa da Silva, e participação das historiadoras e então bolsistas do PEP/IPHAN Flávia Luz Pessoa de Barros e Lucy Mary de Jesus Pereira Costa.

95 Lembra-se que nos mesmos moldes a superintendência lançou, em 2009, o “Manual de Preservação Alcântara, Cidade Monumento - Minha Casa é Patrimônio Nacional”, com mais informações e sempre com caráter de manual técnico para orientação em intervenções arquitetônicas voltadas para os moradores. Esta última cartilha não será analisada, pois se encontra em outra cidade, logo fora do recorte espacial desta dissertação.


Tabela 18 – Apresentação do instrumento nº 11

PUBLICAÇÃO	ÓRGÃO	ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR
	Publicado pela 3ªSR/IPHAN	2007	Texto livro didático, cartilha ou guia de EP (50 páginas)	Desterro Meu Bairro, Meu Patrimônio.	Srª Creudecy Silva (historiadora, arquiteta e mestre em sociologia) participação da pedagoga Lucy Mary e da historiadora Flávia Barro (bolsista do PEP/3ªSR/IPHAN).

Em 2008 o Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão - CPHNAM⁹⁶ lançou a cartilha de EP com tipologia de livreto e título de “Arqueologia do Maranhão”.

96 O Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, criando em março de 2002, e ligado diretamente a Secretaria de Cultura do Estado, desenvolve trabalhos de pesquisa, cadastramento, educação patrimonial, divulgação e proteção do patrimônio arqueológico, paleontológico e etnográfico do Maranhão.

Tabela 19 – Apresentação do instrumento nº 12

PUBLICAÇÃO	ÓRGÃO	ANO	TIPO	TÍTULO	AUTOR
	CPHNAMA	2008	Revista em quadrinhos (20páginas)	Arqueologia do Maranhão	Sr. Deusdedit Carneiro Leite Filho (arqueólogo e diretor do CPHNMA) da arqueóloga Eliane Gaspar do mesmo órgão e participação de uma equipe de profissionais da área educação e design (Terciano)

Nota-se que a partir do reconhecimento do valor histórico e cultural do patrimônio ludovicense pela UNESCO; do início dos trabalhos do IPHAN de identificação e mapeamento das ações educativas no início do novo milênio, e a criação da Coordenação Geral de Promoção do Patrimônio Cultural – Cogepron (2004), também conhecida como Coordenação de Educação Patrimonial - Ceduc, ocorreram ações em grande quantidade e diversificados tipos de publicações de caráter educativo, pelos três níveis de governo, e até fora dele, dentre os quais o lançamento de instrumentos do tipo cartilha educativa, objeto de estudo dessa Dissertação.

Com exceção da primeira e última cartilha - uma do DPHAP-MA e outra do CPHNAM, de mesmo autor -, nos respectivos anos de 1995 e 2008, coincidentemente foram lançadas dez cartilhas em exatamente uma década, desde que São Luís foi declarada Patrimônio Mundial até o seu décimo aniversário com o título. Por se tratar de um tipo de publicação em número considerável e com texto passível de análise, estes serão detalhados e analisados nos tópicos III.2 Contexto e política de preservação em relação às cartilhas e III.3. Análise das Cartilhas propriamente ditas.

Tabela 20 – Práticas Preservacionistas, Ações Educativas em São Luís, Ações Educativas no Brasil e Recomendações nas Cartas Patrimoniais. Pós-Título de Patrimônio Mundial (1997-2008)

PERÍODO ANO	CARTILHAS	PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS EM SÃO LUÍS	AÇÕES EDUCATIVAS EM SÃO LUÍS	AÇÕES EDUCATIVAS NO BRASIL	CARTAS PATRIMONIAIS
ANO EM QUE SÃO LUÍS FOI DECLARADA PATRIMÔNIO MUNDIAL 1997		<p>3ª SR/IPHAN efetivou parceria com Governo do Estado para estabilização e recuperação de prédios em área de tombamento federal.</p> <p>Criação da CPC - Coordenação Patrimônio Cultural da FUNC - Fundação Municipal de Cultura.</p> <p>Criação da Secretaria Municipal de Turismo – SETUR.</p>	<p>3ª SR/IPHAN lançou Programa de EP em parceria com Secretaria Estadual de Educação. (1997-1998).</p> <p>DPHAP-MA continuou realizando ações educativas. (pontuais).</p> <p>CPC, atual SPC do Estado continuou realizando ações educativas. (pontuais).</p> <p>CPC/FUNC distribuiu álbum ilustrado sobre evolução urbana e social da cidade.</p>		<p>Veneza, 1964;</p> <p>Norma de Quito, 1967;</p> <p>Compromissos de Brasília, 1970 e Salvador, 1971;</p> <p>Amsterdã, 1975;</p> <p>México, 1985.</p>
	<p>1997</p> 		<p>1997 - CPC/FUNC publica Cartilha de EP.</p> <p>Município lança Programa Turismo Educativo.</p>		
PÓS RECONHECIMENTO DA CIDADE PATRIMÔNIO MUNDIAL (1998/1999)	-	<p>(1990/2002) – 5ª Etapa PPRCHSL (recuperação e adaptação de prédios para habitação e instituições públicas).</p> <p>1999 - 3ª SR/IPHAN efetuou intervenção na Fonte do Ribeirão.</p>	<p>1998 - CPC, atual SPC do Estado publicou os livros sobre o patrimônio cultural e arquitetônico da cidade e Estado.</p> <p>1999 - 3ª SR/IPHAN distribuiu livreto sobre Fonte do Ribeirão.</p> <p>Município trabalhou Programa Turismo Educativo.</p>	<p>1999 – IPHAN lançou o Guia Básico de Educação Patrimônio.</p>	<p>Veneza, 1964;</p> <p>Norma de Quito, 1967;</p> <p>Compromissos de Brasília, 1970;</p>
1ª DÉCADA DO SÉCULO XXI	<p>2001</p>  <p>2004</p> 	<p>(2002/2006) – 6ª Etapa PPRCHSL (intervenção isoladas).</p> <p>3ª SR/IPHAN estabilizou e/ou recuperou prédios em área de tombamento federal.</p> <p>2003 - CPC/FUNC implantou o Núcleo Gestor (2003-2008). Perspectiva de Gestão compartilhada.</p> <p>2004 – 3ª SR/IPHAN efetuou intervenção na Capela das Laranjeiras.</p> <p>Município trabalhou Programa Turismo Educativo nas escolas públicas municipais da cidade.</p>	<p>DPHAP-MA e SPC do Estado realizaram ações educativas. (pontuais).</p> <p>2001 – SETUR publicou cartilha educativa.</p> <p>2004 – 3ªSR/IPHAN publicou Manual de Conservação Preventiva da Capela das Laranjeiras.</p> <p>2004 – surgiu o Programa de EP “Viver o Desterro” – lançado pela 3ª SR/IPHAN e CPC/Núcleo Gestor, com participação do Grupo de Estudos e Pesquisas do Patrimônio e Memória do curso de sociologia da UFMA.</p>	<p>2000 – Início das discussões e seminários sobre EP.</p> <p>2003 – Criação do Laboep (Laboratório de EP/UFF-RJ).</p> <p>2004 – Reunião Técnica em Pirenópolis – Ações Educativas para a preservação.</p>	<p>Compromisso de Salvador, 1971;</p> <p>Amsterdã, 1975;</p> <p>Nairóbi, 1976;</p> <p>México, 1985;</p> <p>Fortaleza - Patrimônio Imaterial, 1999;</p> <p>Convenção do Patrimônio Imaterial, 2003.</p>

	<p>2005</p>  	<p>2005 – CPC/FUNC foi elevada a FUMPH – Fundação Municipal de Patrimônio Histórico.</p> <p>2005 – FUMPH começou o Plano de Reabilitação das Áreas Urbanas Centrais para doze bairros do centro iniciado com o Desterro. A EP fez parte do plano.</p>	<p>2005 – FUMPH editou dois livros sobre o Desterro com proposta de reabilitação.</p> <p>2005 – Projeto “Teatro das Memórias” no propósito de continuar o programa de EP do ano anterior.</p> <p>2005 – 3ªSR/IPHAN lançou sua primeira cartilha de EP voltada para o CH, com participação da FUMPH e DPHAP-MA.</p> <p>2005 – lançamento da Cartilha de EP da Associação dos Amigos do Odylo por meio do Centro de mesmo nome.</p>	<p>2005 – 1º Encontro nacional de EP – São Cristóvão-Sergipe.</p>	
	<p>2006</p>   	<p>2006 – FUMPH em parceria com 3ªSR/IPHAN iniciou a “Oficina Escola de Restauo”, que formou apenas uma turma e durou dois anos.</p>	<p>2006 – 3ªSR/IPHAN lançou a cartilha de EP “Preservação de Incêndio, Centro Histórico de São Luís: Patrimônio Mundial.”</p> <p>2006 – Professores da UFMA lançaram cartilha de EP independente.</p> <p>2006 – SETUR/MA lançou cartilha de EP.</p>	<p>2006 – Convênio de Cooperação Técnica entre IPHAN e Laboep.</p>	

	<p>2007</p>  	<p>2007 – a FUMPH criou sua Coordenação de Mobilização e Educação Patrimonial.</p>	<p>2007 – 3ªSR/IPHAN reeditou a cartilha de EP de 2005.</p> <p>2007 – 3ªSR/IPHAN publicou a cartilha de EP fruto do programa de EP, texto de Creudecy e outros participantes, e influência do trabalho do Grupo de Pesquisa da UFMA.</p>	<p>2007 – Curso em Extensão sobre Educação e Patrimonial Cultural.</p>	
	<p>2008</p> 		<p>2008 – CPHNAM publicou sua cartilha de EP “Arqueologia do Maranhão.”</p>	<p>2008 – Oficina de Capacitação em EP e fomento projetos culturais “Casa do Patrimônio.”</p>	

II.5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico utilizado para a análise das ações educativas visando à preservação do patrimônio cultural, desenvolvidas em São Luís, foi o levantamento das ações existentes por meio de pesquisa bibliográfica, documental e empírica.

Com o intuito de possibilitar o entendimento de como foi encadeado seu desenvolvimento, de como foi aplicada e quais foram os resultados, a metodologia foi dividida do presente modo:

1. Mapeamento, levantamento e identificação geral dos instrumentos educativos em prol da preservação.
2. Seleção dos objetos de análise da Dissertação.
3. Apresentação dos doze instrumentos selecionados.
4. Leitura das Cartas Patrimoniais.
5. Aplicação da metodologia - procedimento da análise.
6. E a avaliação dos resultados obtidos, por meio de análise comparativa, entre os instrumentos e deles com as Cartas Patrimoniais.

1. Mapeamento, levantamento e identificação geral dos instrumentos educativos em prol da preservação

Na primeira etapa procedeu-se ao levantamento e identificação dos instrumentos de promoção das ações educativas de caráter preservacionista, realizadas no Centro Histórico da cidade a partir do reconhecimento de tais ações por instituições da administração pública. Utilizou-se nesta fase a pesquisa bibliográfica, documental e empírica.

A pesquisa bibliográfica foi aprofundada nas categorias de estudo sobre as temáticas: Patrimônio Cultural, Preservação, Práticas Preservacionistas e Ações Educativas tendo por alicerce as Cartas Patrimoniais.

A pesquisa documental foi desenvolvida junto aos órgãos e instituições que, direta e indiretamente, trabalham e/ou efetuam pesquisa ou, ainda, guardam registros em suas bibliotecas e arquivos sobre patrimônio cultural e sua preservação. São eles: o IPHAN, a SPC e seus DPHAP-MA e DPE, a 3ªSR/IPHAN, CPHNAM, Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, FUMPH, SETUR, SETUR-MA, SEDUC, SEMED, SECMA, UFMA, UEMA, Arquivo Público do Estado e *sites* na internet.

Para desenvolver a pesquisa empírica ou, mais especificamente, a coleta dos dados, tomou-se como instrumental o uso de tabelas para o mapeamento das ações educativas, junto aos órgãos de preservação - turismo, museus, casas de cultura e secretaria de educação do Estado e município -, considerando a classificação dos instrumentos, o ano e a especificação do material. Procedimentos para um primeiro levantamento geral de instrumentos e ações, e posterior detalhamento dos instrumentos levantados para a análise.

O levantamento das ações foi realizado junto aos seguintes órgãos: 3ª SR/IPHAN no âmbito federal; na esfera estadual junto a SPC; DPHAP-MA; CPHNAM; MHAM; Associação dos Amigos do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho por meio do Centro de Criatividade com mesmo nome e SETUR-MA, todos vinculados à SECMA. E nos órgãos municipais foram feitos levantamentos na FUMPH, antiga CPC/FUNC e SETUR.

2. Seleção do objeto de análise da Dissertação

Do universo de instrumentos a serviço das ações educativas destacam-se as cartilhas, manual e o livro didático, uma vez que somam um número significativo do conjunto levantado, totalizando doze documentos. Além do mais, nenhum deles foi objeto de estudo, constituindo, portanto, material inédito e dotado de texto, o que possibilita a análise.

3. Apresentação dos doze instrumentos selecionados.

A fim de categorizar os universos de atuação e sistematizar os instrumentos de análise foi elaborada uma tabela que revela a evolução do conceito de patrimônio e cultura no conjunto dos doze instrumentos, pautado nas Cartas Patrimoniais, e os diferentes entendimentos sobre a ação educativa de acordo com a análise dos critérios - órgão promotor, contexto da elaboração, autor, objetivo, extensão espacial e público que pretende atingir, conteúdo e linguagem – que compõe o sistema metodológico deste trabalho. Como parte dos procedimentos metodológicos foram levantados ainda os temas abordados nos objetos de estudo possibilitando a análise-comparativa.

Questionários foram aplicados e/ou feitas entrevistas com pelo menos um dos autores de cada instrumento de análise, acerca do contexto em que cada material foi elaborado; metodologia ou diretrizes utilizadas; objetivos; experiência e avaliação. Vale lembrar que os questionários foram aplicados a apenas autores de dois instrumentos, pela impossibilidade de um contato pessoal – um fora do país e outro por motivo de doença. Os demais foram entrevistados pessoalmente.

A interpretação dos elementos fundamenta-se nas Cartas Patrimoniais, na identificação das similaridades e divergências entre os instrumentos, no foco do material, no estabelecimento da relação entre ações educativas e práticas preservacionistas.

4. Leitura das Cartas Patrimoniais

Alicerçada na leitura das Cartas Patrimoniais buscou-se diretrizes que ajudassem na identificação da relação entre as práticas preservacionistas e as ações educativas. Como esta se define como começam e aonde chegam.

5. Aplicação da metodologia de identificação da relação entre as ações educativas e práticas preservacionistas

A aplicação da metodologia aos instrumentos teve como base a pesquisa bibliográfica e documental, nos acervos de São Luís; entrevistas e pesquisa de campo para levantamento das ações nos variados universos.

A partir da leitura dos instrumentos foram identificadas palavras como: preservação, patrimônio cultural, mundial, histórico, edificado, urbano, elementos originais, azulejos, memória, identidade, centro histórico de São Luís, IPTU e participação - ficando claro o foco de cada instrumento, suas características e possibilitando a análise comparativa.

Procedeu-se à análise através da identificação e reflexão sobre as concepções de preservação, patrimônio, cultura e ações educativas presentes no material dialogando com as cartas patrimoniais, e comparando os instrumentos. Momento em que foram utilizadas tabelas e gráficos.

As entrevistas e/ou questionários - identificados com dados dos autores - com perguntas fechadas sobre os instrumentos, têm a finalidade de apreender as ideias dos entrevistados acerca do contexto em que cada material foi elaborado; metodologia ou diretrizes utilizadas; objetivos; experiência e avaliação.

As respostas às perguntas ajudam na contextualização e possibilitam o confronto a fim de serem verificadas as diferentes formas de entendimento dos instrumentos de análise.

Assim foi sistematizada uma metodologia que permitiu a partir da análise de doze instrumentos da promoção de ações educativas, entender a relação entre preservação do patrimônio cultural e ações educativas, considerando seus limites e potencialidades.

6. Avaliação dos resultados

A aplicação dos procedimentos metodológicos para estabelecer a relação entre ações educativas e práticas preservacionistas nas cartilhas, permite constatar a pertinência e efetividade do sistema metodológico proposto.

PARTE III

SÃO LUÍS E OS INSTRUMENTOS PARA A PROMOÇÃO DAS AÇÕES EDUCATIVAS

III.1. OS INSTRUMENTOS PARA A PROMOÇÃO DAS AÇÕES EDUCATIVAS EM SÃO LUÍS

Após os tombamentos e principalmente depois que São Luís alcançou o título de Patrimônio da Humanidade, as práticas preservacionistas e intervencionistas foram intensificadas pelos três níveis de governo através de seus órgãos competentes.

Como se sabe, as primeiras ações educativas se davam por meio da disseminação de divulgação e informação, através dos veículos de comunicação como as publicações em jornais, revistas e livros. Mas, entre aquele momento inicial e hoje, as relações entre a preservação do patrimônio cultural e as ações educativas para a preservação do patrimônio se tornaram mais complexas na capital maranhense.

As ações no campo da EP têm sido colocadas como ferramentas em favor da preservação do patrimônio cultural. Geralmente acontecem em ambientes diversos utilizando-se de instrumentos e ações isoladas e heterogêneas como: órgãos e instituições de preservação, museus, casas de cultura, órgão de turismo, universidade, escolas e comunidades do centro histórico.

Segue tabela, com levantamento de dados sobre universo de instrumentos em prol da ação educativa em São Luís, junto aos órgãos atuantes e/ou analisados.

Foi possível realizar tal levantamento a partir de uma investigação em diferentes órgãos, em suas bibliotecas, dissertações, monografias, livros, relatórios, revistas, e através da coleção de muitos desses instrumentos, inclusive algumas cartilhas Brasil afora. Mas a maior parte dessas informações foram disponibilizadas por gestores e técnicos por meio de conversas, entrevistas e algumas vezes recebidas mais tarde por email, uma vez que a maior parte delas não está organizada e muitas vezes não consta em quaisquer publicações, dificultando o acesso. Posteriormente as informações foram organizadas e sistematizadas dando origem às tabelas que seguem.

Dentre o universo de instrumentos de promoção da ação educativa em São Luís, encontramos pelo governo do Estado através da atual SPC/SECMA, aqueles abaixo relacionados. (ANDRÉS, 2006).

Tabela 21 – Universo dos instrumentos da SPC/SECMA – Superintendência de Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura.

UNIVERSO DE INSTRUMENTOS	ANO ⁹⁷	ESPECIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS
Intervenção no acervo arquitetônico	1980-1982 Durante a 1ª etapa do PPRCHSL	As obras da Feira da Praia Grande e obras de urbanização do entorno
Maquete e Desenho em perspectiva	1980-1982	Obras da Feira da Praia Grande e obras de urbanização do entorno
Maquete	1980-2011	Maquetes do acervo arquitetônico e urbanístico do Centro de São Luís. Exposição no Solar dos Vasconcelos.
Palestras e Projeção de Slides	Desde a década de 1980 até 2000 2007	Com Projeção de Slides. “Projeto Reviver/Praia Grande” Com exibição de vídeo. Por técnicos da SPC e convidados. Para funcionários do órgão e a ele vinculados.
Vídeo	1998	Vídeo. “Centro Histórico de São Luís Maranhão: Patrimônio Mundial”
Folder	1998	Expo Documenta Maranhão “Centro Histórico de São Luís Maranhão: Patrimônio Mundial” (SPC)
Exposição permanente no Solar dos Vasconcelos	2000-2011	Maquetes e painéis fotográficos do acervo arquitetônico e urbanístico.

97 Vale lembrar que o ano e a especificação dos instrumentos geralmente não constam na bibliografia ou não estão explícitos, tais informações foram levantadas junto aos gestores e/ou técnicos da época.

No bojo das atividades do DPHAP–MA⁹⁸, o órgão elaborou e executou projetos educativos em prol da preservação como a exibição de audiovisual, palestras, 14 edições de boletim informativo - espécie de jornal, publicação de livro e uma cartilha. (LEITE FILHO, 1997, p.45).

Tabela 22 – Universo dos instrumentos da DPHAP-MA/SPC/SECMA – Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão/ Superintendência de Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura.

UNIVERSO DE INSTRUMENTOS	ANO ⁹⁹	ESPECIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS
Palestras	Décadas de 1980-2000	Slides. Divulgação e informação sobre o patrimônio histórico e cultural local
Audiovisual	Décadas de 1980-2000	Audiovisual divulgando e informando sobre o patrimônio histórico e cultural local
Folder	Década de 1980-1990	Folder sobre CH de São Luís e municípios do interior do Maranhão (Viana, Caxias,...)

98 Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão.

99 Vale lembrar que o ano e a especificação dos instrumentos geralmente não constam na bibliografia ou não estão explícitos, tais informações foram levantadas junto aos gestores e/ou técnicos da época.

Jornal	1987-1991	14 edições do Boletim Informativo “Jornal Cantaria.”
Livro	1987	“Bens Tombados no Maranhão”.
Cartilha	1995	Revista em quadrinhos. “Zé Grafite e Tijolinhoem: Uma mudança radical”.

O CPHNAM¹⁰⁰ entre suas atividades trabalham divulgando a arqueologia do Maranhão e desenvolvendo pesquisas e ações educativas através de cartilhas, palestras, visitas guiadas, exposições permanentes e temporárias desde seu nascimento em 2002 de forma continuada até hoje.

100 Informações recebidas de Desudédit Carneiro Leite Filho, diretor do referido Centro.

Tabela 23 – Universo dos instrumentos do CPHNAM/SECMA – Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão/Secretaria de Estado da Cultura.

UNIVERSO DE INSTRUMENTOS	ANO	ESPECIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS
Palestras	Desde 2002	Slides sobre a arqueologia no Maranhão, para escolas, universidades, comunidade do Centro Histórico de São Luís e interior do Maranhão.
Visitas guiadas	Desde 2002	Visitas guaidas ao CPHNAM e salas de exposição sobre arqueologia do Maranhão.
Exposição permanete e temporária	Desde 2002	CPHNAM e suas salas de exposição sobre arqueologia do Maranhão.
Estudos e pesquisas	Desde 2002	Participação em seminários, cursos, salvamento de sítios.
Folder e cartazes	2008	Divulgação do patrimônio Arqueológico do Maranhão.
Cartilha	2008	“Arqueologia do Maranhão”.

O MHAM¹⁰¹, através do setor de Ação e Difusão Cultural do Museu, vem trabalhando na última década, programas e ações educativas para a comunidade e público escolar por meio de visitas guiadas, exibição de filmes, palestras, peça teatral e oficinas.

Tabela 24 – Universo dos instrumentos do MHAM/SECMA – Museu Histórico e Artístico do Maranhão/Secretaria de Estado da Cultura.

UNIVERSO DE INSTRUMENTOS	ANO	ESPECIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS
Palestras	Década de 2000	Apresentação de temas variados por técnicos do museu e convidados
Visitas guiadas	Década de 2000	Visitas guiadas ao museu, suas salas e seus bens móveis
Filmes	Década de 2000	Exibição de filmes
Oficinas	Década de 2000	Desenho, pintura e leitura direcionados para público variado
Teatro	Década de 2000	Apresentação de peça teatral Contando fatos da história local.

101 Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

Associação dos Amigos do Odylo¹⁰², por meio do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, usou como instrumento de ação educativa para a preservação a divulgação dos azulejos da capital e do Estado através de jornal O Estado do Maranhão; efetuou pesquisa, promoveu uma Oficina de Azulejaria, visitas guiadas e palestras; publicou e distribuiu catálogos, cartões postais e cartilhas. (MARANHÃO, 2009, p. 19).

Tabela 25 – Universo dos instrumentos da Associação dos Amigos do Odylo por meio do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho/SECMA.

UNIVERSO DE INSTRUMENTOS	ANO	ESPECIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS
Inventário	2004	Pesquisa para atualização do inventário de Dora Alcântara
Curso	2005	Oficina de azulejaria
Folder	2004-2006	Folder sobre o trabalho do inventário da azulejaria do Maranhão

102 A complementação de informações sobre os o universo de instrumentos foram obtidos diretamente com a Sr^a Zelinda Lima, ex-diretora do referido Centro de Criatividade e coordenadora geral do Projeto A Arte de Azulejar no Maranhão, que utilizou-se do universo de instrumentos em questão.

Jornal	2004-2006	Como meio de veiculação do projeto de Azulejaria no Jornal o Estado do Maranhão pela comemoração do aniversário da cidade, 08 de setembro.
Catálogos	2004-2006	Catálogo sobre os azulejos nas Igrejas e Museus, em São Luís e no Maranhão
Cartilha	2004-2006	Material para público escolar. Divulgação da importância da azulejaria nas Igrejas, Museus, em São Luís e no Maranhão
Postais	2004-2006	Postais divulgando a azulejaria nas Igrejas, Museus, em São Luís e no Maranhão.

Entre as ações da CPC/FUNC¹⁰³, atual FUMPH¹⁰⁴, encontra-se álbum ilustrado, cartilha, *folders*, folheto, livros, oficina de restauro, palestras, programa, projeto, e oficinas de educação patrimonial¹⁰⁵. Alguns desses dados também podem ser encontrados nas publicações: (PREFEITURA, 2005; BALBINO, 2008; SOARES, 2010). Vale lembrar que o Álbum ilustrado e a cartilha precedem à transformação da Coordenação em Fundação, bem como são ações anteriores à equipe que trabalha atualmente na FUMPH, sendo desconhecidas da mesma. Assim, tais informações foram encontradas junto ao antigo gestor da Coordenação em questão e colecionadas como todas as cartilhas e muitos dos instrumentos citados ao longo da presente Dissertação.

103 CPC – Coordenação de Patrimônio Cultural da FUNC – Fundação Municipal de Cultura.

104 FUMPH – Fundação Municipal de Patrimônio Cultural.

105 Dados disponibilizados por técnicos da FUMPH, a arquiteta Eloina Reis e o sociólogo Cidvan Santos, por meio de conversas, depois encaminhados via email e através de Relatórios e Apresentação de Projetos dos anos de 2004, 2005, 2006 e 2008.

Tabela 26 – Universo dos instrumentos da Coordenação de Patrimônio Cultural – CPC/FUNC, atual Fundação Municipal de Patrimônio Histórico – FUMPH.

UNIVERSO DE INSTRUMENTOS	ANO	ESPECIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS
Álbum ilustrado	1997	“São Luís através dos tempos 1912/1997” Evolução urbana e social da cidade, desde sua fundação até a conquista do título de Patrimônio Mundial.
Cartilha	1997	“Educação Patrimonial.”
Programa/projeto	2004	Programa de educação patrimonial “Viver o Desterro.”
Folder	2004	Praça “Panteon Maranhão.”
Livreto	2004	Caminhos da memória

Livro	2005- 2008	Desterro: um bairro além dos mapas. Desterro: uma proposta de reabilitação. Plano de Reabilitação do bairro do Diamante
Oficina	2004-2008	EP: viver o Desterro, Brincando com o patrimônio, Teatro das Memórias entre outras.
Palestra	2006	Conservação e Sustentabilidade do Patrimônio Arquitetônico de São Luís
Curso	2006-2008	Oficina-Escola de Restauro

A 3ªSR/IPHAN¹⁰⁶, por sua vez, utilizou manual, livreto, livros, cartilhas, *folders*, palestras, mostra fotográfica, audiovisual, visita ao Centro Histórico, programa, projeto e oficina de educação patrimonial¹⁰⁷.

106 3ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

107 Os dados que se seguem foram disponibilizados através de conversas e depois encaminhados via email pela superintendente, Srª Kátia Bogéa e posteriormente aqui organizados e sistematizados.

Tabela 27 – Universo dos instrumentos 3ª Superintendência Regional do IPHAN – 3ª SR/IPHAN.

UNIVERSO DE INSTRUMENTOS	ANO	ESPECIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS
Folder	1997	Programa de E.P. Educação, um Caminho para a preservação. Voltada para escolas.
	1999	Fontes de São Luís, com destaque para a Fonte das Pedras e Fonte do Ribeirão.
	2004	Programa de Educação Patrimonial “Viver o Desterro”
	2006	Folder educativo com informações sobre o monumento após serviço de restauração do altar-mor da Catedral
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	1997	Termo de cooperação técnica e financeira celebrado entre o IPHAN/MA e o Governo do Estado do Maranhão através da Secretaria de Estado da Educação, publicado no Diário Oficial em 30/12/97, com o objetivo de desenvolver o projeto de educação patrimonial, com vistas a fomentar e difundir o Patrimônio Cultural Maranhense junto ao público-alvo. Preparação de material necessário às palestras e visitas guiadas tais como, confecção de folder, audiovisual e montagem de exposição sobre a proteção ao patrimônio. 2º semestre de 1997
Livreto	1999	“Fonte do Ribeirão – Memória e Restauro.”
Manual	2004	“Manual de Conservação Preventiva da Capela de São José das Laranjeiras”
Cartilha	2005	“Centro Histórico de São Luís – Patrimônio Mundial.” (Em parceria com FUMPH e DPHAP-MA).
	2006	“Prevenção de Incêndio, Centro Histórico de São Luís: Patrimônio Mundial.” (Em parceria com o Corpo de Bombeiros).
	2007	“Centro Histórico de São Luís – Patrimônio Mundial.” Reedição com acréscimo de capítulos.
Livro didático	2007	“Desterro meu Bairro, meu Patrimônio.”
	2007	
Programa/projeto	1997	Programa de EP. Educação, um Caminho para a preservação. Voltado para escolas.
	1999	
	2004	Programa de Educação Patrimonial “Viver o Desterro.”
	2005	Projeto de EP Teatro as Memórias e/ou Lugares & Memórias, como continuidade do Programa de EP, “Viver o Desterro”
Vídeo	2005	
	2006	DVD - Projeto de EP “Teatro das Memórias”. Desterro - São Luís.
Oficinas	2003	Oficina de EP com alunos do 5º período do Curso de Pedagogia da UFMA. De 08 a 11 de julho.
	2003	Oficina de EP em São Luís e treinamento dos funcionários do IPHAN e Prefeitura Municipal.
	2003	Oficina de EP para professores da Escola municipal Rubem Almeida, bairro do Coroadinho, vizinha do monumento tombado isoladamente “Sítio do Físico.”
	2004	Treinamento aos técnicos do IPHAN/MA e Prefeitura Municipal de São Luís envolvido com o Projeto da Oficina Escola.

Exposições	1998	Exposição Comemorativa dos 60 anos do IPHAN Informar a sociedade do papel institucional e do trabalho desenvolvido pelo IPHAN, na Preservação do Patrimônio Cultural;
	2005	Exposição de encerramento do Programa de EP “Viver o Desterro” e entrega à comunidade da obra de instalação elétrica e segurança contra incêndio da Igreja do de Nossa Senhora do Desterro.
	2007	Realização da Exposição Ações do Núcleo Gestor do Centro Histórico (06/12/2007).
	2007	Realização da Exposição Cidades Patrimônio Mundial – UNESCO (06/12/2007).
Mini-curso	2000	Curso de Fundamentação Teórica da Restauração (de 04 a 06/ dez). Dirigido as diversas instituições públicas e privadas.
	2003	“Curso de Luminotécnica, Iluminação e Instalações de Segurança em Monumentos e Conjuntos Urbanos Tombados” (de 10 a 12/ dez).
	2005	Curso sobre o restauro do ferro, madeira e azulejaria. Aos técnicos do IPHAN, órgãos de preservação municipal e estadual e alunos da Oficina Escola, 03 a 06 de agosto.
Palestras/ Seminários	1997	Inventário de bens móveis sacros; “Panorama da Azulejaria no Brasil”; Critérios da Delimitação de Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís; Capela do Bom Jesus dos Navegantes.
	2003	“Posturas e Procedimentos nas intervenções em Edificações Históricas Tombadas; Lançamento da Campanha de uso disciplinado de Engenheiros Publicitários no Centro Histórico de São Luís.
	2004	Secretaria Municipal de Turismo sobre a Proteção do Patrimônio Cultural no Maranhão; EP ao Sindicato dos Guias de Turismo do Maranhão; EP ao SEBRAE; Proteção do Patrimônio cultural e a atuação do IPHAN.
	2005	Patrimônio Cultural e Turismo; 2º Fórum para o Desenvolvimento Sustentável do Bairro do Desterro, tema EP; sensibilização aos empresários maranhenses sobre o projeto de requalificação urbanística da Rua Grande em São Luís; Encontro Interinstitucional com a presença de representantes dos Ministérios da Educação, Turismo e Cultura, Secretários Estaduais e Municipais de Educação e Turismo, reitores das universidades públicas estaduais e federais, Prefeito de São Luís e representantes dos órgãos de preservação estadual, federal e municipal.
	2006	EP ao curso de Pedagogia da UFMA; União de Moradores do Centro Histórico de São Luís sobre a implantação do Programa de Revitalização do Bairro do Desterro e as obras de estabilização de imóveis em risco de desabamento que estão sendo realizadas pelo IPHAN; I Simpósio de Hospitalidade e Sustentabilidade no Pólo Turístico de São Luís, tema: Como desenvolver o turismo em cidades históricas de maneira sustentável – a experiência de São Luís. Aos alunos do Curso de Turismo da UFMA; Colégio Pitágoras - a missão do IPHAN na preservação do patrimônio cultural.
	2007	Cultura e Patrimônio Histórico; Museus e Desenvolvimento; OAB-MA tema: “Patrimônio Cultural, desafios da Preservação”; Guarda Municipal de São Luís, sobre Patrimônio Cultural; Fórum “São Luís, 10 anos de Patrimônio Mundial
	2008	Fórum de Desenvolvimento Sustentável – São Luís 400 anos; comunidade do bairro do Desterro no centro histórico de São Luís, sobre o programa de reabilitação do bairro. São Luís; Políticas Públicas de Preservação no Maranhão, a atuação do IPHAN; Direito do UNICEUMA, “São Luís, patrimônio Mundial – avanços e recuos na preservação do patrimônio cultural”; Seminário “Cidades Sustentáveis: Responsabilidade e desafios na construção da cidade que queremos; “Cidadania urbana: desafios para o fortalecimento do espaço público”; curso de Arquitetura da UEMA, “Legislação de Proteção do Patrimônio Cultural – a atuação do IPHAN”.
Livro	2008	“Guia de Arquitetura e Paisagem Cultural da Ilha de São Luís e Alcântara”
Tapumes educativos		Nas intervenções arquitetônicas em imóveis pela 3ªSR/IPHAN

A SETUR¹⁰⁸ municipal trabalhou com palestras com álbum, visitas guiadas, teatro de fantoches, exposições, painéis fotográficos, *folders*, cartilhas e oficinas. (SÃO LUÍS, 2007).

108 Os dados foram complementados pela técnica da secretaria, Sr^a Michelle Pinto e pela turismóloga e ex-técnica da mesma instituição Sr^a Janete Chaves.

Tabela 28 – Universo dos instrumentos da Secretaria Municipal de Turismo – SETUR Municipal.

UNIVERSO DE INSTRUMENTOS	ANO	ESPECIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS
Projeto	1997-2011	Projeto Turismo na Escola, atual Turismo Educativo promovido pela SETUR. Voltado para escolas públicas do município.
	1998	Projeto Conheça São Luís nas Férias: passeio turístico a pé pelo Centro Histórico de São Luís com visitantes e comunidade, promovendo a valorização dos atrativos históricos e culturais.
	2001	Projeto Informante Jovens: uma proposta de inclusão social pelo turismo.
	2006	Passeio Serenata. Instrumento de promoção cultural e do turismo. O programa de Hospitalidade e profissionalismo implementa o projeto Passeio Serenata em 2006.
Palestras	1997-2011	Sobre a importância do Turismo e preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental. Parte do Projeto Turismo Educativo.
Teatro	1997-2001	Teatro de fantoches. Como parte do projeto turismo educativo.
Vídeo	1998-2008	Exibição de vídeo
Exposição	1998-2008	Um olhar sobre o patrimônio. Com painéis da cidade abandonada, pichada e da cidade protegida, bem cuidada.
Folder	1998	Sobre o Programa Turismo Educativo
Cartilha	2001-2008	“As lições de Turisminho.” Inserida no contexto do projeto.
Oficina	2004-2011	Produção de objetos e atividades culturais por alunos. Culminância.
Visita guiada	1997-2008	Visita <i>in loco</i> ao Centro Histórico.
Livro	2007	“São Luís, turismo e memória: uma década de experiências da gestão pública municipal.”

Já a SETUR-MA¹⁰⁹ trabalhou com material de divulgação, propaganda e marketing, e lançou uma cartilha educativa. A Superintendente Sr^a Katarina Pinheiro e o Secretário Adjunto Sr. Carlos Martins, declararam que a referida Secretaria não tem trabalhos educativos para o Centro Histórico de São Luís, pois a mesma trabalha de forma “macro”, em todo o Estado, investigando o potencial turístico dos municípios. Entretanto, admitem que entre as décadas de 1970 e 1990, a secretaria em questão atuou na informação e divulgação do Programa Cultural de São Luís e demais Cidades Históricas do Estado. Mas, segundo a Superintendente, a SETUR-MA perdeu seus registros em 2007, quando mudou de endereço e modelo de gestão. Atualmente o órgão refaz seu acervo que, no entanto, ainda não está disponível. Hoje, os trabalhos educativos para a preservação do Centro Histórico da cidade são desenvolvidos pela SETUR do Município. Vale ressaltar que ainda assim encontrou-se uma cartilha de EP da SETUR-MA de 2006, posteriormente reconhecida pelo Sr. Martins.

Tabela 29 – Universo dos instrumentos da Secretaria de Turismo do Maranhão/Secretaria de Cultura – SETUR-MA/SECMA.

UNIVERSO DE INSTRUMENTOS	ANO	ESPECIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS
Divulgação	Desde a década de 1980	Divulgação do Maranhão. Folder, folheto, catazes e Guia Turístico.
Cartilha	2006	“Os viajantes do pião do tempo”

109 Criada em 2007 como órgão ordinário, foi antes órgão Estadual extraordinário, e antes ainda ligada a Secretaria de Indústria e Comércio em 1986.

Com relação às atividades do Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, com a criação da Superintendência de Cultura Popular do Estado, este passou a englobar a Casa da Festa – com acervo de manifestações culturais como danças e festas religiosas; A Casa do Maranhão – com exposição de manifestações mais conhecidas como o Bumba-meu-boi; e a Casa de Nhozinho – em homenagem ao artesão maranhense Antônio Bruno Nogueira, mais conhecido como Nhozinho, com exposição de suas peças em madeira e buriti, mostrando o cotidiano do maranhense, brinquedos e outros em miniaturas. Como não é o foco da presente Dissertação registra-se aqui, para os interessados, o trabalho monográfico “Educação Patrimonial em Museus como Recurso de Identidade e Memória”, de Rosândrea Maria Lopes Melo, do curso de turismo da UFMA, de 2007, onde constam como instrumentos das ações basicamente exposições e visitas guiadas.

Ressalta-se que em 2011 a 3ªSR/IPHAN lançou os livros paradidáticos, “Alcântara Patrimônio Contado: Alcântara, cultura e educação¹¹⁰”, para cada série do ensino Fundamental, de 5ª a 8ª, com conteúdo sobre o patrimônio local. Este material não será analisado por encontrar-se fora do recorte espacial e temporal, além de ter sido implantado recentemente¹¹¹.

Segundo a Superintendente do Ensino Fundamental – SEMED, professora Áurea Prazeres – e a coordenadora da equipe do currículo do ensino fundamental do município – professora Ilma Fátima de Jesus, em 2002, existia no currículo do ensino fundamental uma disciplina chamada Turismo, que perdurou até 2006 e, em 2007, com a aprovação da proposta curricular, deixou de existir. Como material de apoio para a disciplina, era adotado o livro “São Luís: Fundamentos do Patrimônio Cultural do Século XVII, XVIII, XIX,” do professor Ananias Martins.

110 O projeto supracitado é fruto de pesquisas desenvolvidas, desde 2007, pela historiadora e então bolsista do PEP/IPHAN Flávia Lus Pessoa de Barros, e orientada por Rodrigo Martins Ramassote, e parte do projeto “Educação Patrimonial nas salas de aula de Alcântara”, quando ocorreram oficinas. .

111 Material que remete à cartilha do Desterro, mas, enquanto esta foi idealizada para os moradores do bairro, o projeto de Alcântara foi elaborado para alunos e professores do local. Sob o ponto de vista da abordagem da identidade e memórias, conceitos, particularidades do local e interação com seu público alvo, também lembra as cartilhas de EP produzidas neste milênio. Tais livros paradidáticos apesar de diferentes remetem ainda aqueles publicados por Wilson Marques, com temas sobre O Centro Histórico de São Luís, suas lendas, e outros a exemplo de “Touchê: uma aventura na cidade dos azulejos,” na medida em que, dentre outras publicações, as de Marques vêm sendo adotadas para o Ensino Fundamental pela Secretaria de Educação do Estado do Maranhão – SEDUC e Secretaria de Educação do Município - SEMED.

Para o Ensino Médio, o Referencial Curricular sugere o tratamento dos temas de forma contextualizada¹¹², para discussão de problemas do cotidiano, entre eles assuntos ligados ao patrimônio cultural. Tais assuntos são tratados em várias disciplinas como a História¹¹³ e a Geografia¹¹⁴. Vale ressaltar que o Referencial citado é de 2010, logo está em fase de experimentação.

Vale registrar que a publicação de EP chamada “Desterro Meu Bairro Meu Patrimônio”, sem identificação impressa e explícita - ora tratada de livro, ora de livreto, ora de cartilha, ora de guia, ora de caderno de atividades ou livro didático – possui conteúdo que se assemelha em alguns pontos àqueles de algumas cartilhas analisadas. Há similaridade, também, com outros materiais denominados cartilhas em diferentes cidades do país, tais como: a cartilha de Belém, “Memória Viva: pequeno guia de educação patrimonial”; as lançadas, no período de 2008/2009 em Natividade-TO, “Patrimônio, Identidade e Ação”, no contexto da Cooperação UNESCO/Monumenta/MinC; as publicações de Pernambuco, que têm as mesmas características e conteúdo, embora não sejam explicitamente identificadas como cartilha; “Igarassu: refletindo sobre o patrimônio cultural”; e “Goiana: refletindo sobre o patrimônio cultural”, também produzida no contexto da Cooperação UNESCO/Monumenta/MinC¹¹⁵.

Todo esse material é da década de 2000 e possui a mesma linha, ou seja, trabalha apoiado nas questões da história, memórias e identidades, colocando o sujeito em primeiro plano, em consonância com as Cartas de Veneza (1964), Amsterdã (1975), México (1985), Fortaleza (1997) e Convenção do Patrimônio Imaterial (2003). Percebe-se ainda reflexos do Projeto Interação e da EP em Horta.

Ainda da década de 2000 encontrou-se a cartilha de Santo Amaro – Rio Grande do Sul, “A Educação Patrimonial construindo (re)significações,” IPHAN/MinC e outros parceiros, e “Educação Patrimonial em Icó: conceito e diretrizes, Fortaleza-

112 A partir da matriz de competências e habilidades de cada disciplina.

113 São colocada em pauta questões da memória oral e escrita; monumentos; patrimônio histórico; museus, arquivos e bibliotecas; poder, trabalho e movimentos sociais; Estado, Nação, Democracia e Cidadania; Diversidade e Regionalização Culturais; Matrizes Culturais Brasileiras e Maranhenses; Simbólico e Sagrado, valorização e proteção do patrimônio histórico cultural local, regional e mundial, entre outros.

114 É trabalhada a cartografia; espaço geográfico e nova ordem mundial; urbanização e políticas públicas; bases conceituais. A disciplina de Arte, entre outras, trabalha a identificação e potencialidades artísticas e culturais existentes no Maranhão à luz de manifestações nacionais e internacionais; valorização do patrimônio artístico local e mundial, percebendo a importância da memória para a ressignificação da realidade.

115 Ver SOBRAL 2008; SANTOS, 2008; LIMA, 2008; LIMA, 2008.

CE, 2009¹¹⁶; “Plano Piloto 50 anos: cartilha de preservação/Brasília, 2007, lançada pelo DPAM – Departamento de Patrimônio Material do IPHAN - a cartilha contém normas técnicas e voltada aos moradores.

Dá década de 1990, a cartilha de Goiânia, “Cuidando do Patrimônio Cultural” de 1997, trata da história, memória, identidade, arqueologia, como e por que preservar e da importância da educação patrimonial, uma cartilha que parece bem atual, de acordo com aquelas supracitadas que tratam os mesmo temas. Estas são algumas das publicações que foram encontradas.

Todo o material de diferentes cidades do país supracitados têm como foco as pessoas, como o objetivo de promover a autoestima e sentimento de pertencimento difundindo o conhecimento sobre seu patrimônio cultural, na perspectiva de propiciar a construção de trocas culturais e integração para o exercício da cidadania e responsabilidade com o patrimônio, por meio da história e memória.

O arcabouço de formas e tipos de instrumentos usados pelos órgãos estaduais, municipais e o federal, no que tange às práticas preservacionistas e ações educativas - cartazes, *folders*, livretos, jornais, álbum ilustrado, teatro, cartilhas, manuais, projeção de slides, vídeo, palestras, maquetes, exposições, intervenção no acervo arquitetônico, oficinas, projetos e programa - lançados inicialmente com objetivo geral de divulgar, bem como informar e sensibilizar a população com relação à importância do patrimônio cultural varia com relação ao público e conteúdo.

116 Voltada para as escolas de ensino fundamental.

III.2. CONTEXTO E POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS CARTILHAS E ANÁLISES

Em São Luís, foram identificadas dez cartilhas, um manual e um livro didático enquanto instrumentos para a ação educativa, no período de 1995 a 2008, lançados por órgãos de preservação do patrimônio, instituto, associação e/ou ONG's, professores da UFMA, Secretarias de Turismo do Estado e Município. Algumas cartilhas aparecem com a identificação na capa ou na sua parte interna, outras têm explicitada, no seu interior, a denominação ora de cartilha, ora de manual, seu autores chamam de cartilha, manual, revista, livro, livreto, guia, livro e/ou cadernos didáticos.

Embora notem-se diferenciações nas características dessas publicações, não há pretensão, por parte desse trabalho, de entrar no mérito das definições, mas apenas analisar como cartilhas e manual os documentos que assim se auto definem.

Como alertado em II.4 “São Luís Patrimônio Mundial: três níveis de governo,” as cartilhas são objeto de análise do presente tópico. Serão novamente apresentados, e depois contextualizados. Seus respectivos conteúdos serão explicitados e, posteriormente, analisados. A análise foi estruturada sobre as concepções de preservação e ações educativas presentes nas Cartas Patrimoniais.



No âmbito estadual nasceu a primeira cartilha para a promoção da ação educativa em prol do patrimônio de São Luís, publicada no formato revista em quadrinhos e chamada “Zé Grafite e Tijolinho em: uma mudança radical”. Elaborada por e a partir da iniciativa do arqueólogo e então diretor da DEPR/DPHAP-MA, em 1995, Sr. Deusdedit Carneiro Leite Filho, a publicação contou com a participação de uma equipe de profissionais da arqueologia, educação e ilustração, e teve tiragem de cinco mil exemplares, com o patrocínio do Governo Espanhol – através do plano de ajuda à proteção de desenvolvimento cultural nos países Ibero-americanos.

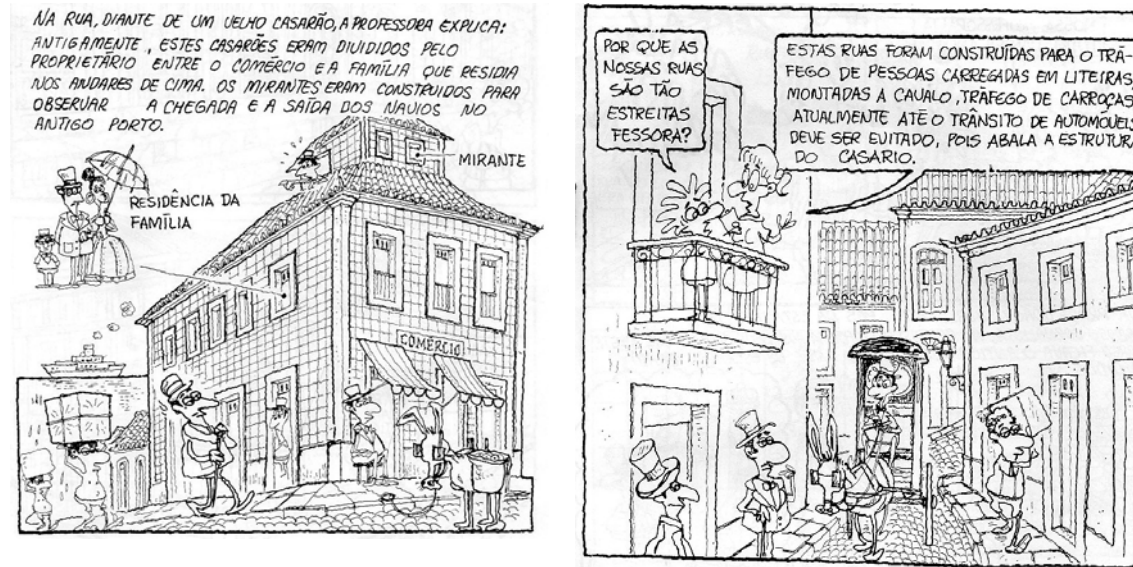
O material foi pensado como “forma de contribuição para a veiculação e circulação de conhecimentos acerca do patrimônio edificado da cidade.” Na época, o Governo do Estado fazia investimentos, iniciados desde a década anterior – através do PPRCHSL-, na Praia Grande, área federal de tombamento e “havia uma grande demanda de expansão de serviços e obras em áreas residenciais em processo de abandono,” área tombada pelo Estado em 1986, onde “aconteciam intervenções descaracterizantes, em crescente escala, apesar da legislação e atuação dos órgãos responsáveis.” Assim as pessoas que chegavam ao DPHAP-MA para tratar de questões técnicas como o licenciamento de obras e os benefícios de isenção do IPTU recebiam a cartilha em caráter informativo. Nas escolas, onde o material foi menos utilizado, servia como instrumento de reflexão e integração entre alunos, professores e instituição. (LEITE FILHO, 2011, em resposta a questionário).

O objetivo do material era sensibilizar e conscientizar os moradores do Centro Histórico de São Luís e o público escolar infante-juvenil, para a valorização e preservação do patrimônio cultural edificado da cidade. A cartilha pretendia atingir seu público alvo através de conteúdo estrategicamente selecionado e adaptado, por uma equipe multidisciplinar, para uma revista em quadrinhos que somava pequenos textos e desenhos em linguagens complementares, permitindo de modo lúdico um fácil entendimento. Em preto e branco, tinha ainda a intenção de proporcionar, às crianças, a possibilidade de colori-las.

A história acontecia em um ambiente escolar onde era feita uma pesquisa sobre o patrimônio edificado da cidade, buscando aproximar público e patrimônio com a idéia de pertencimento e herança comum, através de seus personagens.

A cartilha, com foco no patrimônio construído, contou com uma abordagem informativa, dialógica e pedagógica, e assim trouxe o entendimento da preservação através do seu valor histórico e de uso. Tratou temas como a formação histórica da cidade; explicou como os imóveis e lugares funcionavam; falou brevemente sobre a história de alguns deles; destacou alguns de seus elementos característicos, e sua utilidade; e sugeriu uma visita ao centro histórico, em consonância com as recomendações das Cartas de Nova Déli, 1956; Veneza, 1964; Paris, 1968; Compromisso de Brasília, 1970; Amsterdã, 1975; Nairóbi, 1976 e México, 1985.

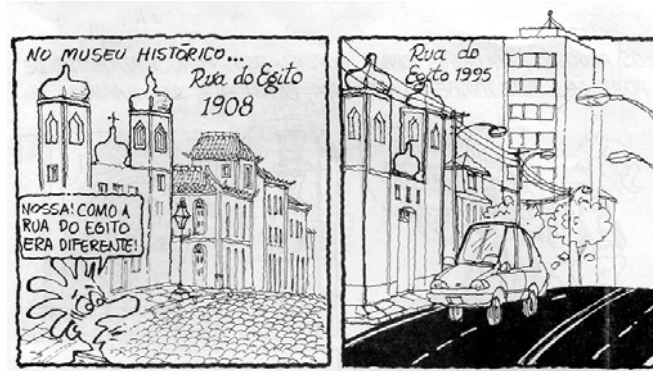




A cartilha apresentou as tipologias arquitetônicas e a importância dos seus elementos característicos que, se preservados asseguram-lhe originalidade – os azulejos, telhados e seus materiais -, conforme Carta de Veneza, 1964; Carta do Restauo, 1972; Carta de Burra, 1980 e Nara, 1994, ressaltando o valor do bem isolado, e do conjunto, mostrando sua dimensão urbana e atribuindo valor à todas.

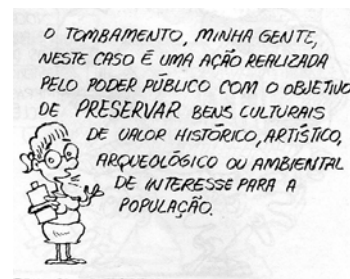


Além de mostrar a dimensão urbana do patrimônio, falou sobre a conservação, uso e transformações sofridas por imóveis e lugares ao longo do tempo.



A cartilha visou o valor do patrimônio histórico, arquitetônico e urbano do Centro de São Luís, mas citou ainda, as dimensões democrática - procurando envolver a população local com o tema enquanto parte de seu cotidiano -, e imaterial – saberes e fazeres, conforme visto na Declaração do México, 1985, e que mais tarde ganhou força, com a Carta de Fortaleza, em 1997, e Convenção do Patrimônio Imaterial, em 2003. Nota-se que o instrumento em prol da preservação acompanha as grandes expansões do conceito de patrimônio e cultura sem perder o foco no patrimônio construído.

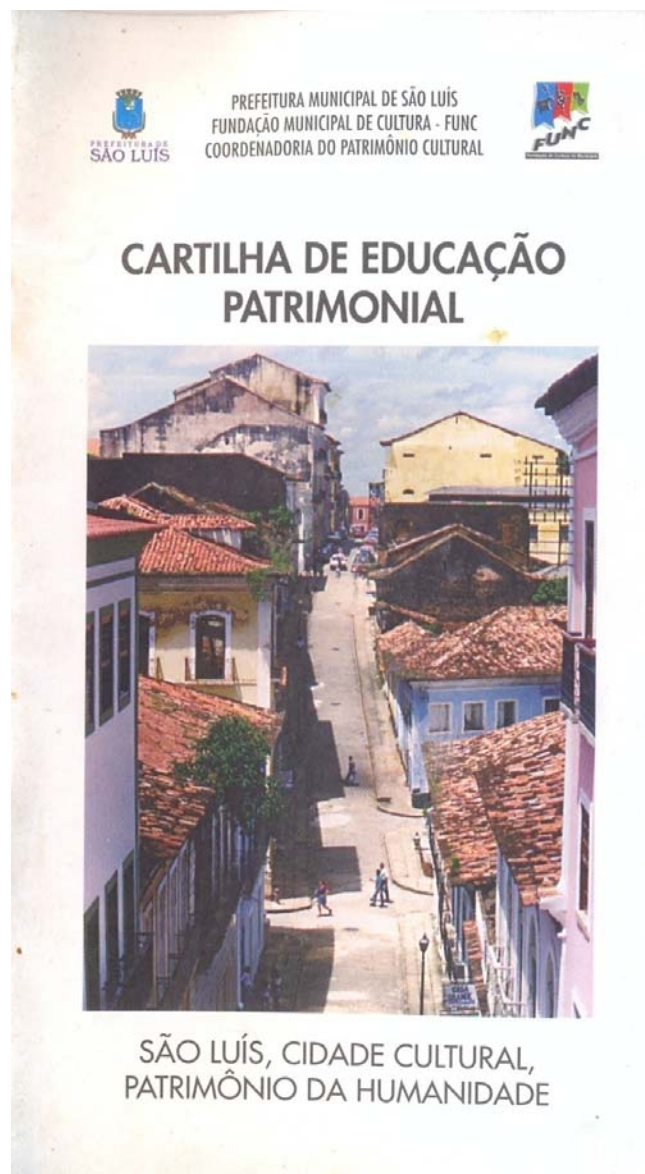
Questões de legislação, tombamento, mecanismos e instrumentos de fiscalização, licenciamento de obras nas áreas tombadas, também foram tratados, em conformidade com Nova Deli, 1956 e Paris, 1968. As responsabilidades do Estado e do cidadão foram lembradas, segundo Declaração do México, 1985. O direito a isenção de IPTU - para quem mantivesse as características essenciais dos prédios preservadas -, incentivo fiscal recomendado em Amsterdã, 1975, bem como os órgãos de preservação estadual e federal também foram destacados, como recomenda o Compromisso de Brasília, 1970.



A ação educativa nessa cartilha é entendida como aquela que pode acontecer no ambiente formal e não formal. Na escola, com a participação de estudantes (Nova Deli, 1956 e Compromissos de Brasília, 1970); através de linguagem simples, explicando como o patrimônio é interesse de todos e faz parte da memória edificada da cidade, destacando o valor do acervo arquitetônico como fonte primária de conhecimento. (Amsterdã, 1975 e México, 1985).

A cartilha foi publicada na época em que o termo EP ainda não era conhecido na cidade, o patrimônio era algo novo para população em geral e precisava ser divulgado. Então, o material foi uma importante fonte de informação e busca de interação com os ludovicenses; preocupou-se em desenvolver linguagem capaz de estabelecer diálogo entre órgão de preservação e população e de despertar o interesse pela preservação, principalmente através das escolas que cultivam um ambiente acolhedor para discussões sobre temas cotidianos do cidadão. Trata-se de um trabalho comprometido e consciente. Quanto a avaliação, não foi sistemática, mas parcial, na medida em que havia a procura do material por parte do público em geral.

Na cartilha em questão, a relação entre a prática preservacionista e ações educativas, situa-se a partir de uma perspectiva histórica, arquitetônica e urbanística, assumindo uma abordagem de caráter informativo, dialógico e pedagógico.



A primeira cartilha no âmbito municipal, no formato de texto com perguntas e respostas, chamada “Cartilha de Educação Patrimonial”, surgiu em 1997, da iniciativa do historiador e então coordenador da CPC/FUNC, Sr. Ananias Alves Martins, que também elaborou o texto, com a participação de duas arquitetas¹¹⁷ da referida coordenação. A publicação teve tiragem de mil exemplares.

O material foi pensado no momento em que São Luís recebeu o Título de Patrimônio Mundial e a Prefeitura criou sua Coordenação de Patrimônio Cultural. Assim, tinha como finalidade, ao mesmo tempo, divulgar o patrimônio da cidade – nas dimensões municipal, estadual, federal e mundial - e marcar a inserção da Prefeitura de modo mais concreto no contexto das ações preservacionistas, como recomenda o Compromisso de Brasília, 1970 e a Carta de Amsterdã, 1975. Até então, somente o Estado vinha fazendo esse papel. (ANANIAS MARTINS, 2011, em resposta a questionário).

Idealizada para a população de São Luís em geral e com foco nos moradores e usuários do Centro Histórico, o instrumento tinha como proposta facilitar o entendimento das pessoas sobre assuntos ligados ao patrimônio cultural da cidade. A cartilha pretendia atingir seu público alvo através de conteúdo selecionado, a fim de trazer esclarecimentos sobre questões do patrimônio, dirigindo-se diretamente ao morador. Para tanto foram utilizados um mapa das áreas tombadas e fotos do centro histórico e suas manifestações culturais, em preto e branco, que intercalavam as perguntas e respostas - sobre o tombamento e suas conseqüências; cita o patrimônio cultural enquanto referência de memória e identidade; o significado do título de Patrimônio Mundial e seus benefícios para a cidade; o licenciamento de obras na área tombada; a conservação e adaptação para novo uso; o patrimônio imaterial; a ajuda da população na preservação; as responsabilidades do Estado e do cidadão e a isenção de IPTU.

A cartilha não abordou a parte histórica da cidade. De caráter informativo, citou o patrimônio cultural por meio dos seus significados culturais, memória e identidade, mas focou na legislação, onde ressaltou o valor de uso dos bens imóveis isolados e em conjunto, e a necessidade de manter suas características essenciais como testemunho de experiências de vida e os significados culturais. (Veneza, 1964).

117 Karla Nunes e Patrycia Miranda.

Lembrou que um imóvel pode ser reformado, desde que “as intervenções de qualquer natureza em um bem ou em seu entorno mantenham seu nível de preservação” e suas “características originais.” (PREFEITURA, 1997, p. 15). E afirmou que um imóvel pode mudar de uso, desde que o órgão responsável constate que “as adaptações necessárias ao novo uso, não agridem ou modificam as características originais do edifício.” (PREFEITURA, 1997, p. 14). Ressalta, portanto, as questões de autenticidade contidas na Carta de Veneza, 1964; Carta do Restauro, 1972; Carta de Burra, 1980 e Nara, 1994.

O material afirmou que existem órgãos responsáveis em promover a preservação, citando a “CPC/FUNC, DPHAP-MA e IPHAN” - como recomendou o Compromisso de Brasília, 1970; citou a legislação, inventários como formas de preservação, entre outras. A cartilha lembrou que o tombamento protege juridicamente o bem para que este “não possa sofrer descaracterizações ou danos decorrentes de interesses privados ou institucionais,” impedindo que os bens “venham a ser demolidos, destruídos ou mutilados.” (PREFEITURA, 1997, p. 11).

O texto disse ainda que “as intervenções não autorizadas por órgão patrimonial, ou “[...] que ponha em risco a integridade do bem tombado e seu entorno, sujeitam os infratores a sanções administrativas, civis e penais, previstas em lei.” (PREFEITURA, 1997, p. 15). Destacou novamente, a importância de manter a autenticidade dos imóveis e conjunto arquitetônico, de acordo com as Cartas supracitadas.

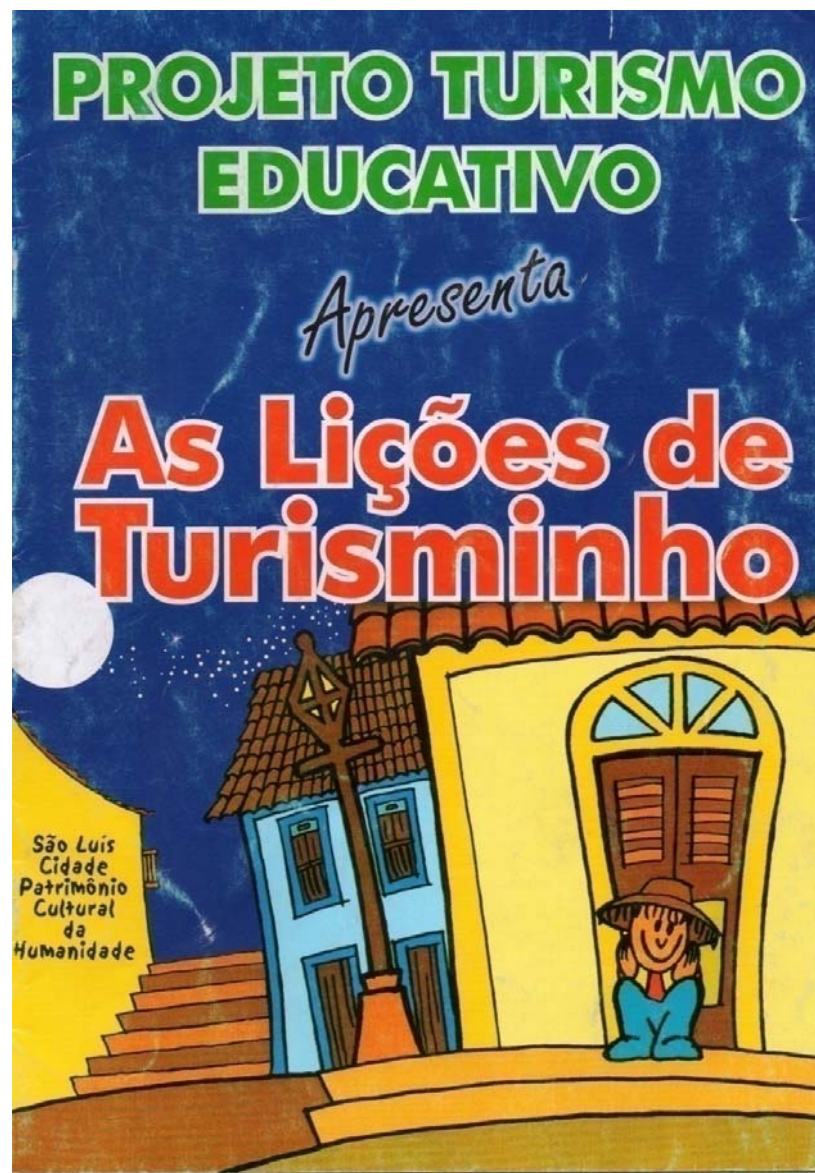
Mas, a cartilha também lembrou o incentivo fiscal de isenção de IPTU “para imóveis que estejam preservados, para que os proprietários possam aplicar o valor do incentivo em obras de conservação e restauração de seus bens” (PREFEITURA, 1997, p. 19), conforme sugere Amsterdã, 1975. Colocou a preservação do patrimônio material e imaterial, como condição para a conservação da memória social, identidade cultural e sentimento de pertencimento, de acordo com a Declaração do México, 1985.

A cartilha trouxe o entendimento de ação educativa enquanto divulgação e informação como sugere a convenção de 1972 e Nairóbi, 1976; citou o valor pedagógico do acervo arquitetônico como testemunho da história, e ressaltou o papel da população para com os bens patrimoniais (Amsterdã, 1975 e Nairóbi, 1976).

Na época em que a cartilha em comento foi lançada, tanto o tema EP quanto Patrimônio Mundial eram novos para os ludovicenses. Era necessária a divulgação bem como as informações acerca desses temas, mas o material não obteve êxito, pois foi recolhido antes mesmo de chegar ao conhecimento dos moradores do Centro, por problemas técnicos – de impressão e erros de digitação, segundo o autor.

Nessa cartilha não se percebe o desenvolvimento de uma linguagem capaz de envolver o seu público alvo. O material não foi trabalhado com nenhuma comunidade, assim como não houve avaliação.

Observou-se nesse instrumento que a relação entre a prática preservacionista e ações educativas, situa-se sob o ponto de vista da legislação e normas voltadas para as intervenções arquitetônicas em áreas tombadas, com caráter de divulgação, informação e orientação técnica.



Ainda no âmbito municipal surgiu a cartilha de EP, no formato que mistura quadrinhos e pequenos textos, chamada “As Lições de Turisminho.” Elaborada na SETUR municipal, em 2001, pela turismóloga Janete Chaves e a pedagoga Márcia Souza, e participação de Leomárcio Botelho, na ilustração, o material teve tiragem de mil exemplares na 1ª edição, com última reedição, em 2008, e patrocínio da SEMED – Secretaria Municipal de Educação.

A cartilha foi criada como mais um instrumento do projeto “Turismo Educativo”, que integra um plano de turismo, que por sua vez faz parte do Programa Hospitalidade e Profissionalismo da SETUR, órgão que, enquanto planejador e gestor do turismo de São Luís, fomenta ações de proteção ambiental e patrimonial, a partir de recursos turísticos.

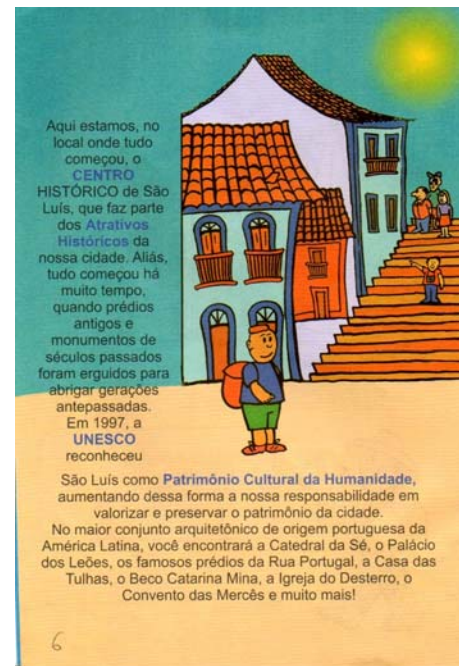
O projeto Turismo Educativo – de sensibilização por meio de palestras e passeios - teve origem em meados dos anos de 1990, no curso de Turismo da UFMA, desenvolvido pela professora Maria do Socorro Araújo com a participação de um corpo técnico. Em 1997 a SETUR foi criada e a prof.^a Araújo, convidada para assumir a secretaria, levando consigo seu projeto. A fim de prender a atenção do público alvo o projeto foi ampliado, recebendo novos instrumentos, como mostra, oficinas e exposição. A professora arte-educadora e Mestre em Cultura Popular, Izabel Costa foi convidada para trabalhar no projeto, criando, junto com o professor antropólogo da UFMA, Norton F. Corrêa, uma história e adaptando-a para um teatro de fantoches¹¹⁸. Em 2001, a professora Costa saiu da SEMED e levou consigo a história que havia criado. Nesse momento, a SETUR construiu nova história transformada em revista em quadrinhos e conhecida como “As Lições de Turisminho.” Esta visava fixar conteúdos do projeto e formar acervo da escola, sobre o tema do turismo, EP e ambiental. (JANETE CHAVES, 2011, em resposta a questionário).

O objetivo da cartilha era a sensibilização e orientação de alunos da rede municipal de ensino para a importância do turismo como fonte de preservação e valorização do patrimônio. A intenção era utilizar as informações sobre o turismo, EP e ambiental e conduzir para boas práticas de cidadania. O material pretendia atingir seu público alvo por meio da aproximação com o personagem Turisminho, que abre o diálogo e passa as informações de forma lúdica, com linguagem simples e objetiva, utilizando-se de imagens com intuito de complementar o conteúdo textual.

118 Com o personagem Luizinho em homenagem a São Luís, para conduzir a história.

A cartilha, colorida, tratou do conceito de turismo e oferta turística; ressaltou a importância da preservação do patrimônio e seus atrativos para a atividade turística.

Dentre os atrativos históricos – mostrou como pano de fundo, desenhos de símbolos mais emblemáticos da arquitetura local, monumentos e lugares, como a igreja do Desterro – monumento isolado; o acervo arquitetônico, e seus elementos característicos como janelas emolduradas, gradis, esquadrias em madeira, vãos com verga reta, arco pleno, e bandeiras que compõem o conjunto urbano considerado, conforme Veneza, 1964.



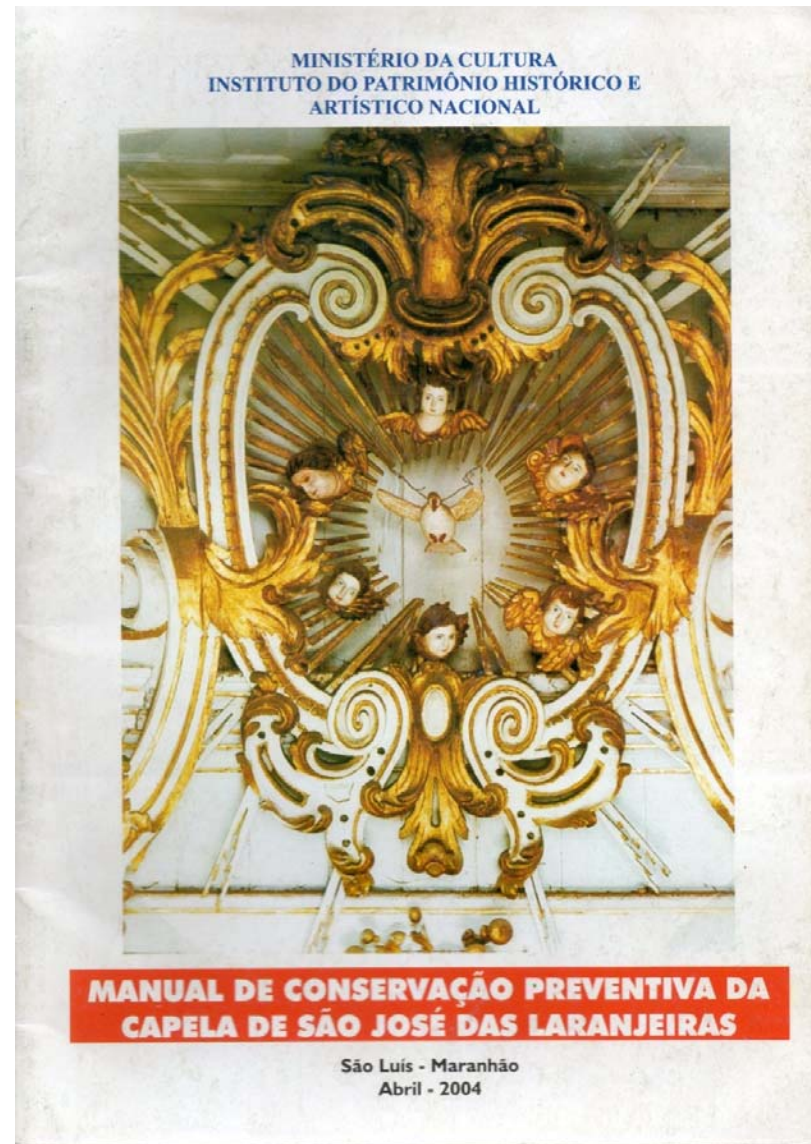
Quanto aos atrativos culturais e naturais citou as manifestações - saberes e fazeres; e as praias e paisagens, respectivamente, mostrando que sem eles o turismo não sobrevive.

A cartilha sugeriu a visita “*in loco*” colocando o valor pedagógico do patrimônio, segundo indicações de Amsterdã, 1975; a valorização e conservação da cidade, e a sensibilização e inclusão social para a sobrevivência de áreas centrais de acordo com Nairóbi, 1976, e México, 1985. A dimensão imaterial também foi ressaltada (Fortaleza, 1997, e Convenção, 2003). Enfim, a cartilha tratou o patrimônio histórico, cultural e natural igualmente, pois seu foco é no turismo e seus benefícios.

O entendimento da ação educativa, nessa cartilha, está em informar sobre o valor do turismo e seus benefícios para a preservação do patrimônio, e vice-versa, e o cultivo de “boas práticas,” como o fornecimento de informações e à hospitalidade. O turismo é apresentado enquanto contribuição para a valorização da história e cultura da cidade, como fator de desenvolvimento e qualidade de vida para a população. Percebe-se neste caso as observações dos Compromissos de Brasília, 1970, Salvador, 1971 e Norma de Quito, 1967.

Segundo a autora “durante a atuação do Projeto “Turismo Educativo” na escola, foram realizadas atividades, nas quais se percebia a compreensão geral dos instrumentos utilizados. Entretanto, Chaves afirmou que a cartilha precisaria de mais “aplicabilidade” e que “o conteúdo da mesma não era trabalhado diretamente” com os alunos, mas ficava na escola para trabalhos posteriores. Na SETUR não foram encontrados os relatórios com as avaliações, segundo técnica da Secretaria, com a mudança de governo e gestores eventualmente perdem-se documentos. Assim, nenhuma avaliação foi encontrada sobre o instrumento em questão. Vale lembrar que as cartilhas só foram distribuídas até o ano de 2008, mas o projeto continua.

A relação entre prática preservacionista e as ações educativas nesta cartilha, se estabelece por meio da informação, sensibilização e valorização do turismo e seus benefícios, que estão contidos no patrimônio histórico, cultural e natural. Assim, o material apresenta um caráter informativo, no sentido de sensibilizar e orientar ações educativas para o turismo, e não constitui uma cartilha para ação de EP.



No âmbito federal, o primeiro instrumento identificado de caráter educativo dentre as categorias aqui analisadas, foi um manual, no formato de texto informativo com fotos em preto e branco, chamado “Manual de Conservação Preventiva da Capela de São José das Laranjeiras”. Elaborado pela 3ªSR/IPHAN, em 2004, com texto da historiadora e superintendente Srª. Kátia Bogéa e da arquiteta da mesma instituição, Srª. Stella Brito, o material teve tiragem de trezentos exemplares.

O manual foi elaborado durante a restauração da Capela de São José das Laranjeiras, dos seus bens móveis e integrados, como ação educativa, para orientar os trabalhos de manutenção cotidiana da mesma, e foram disponibilizados aos responsáveis pela manutenção do bem tombado e moradores do entorno no ato da entrega da obra para a comunidade.

O material em questão pretendeu atingir seu público por meio de informações para dar conhecimento e desenvolver a consciência da comunidade, para o uso adequado e conservação preventiva dos bens; orientando a mesma acerca dos procedimentos de manutenção da Capela e de seus bens móveis.

O conteúdo do material dividiu-se em: histórico da Capela; a obra de restauração; por que preservar; principais causas da deterioração e envelhecimento dos materiais – higiene; ar; presença de insetos, microorganismos e roedores; umidade, temperatura e iluminação; guarda, transporte e manuseio dos objetos; melhor forma de prevenir – atos de vandalismo, erros cometidos por consertos realizados por pessoas sem conhecimento técnico, danos causados por plantas, acidentes, incêndio; lembretes e endereços úteis.

Em preto e branco, esse manual trouxe como foco a Capela das Laranjeiras, enquanto bem imóvel isolado (Atenas, 1931), e os bens móveis do seu interior (Paris, 1962), contou com uma abordagem de informação técnica e descritiva; colocou o entendimento da preservação através do seu valor histórico e artístico. Ora está voltada para arquitetos, historiadores, engenheiros e mão-de-obra especializada; e ora como orientação para quem cuida e faz a limpeza da Capela e seus objetos.

Em sua parte histórica descreve os materiais de sua construção como “[...] alvenaria de pedra e cal, madeira e ferro, pedras de cantaria e telhas, [...]” e sua configuração interna como “[...] planta de forma retangular com dois pavimentos, no térreo possui vestíbulo, alpendre ou copiar, átrio, nave, capela-mor, sacristia e pátio aberto, e no segundo pavimento apenas o hall de entrada, o

coro e uma área aberta.” Também tratou das características estilísticas neoclássicas de sua parte interna – retábulo-mor, altar-mor, arco-cruzeiro e guarda-corpo. (3ªSR/IPHAN, 2004, p.11). A mesa do altar de estilo barroco; e “decoreção rococó do altar,” misturados aos elementos neoclássicos. Informou, ainda, acerca da “[...] pia batismal da Capela, lavrada em lioz.” (3ªSR/IPHAN, 2004, p.12).

Com relação à obra de restauro, do bem imóvel, o objetivo era resolver problemas de degradação no sistema construtivo e bens móveis integrados da Capela, além de infiltrações na cobertura; o cupim no madeiramento; e problemas nas instalações elétricas, hidro-sanitária e de combate de incêndio. A cobertura foi recuperada “[...] obedecendo a forma, o material e o desenho original,” (3ªSR/IPHAN, 2004, p.22-24) segundo recomendações da Carta de Veneza, 1964; Carta do Restauro, 1972; Carta de Burra, 1980 e Nara, 1994, que tratam da originalidade e autenticidade dos bens patrimoniais.

Os bens móveis e integrados como “esculturas sacras, retábulo-mor, arco cruzeiro e portas,” estavam encobertos por diversas camadas de pinturas, impossibilitando a visualização da sua policromia original. “Os exemplares de serralheria, composta de grades, bandeiras e guarda-corpos foram recompostos em suas partes faltantes [...]. O piso e as molduras confeccionadas em mármore lioz foram recuperados [...],” de acordo com a Carta do Restauro, 1972. (3ªSR/IPHAN, 2004, p.12).

A cartilha tentou responder a questão “por que preservar”, alertando que “cada objeto é o testemunho concreto de um determinado momento de nossa história”; argumentando que conhecendo o passado, pode-se compreender o presente e planejar o futuro, ressaltou a capacidade que “uma forma, um material, um elemento decorativo” tem de resgatar informações históricas, vistos em Veneza, 1964. Conceituou manutenção, conservação, preservação e restauração, com intuito de proporcionar entendimento da ação preservacionista, remetendo aos documentos que colocam a questão da autenticidade do patrimônio como a Carta do Restauro, 1972; Carta do Restauro, 1972; Cone Sul, 1995 e Conferência de Nara, 1994.

O manual chamou a atenção para o uso inadequado e as causas da deterioração e envelhecimento dos materiais, e para a necessidade de cuidados preventivos para cada material afim de “garantir sua integridade física em condições adequadas,” e evitar danos e perdas. Para isso citou a limpeza rotineira, os cuidados e a melhor forma para limpar cada tipo de material - madeira

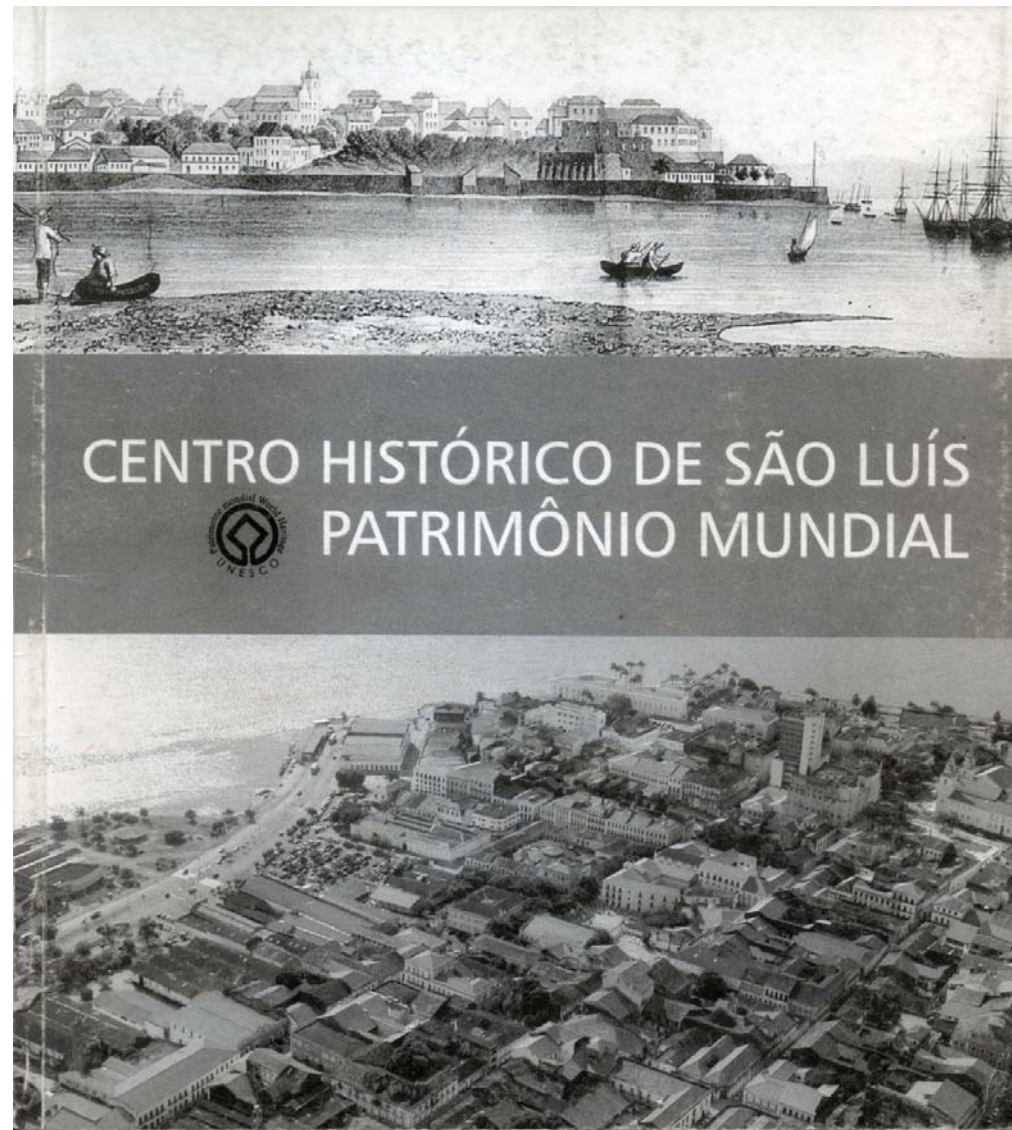
(imagens de santos e talhas); porcelanas, faianças e cerâmicas; metais; mármore e marfim, pedras e pisos -; citou formas de evitar danos e perdas aos bens (3ªSR/IPHAN, 2004, p.31 e 32), lembrando a Carta do Restauro.

O material alertou sobre a ação do ar, temperatura e iluminação; aves e pequenos mamíferos, fungos, bactérias e insetos que se proliferam e danificam peças e elementos que constituem os imóveis; e desse como fazer a ação preventiva; ressaltou ainda os cuidados com a guarda, transporte e manuseio dos objetos. Todos esses cuidados constam da Carta supracitada. O manual elencou ainda formas e procedimentos inadequados com relação aos bens, aborda os materiais específicos e orienta “a melhor forma” de evitar danos e perdas aos bens, ou seja, o material em prol da ação educativa aparece como orientação para a manutenção cotidiana e prevenção da Capela e de seus bens móveis por seus cuidadores, segundo a Carta do Restauro, de 1972. A cartilha citou a comunidade como guardiã do patrimônio, caracterizando a dimensão democrática de acordo com a declaração do México, 1980.

Segundo a superintendente os trabalhos de conservação e restauração de bens patrimoniais são sempre seguidos de ações educativas, com divulgação pelos meios de comunicação, edição de folderes, cartazes, cartilhas, manuais e/ou palestras, para diferentes públicos.

Longe de ser um instrumento de Educação Patrimonial, trata-se de um material informativo, de orientação técnica sobre como proceder para a manutenção adequada do bem e, nesse sentido, tem seu valor. Mas são normas práticas colocadas para que sejam cumpridas e não um material de apoio capaz de promover a EP, ou despertar o interesse da comunidade. Afinal normas geralmente são vistas como imposição e ao contrário, não são um atrativo para as pessoas. Quanto à avaliação, não houve um monitoramento a fim de saber os resultados.

A relação entre a prática preservacionista e ações educativas, neste caso, situa-se sob a perspectiva do monumento isolado, seus bens móveis e integrados, de caráter informativo e de orientação técnica voltados para a restauração e manutenção de seus bens.



Ainda na esfera federal, a primeira cartilha de EP, voltada para o Centro Histórico da cidade, possui formato de livreto, com texto informativo e fotos em preto e branco, denominada “Centro Histórico de São Luís – Patrimônio Mundial.” Foi lançada em 2005, pela 3ªSR/IPHAN, com texto da superintendente, Kátia Bogéa, e da arquiteta Stella Brito, e participação da FUMPH, com o arquiteto Raphael Pestana, e do DPHAP-MA. O material foi patrocinado pelo IPHAN/MinC com tiragem de três mil exemplares.

A cartilha foi publicada como parte da programação da semana de comemoração pelo aniversário de São Luís como Patrimônio da Humanidade. Percebe-se também uma tentativa de caracterizar uma ação compartilhada - conforme sugere a Carta de Amsterdã, 1975 – com a participação da FUMPH e do DPHAP-MA. Segundo a superintendente, a entrega do material, aos moradores da área federal de tombamento foi efetuada por dez alunos do curso de Turismo da UFMA, que foram treinados pela 3ªSR/IPHAN para fazer a “sensibilização” no ato da entrega.

A publicação teve o objetivo de informar acerca dos valores históricos e culturais, e orientar os moradores e usuários da área do Centro, reconhecida como Patrimônio Mundial, a respeito das intervenções arquitetônicas e quais os seus direitos e deveres para com o patrimônio. O material pretendeu atingir o público alvo por meio da informação e orientação.

O conteúdo do material dividiu-se em: caracterização do Centro Histórico de São Luís; a preservação e seus instrumentos, legislação e normatização; e gestores públicos e responsáveis pela preservação.

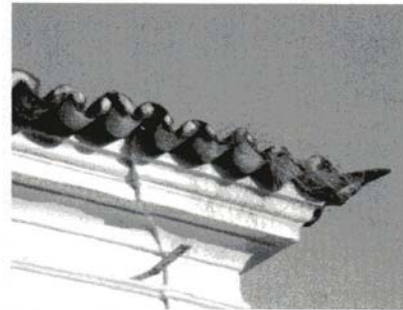
A cartilha, com foco no patrimônio construído isolado e os seus elementos que os caracterizam - segundo a Carta do Restauro, 1972; Cone Sul, 1995 e Conferência de Nara, 1994 -, abordou ainda a dimensão urbana (Veneza, 1964); citou brevemente o patrimônio imaterial, conforme México, 1985; Fortaleza, 1997 e Convenção de 2003. Com um texto informativo e prático buscou orientar tecnicamente as intervenções nos imóveis, dizendo o que pode e o que não pode ser feito, mostrando a preservação através do seu valor histórico e de uso.

O texto tratou da questão histórica, discorrendo de forma literária sobre a integridade do traçado urbano seiscentista, dos tamanhos das quadras e larguras das ruas; dos espaços e edificações. Citou, ainda, as tipologias arquitetônicas – sobrados, porta e janela, meia-morada e morada-inteira.



O material trouxe informações sobre elementos característicos das edificações como os telhados com capa canal, “[...] com beiras em beira-serveira, beira simples e beira e bica, terminadas geralmente em cimalkhas muito bem elaboradas;” os revestimentos de azulejos nas fachadas, ou pintura com tinta à base de água e cal; “os vãos estreitos regularmente dispostos nas fachadas são emoldurados em massa ou pedra de cantaria e são guarnecidos de balcões em grade de ferro trabalhado, ou forjado, fixados sobre bacia em pedra de cantaria.” Tratou ainda de materiais como piso – de pedra de lioz, cabeça de negro e do seixo rolado, o mosaico, o ladrilho hidráulico ou cerâmico; forro – “em madeira tipo saia e camisa, ripado simples ou em forma de

escama de peixe [...];” paredes – “em alvenaria de pedra com argamassa de cal de sarnambi e óleo de baleia, ou taipa, são rebocadas e caiadas e apresentam pé direito variando entre quatro a cinco metros;” varandas – com “esquadrias de madeira e vidro, do tipo veneziana ou guilhotina, voltadas para o pátio interno. [...] a riqueza de formas e desenhos dos entalhes das bandeiras de portas e cancelas;” a serralheria – “gradis em ferro das sacadas e balcões destaca-se pela enorme variação de formas,” (BÓGEA, 2005, p.21-24) caracterizando-os, segundo a Carta de Veneza, 1964; Restauro, 1972; Cone Sul, 1995 e Conferência de Nara, 1994.



A cartilha salientou que o “patrimônio arquitetônico retrata a permanência de vínculos indissociáveis entre elementos materiais e imateriais - visto no México, 1985 -, através da preservação das técnicas construtivas dos padrões de habitação, assentamento e uso do solo” (Veneza, 1964). Assim, as referências culturais da comunidade, junto com a excepcionalidade do conjunto, conferiram valores ao patrimônio edificado e possibilitaram o título de Patrimônio Mundial pela UNESCO (BÓGEA, 2005, p.27-28), segundo a Carta do Restauro, 1972; Cone Sul, 1995 e Conferência de Nara, 1994.

Com relação à preservação, a cartilha destacou “os aspectos das edificações (interior e exterior), tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e adornos; as relações desse espaço com seu entorno [...]” Lembrou “a tensão existente entre a necessidade de preservar esses elementos materiais e imateriais [...] e o aumento da demanda de atividades que ocorrem no Centro Histórico de São Luís,” causando perdas no “conjunto urbano e, sobretudo em suas edificações históricas.” Uso inadequado e modificações aleatórias têm “provocado descaracterização e mutilação desses bens culturais.” Assim, conta-se com o tombamento, mas “a dificuldade está na compreensão por parte da população de que o tombamento não congela o espaço urbano [...] é preciso estar atento para que as características essenciais, especiais não desapareçam.” (BÓGEA, 2005, p. 39-40).

Com relação aos engenhos publicitários, “não será permitida a colocação [...] quando prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, [...] monumentos típicos, históricos e tradicionais; obstruam, interceptem ou reduzam os vãos das portas e janelas e suas respectivas bandeiras [...]” nem quando “prejudiquem aspectos das fachadas, encobrendo total ou parcialmente o motivo essencial de sua composição ou por interromper a continuidade das linhas arquitetônicas” a exemplo das “cantarias, gradis, azulejos antigos e demais elementos arquitetônicos de adorno das edificações;” quando se tratar de fachada “revestida de azulejos, o engenho publicitário só poderá ser fixado no cunhal ou cadeias, caso os mesmos tenham revestimento de pintura sobre reboco.” (BÓGEA, 2005, p. 46).

O texto lembrou os instrumentos para a preservação das edificações e da área urbana como o inventário, o registro, a lei de planejamento urbano, o tombamento, a legislação e as normas; a manutenção de elementos e características dos imóveis (Veneza, 1964). Respondeu questões sobre tombamento – o que é; para que serve; quem pode o quê; sobre desapropriação; venda; mudança de uso; reforma; estabeleceu a diferença entre conservação e restauração; definiu o papel da comunidade; e dos órgãos responsáveis pela preservação; citou documentos necessários para análise e aprovação de projetos; tratou dos engenhos publicitários, citou o Decreto-Lei nº 25 de 1937; referiu-se ao papel dos moradores e de toda a sociedade para com o patrimônio.

O material afirmou que o tombamento não é autoritário e deve sempre ser acompanhado de ações de revitalização e conservação, e que para isso, precisa-se da colaboração da população (Amsterdã, 1975 e Nairóbi, 1976). Informou sobre o plano diretor, da importância de uso de materiais apropriados e chamou a atenção para o papel da comunidade em defesa do patrimônio. A cartilha afirmou que a população não entende como o tombamento valoriza o bem, e lembrou que suas características precisam ser mantidas, (Veneza, 1964), pois foi motivo do recebimento do título. Orientou sobre a necessidade de apresentar a aprovação do projeto nos órgãos competentes para que a obra seja autorizada; mostrou muitos ônus para apenas um bônus, que é a isenção do IPTU. Citou a necessidade de aplicação de normas e diretrizes para manter a harmonia do conjunto arquitetônico.

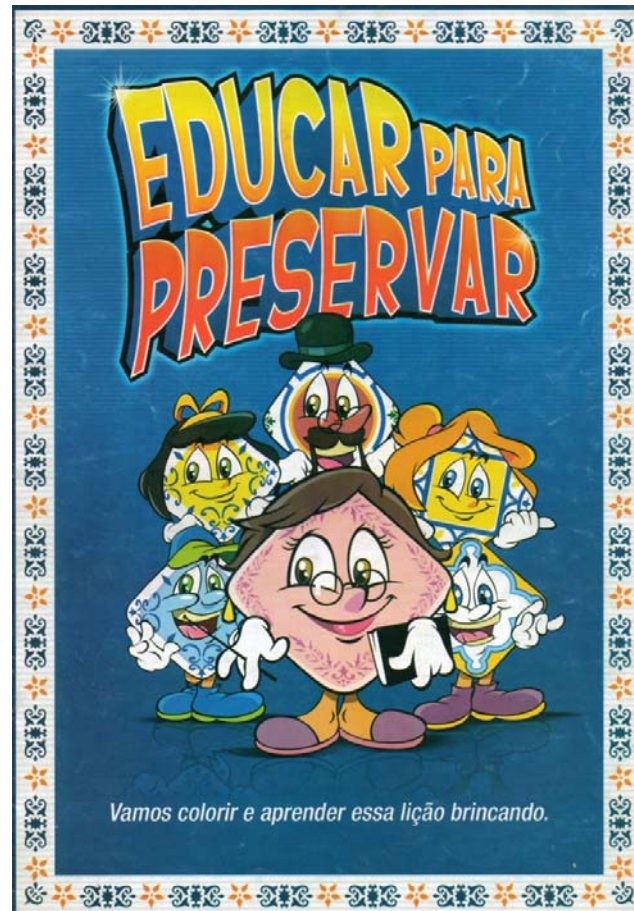
A cartilha trouxe a área federal de tombamento como foco, especialmente aquela reconhecida pela UNESCO, apresentando o patrimônio na sua dimensão urbana, mundial, democrática e imaterial, de acordo com Veneza, 1964; Convenção de 1972; México, 1985; Fortaleza, 1997 e Convenção de 2003.

O entendimento da ação educativa no material foi de orientar os moradores do Centro Histórico sobre a conservação dos edifícios e da área urbana, e resumiu-se a divulgação, informação e orientação do uso adequado do bem.

Esse material da 3ªSR/IPHAN, assim como o primeiro não é instrumento de promoção da EP, mas um material de orientação técnica sobre como intervir em imóveis situados em área tombada de São Luís e normas que estabelecem o que é e o que não é permitido, sem uma preocupação ou desenvolvimento de linguagem, metodologia e formas de aproximar a população

do patrimônio e/ou da instituição. É claro que esse tipo de material não tem capacidade para sensibilizar e nem conscientizar, mas apenas esclarecer normas e regras. Trata-se de um material importante, mas voltado para o técnico, e não para o morador do Centro, que é o público para quem se diz alvo.

Observou-se nesse instrumento que a relação entre a prática preservacionista e ações educativas, situa-se sob a perspectiva do patrimônio edificado arquitetônico e urbano e seus elementos essenciais, e para a legislação, com caráter informativo voltado para a orientação técnica de intervenções arquitetônicas em áreas tombadas.



A Associação dos Amigos do Odylo, por meio do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, elaborou a cartilha no formato de revista em quadrinhos chamada “Educar para Preservar”, em 2005. O texto é da pesquisadora em folclore e cultura popular, então diretora do referido Centro de Criatividade e coordenadora geral do projeto “A Arte Azulejar no Maranhão”, Sr^a Zelinda Lima e participação da arquiteta Margareth Figueiredo. A cartilha foi patrocinada pela VALE¹¹⁹ e teve tiragem de dois mil exemplares na 1^a edição e mais dois mil exemplares no ano seguinte, na segunda edição.

A cartilha foi pensada no período de 2005 e 2006 no âmbito de um projeto maior chamado “A Arte Azulejar no Maranhão” - que nasceu da idéia de reativar a Oficina Escola de Azulejaria -, e teve como finalidade a atualização e ampliação do Inventário de Azulejos efetuado por Dora Alcântara. No âmbito do projeto foram produzidos três tipos de materiais: os catálogos de azulejos, que tinham um caráter técnico e registraram todo o inventário realizado; uma coleção de cartões postais, com o objetivo de divulgar os painéis catalogados e, a cartilha educacional destinada a alunos da rede pública do ensino fundamental. O principal objetivo da “Arte Azulejar no Maranhão” foi inventariar e catalogar azulejos dos séculos XVII, XIX e meados do século XX do Estado, procurando-se identificar os tipos de aplicações, padrões, técnicas de decoração, de maneira a fornecer elementos que permitissem aos técnicos elaborarem diagnósticos sobre o estado de conservação e preservação dos mesmos, bem como viabilizar o acesso da sociedade às informações sobre a preservação da azulejaria maranhense, contribuindo para a compreensão e valorização do acervo. (LIMA, 2011, respondendo a questionário).

Nesse contexto foi inserido o subprojeto Educar para Preservar, com a cartilha, visando educar a população mais jovem, para a valorização e preservação desse acervo azulejar maranhense. O projeto teve a participação da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão - SEDUC. Como recurso, o projeto “Educar para Preservar” contou com visitas “*in loco*”, e kit constituído de vídeo, confecção de jogos e publicação da cartilha, dirigida aos alunos da rede pública estadual de ensino da periferia, área Itaqui-Bacanga, onde se encontra instalada a empresa patrocinadora, “VALE”, que delimitou o perímetro de atuação do projeto, como exigência sua, caracterizando uma ação de responsabilidade social.

119 Antiga CVRD - Companhia Vale do Rio Doce.

A cartilha teve o objetivo de divulgar os azulejos, de interesse para a preservação, existentes na capital e em mais três cidades do Estado – Alcântara, Viana e Caxias. De modo lúdico se propôs a trabalhar o material com o auxílio de uma profissional da educação (curso de letras), dois alunos do curso de arquitetura e uma arquiteta. Dessa forma foram passados conteúdos sobre dados históricos das cidades, conservação do patrimônio histórico e cultural, azulejos de interesse para a preservação, sua procedência e utilidade.



A cartilha abordou a tipologia arquitetônica, o uso das cantarias e azulejos.



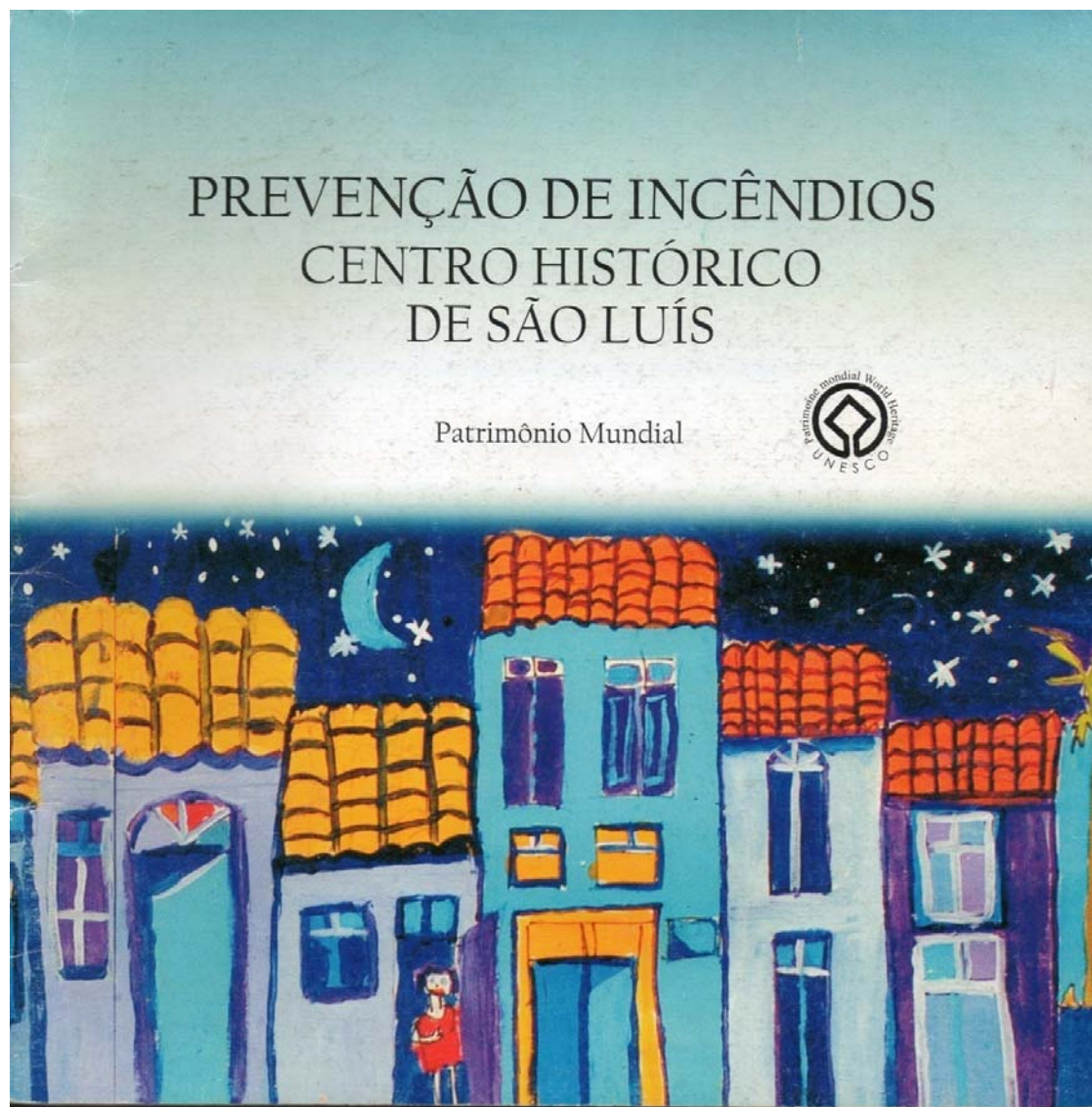
Citou o tombamento; lembrou que existem critérios para intervenção arquitetônica, e colocou o patrimônio como responsabilidade de todos (México, 1985).

A cartilha colocou o patrimônio na dimensão urbana, mas focou nos azulejos, enquanto elementos essenciais de interesse para a preservação e garantia da originalidade e autenticidade dos bens patrimoniais em suas dimensões urbana e arquitetônica. Destaca o patrimônio histórico, os lugares e imóveis com referências simbólicas. (Veneza, 1964).

O trabalho não teve continuidade, durou dois anos, apenas durante a semana do aniversário da cidade. Seu público não eram os alunos da cidade de São Luís, de modo geral ou do Centro Histórico, mas apenas da área Itaqui-Bacanga, onde está inserida a empresa patrocinadora, ou seja, responsabilidade social.

Quanto à avaliação, a autora disse que foi do projeto como um todo, e não das cartilhas propriamente ditas.

A relação entre a prática preservacionista e ações educativas nesta cartilha foi situada a partir do elemento azulejo enquanto característico da arquitetura ludovicense, e assumiu uma abordagem de caráter informativo, dialético, pontual e de divulgação.



A cartilha de EP, colorida e com texto informativo, denominada “Preservação de Incêndios, Centro Histórico de São Luís: Patrimônio Mundial” foi lançada em 2006 pela 3ªSR/IPHAN, com texto da Superintendente e do Comandante do Corpo de Bombeiros e tiragem de mil e quinhentos exemplares.

Quando perguntado a superintendente em que contexto a cartilha foi pensada, a mesma disse que “a idéia é em cima da fiscalização. Trabalhamos com diagnóstico, então, sabemos tudo que precisa ser feito, então, quando vai tendo condições financeiras vamos fazendo... é um trabalho permanente de informação” (BOGÉA, 2011, em entrevista).

A publicação, que internamente foi identificada ora como cartilha, ora como manual, teve o objetivo de orientar os moradores do Centro Histórico, da área federal de tombamento, sobre a importância da preservação do patrimônio de São Luís e os procedimentos básicos de prevenção e combate ao princípio de incêndio. O instrumento de caráter informativo, não abordou questões históricas e pretendeu alcançar seu objetivo por meio de orientações práticas.

A cartilha informou sobre a importância de preservar os edifícios e o conjunto, de acordo com Veneza, 1964; citou materiais de fácil combustão que compõem os imóveis como, “pau-a-pique, adobe, altares, forros, portas, pisos, estrutura dos telhados,” (3ªSR/IPHAN, 2006, p.8). Orientou sobre os procedimentos básicos de prevenção e combate ao princípio de incêndio; lembrou que existem normas para intervenção em imóveis tombados e órgãos de preservação, como sugeriu o Compromisso de Brasília, 1970. Sendo assim, “o cidadão deverá apresentar projeto ou especificações de serviços a serem realizados, solicitando alvará da prefeitura, que formará processo e enviará ao IPHAN ou ao DPHAP-MA”, dependendo da área onde se encontra o bem. (3ªSR/IPHAN, 2006, p.10).

Lembrou que o patrimônio de São Luís é Mundial, de acordo com a Convenção de 1972. Sugeriu a criação de rede de proteção do patrimônio cultural através da prática cotidiana da conservação preventiva e integrada; a função social dos imóveis e sua reintegração à vida da cidade, conforme colocado em Amsterdã, 1975. Informou das responsabilidades implicadas no fato da cidade ser reconhecida como patrimônio, inclusive com a participação da população, recomendada na Declaração do México,

1985; citou a sensibilização da comunidade para o significado dos bens culturais, e apresentou um plano emergencial de combate ao incêndio com orientação sobre o modo de agir.

Nesse material, informar e sensibilizar tem o mesmo significado quando a 3ªSR/IPHAN disse que a cartilha “tinha a função de conscientizar, sensibilizar, levar informação àquela população.” (BOGÉA, 2011, em entrevista).

Esse material da 3ªSR/IPHAN, assim como demais, não é instrumento de promoção da EP, e sim mais um material de orientação sobre como proceder em caso de incêndio e como fazer a prevenção, e nesse sentido é importante.

A relação entre a prática preservacionista e a ações educativas, nesta cartilha, se dá sob o ponto de vista da preservação das edificações, com abordagem informativa e de orientação no sentido de prevenir os imóveis de incêndio por meio de boas práticas dos moradores.



Fora das esferas de governo, professores da UFMA das áreas de antropologia, Norton F. Corrêa, uma de arte-educação, Izabel Mota Costa, com participação do professor historiador, Ananias Martins, lançaram, em 2006, a cartilha no formato revista em quadrinhos conhecida como “São Luís, cidade gostosa de se amar”, com primeira e segunda tiragem de mil exemplares e sem patrocínio.

A professora Costa havia desenvolvido uma história e peça teatral para o Projeto Turismo Educativo no período em que trabalhou na SETUR do Município. Quando saiu da Secretaria em 2001, levou a peça e deu continuidade a apresentação teatral em escolas da cidade. Em 2006 adaptou o trabalho para uma cartilha educativa no formato de revista em quadrinhos. Para tanto os autores contrataram a empresa “Dupla Criação”. (CORRÉA, 2011, em resposta a questionário).

Cartilha, colorida, tinha a finalidade de familiarizar, o público infanto-juvenil da cidade com fatos históricos e seu patrimônio cultural, despertando as novas gerações para o valor e a importância do Patrimônio Mundial e fixando os conteúdos de forma lúdica com pequenos exercícios no final. O material fez uma abordagem histórica de forma pedagógica sobre a cidade, mostrou a diversidade cultural – índios, negros, portugueses e franceses, e tratou da evolução urbana da cidade; definiu o patrimônio de modo abrangente, apresentando sua dimensão de monumento isolado e seus elementos característicos – azulejos, bandeiras, esquadrias, gradis nas sacadas - por meio de textos e ilustração, até a dimensão urbana, conforme Veneza, de 1964.



Convidou para visita *in loco*, mostrando o valor pedagógico do patrimônio (Amsterdã, 1975); citou a memória dos lugares e imóveis, ligando o passado ao presente; ressaltando o valor histórico, arquitetônico e urbanístico. (Veneza, 1964); citou o patrimônio imaterial, as tradições, usos e costumes, conforme a Declaração do México, 1985; Fortaleza, 1997 e Convenção de 2003.

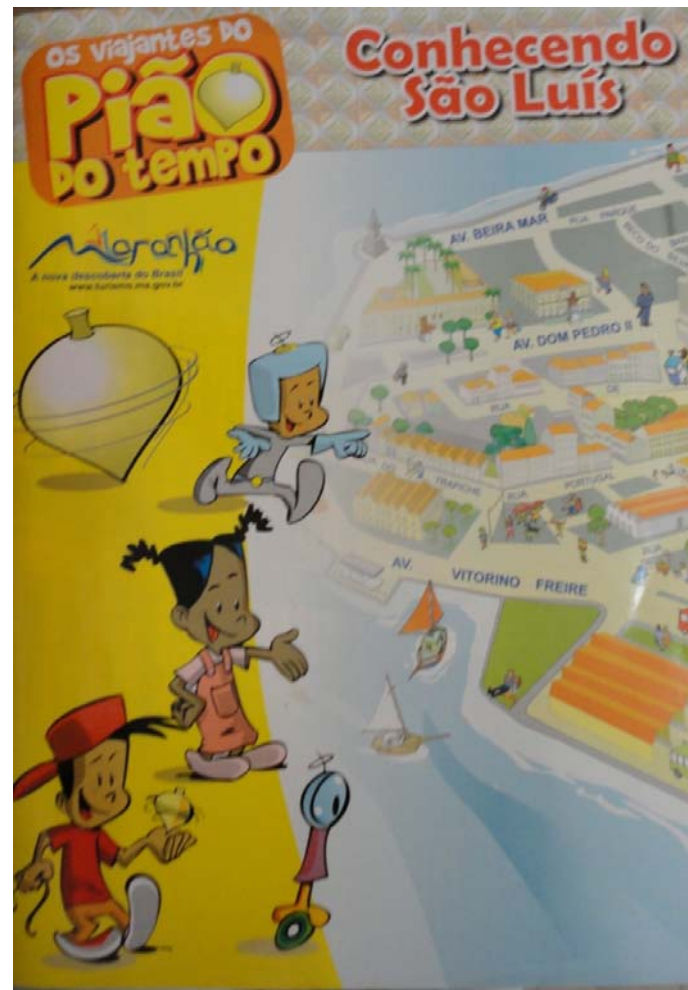


O material não teve foco em uma dimensão, mas abordou todas, mostrando a importância da preservação histórica, arquitetônica, ambiental, imaterial, simbólica, de uso, dos elementos essenciais dos imóveis e lugares. (Veneza, 1964; México, 1985; Fortaleza, 1997 e Convenção de 2003).

A ação educativa propicia o acompanhamento, envolvimento, reflexão e diálogo com o leitor (México, 1985). Os autores seguem a linha dialética, através de uma linguagem que permite a interação e aproxima o público do patrimônio. Busca mostrar como o patrimônio está inserido no dia-a-dia das pessoas, de forma lúdica, contando a história do lugar através de um personagem que dialoga e envolve o leitor. Apresenta o núcleo antigo da cidade como pano de fundo onde a história se desenrola, por meio de textos e imagens. Apresenta, no final, pequenos e lúdicos exercícios como forma de fixar conteúdos. (Atenas, 1964; México, 1985; Fortaleza, 1997 e Convenção de 2003).

Este material teve finalidade de fazer com que seu público se aproximasse, conhecesse e entendesse um pouco do patrimônio cultural de São Luís e da sua importância. O material constitui instrumento da ação educativa, mas não é um trabalho contínuo, como sugere as ações de EP.

De caráter informativo e pedagógico, a relação entre prática preservacionista e ações educativas nesta cartilha se dá sob o ponto de vista do patrimônio de forma mais abrangente, incluído o patrimônio arquitetônico, e urbanístico e seus elementos, do patrimônio cultural e natural.



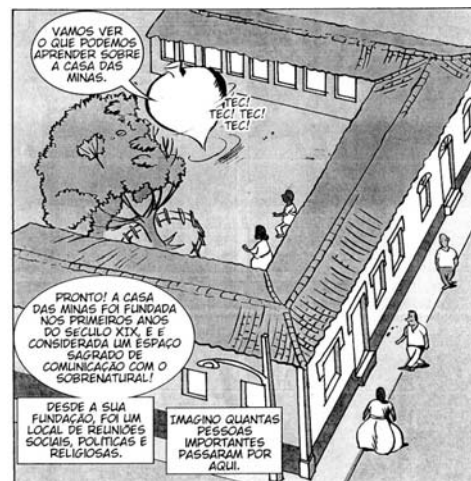
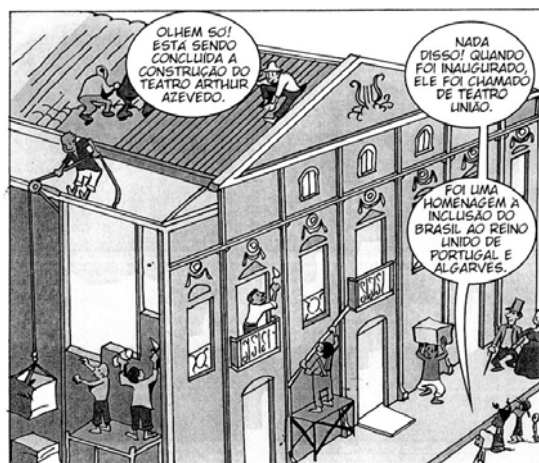
A SETUR-MA¹²⁰ lançou em 2006, uma cartilha em quadrinhos chamada “Os viajantes do pão do tempo”. Consta no material o nome do Sr. Iramir Araújo (historiador) como autor do texto e de Beto Nicácio responsável pela Arte. Não se sabe qual a tiragem dessa cartilha, mas o Sr. Araújo acredita que foram cinco mil exemplares. Salienta-se que além da SETUR e do Iramir a UNIGRAF foi consultada, mas não há registro dessa informação.

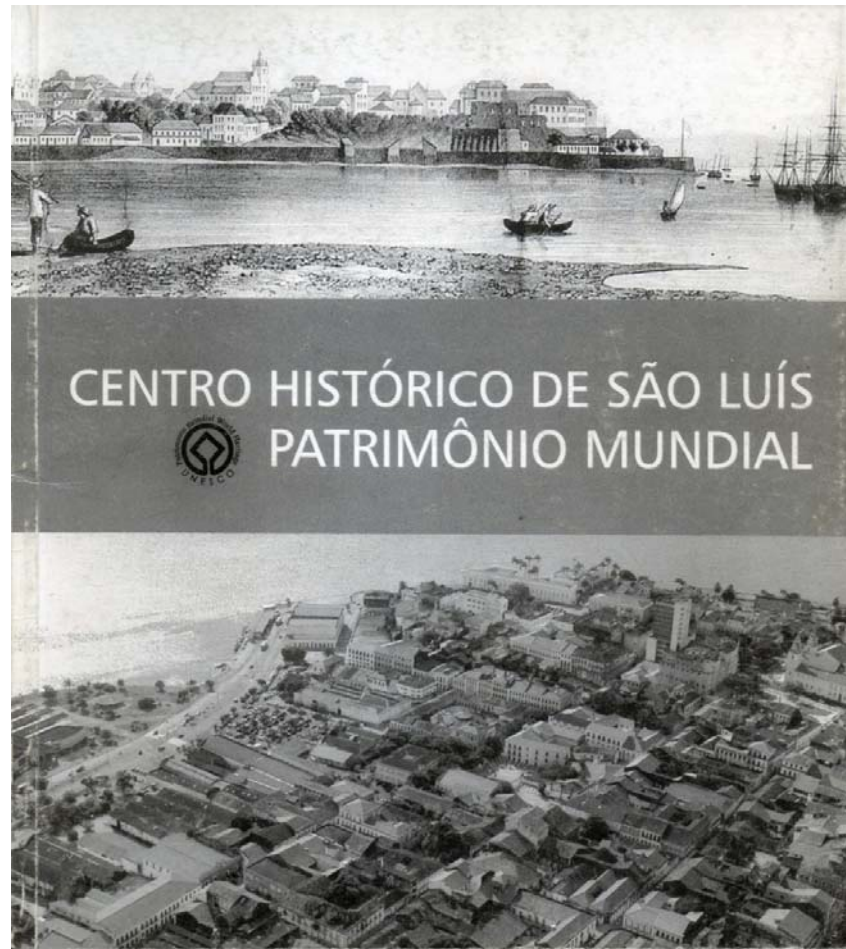
Segundo Araújo, no final do governo José Reinaldo a gráfica UNIGRAF – empresa que já trabalhava para a SETUR-MA - foi contratada para elaborar uma cartilha educativa com o tema Patrimônio Histórico, esta por sua vez contratou a empresa de publicidade chamada “Dupla Criação” para a elaboração do material. A empresa contratada havia adaptado anteriormente uma peça teatral para revista em quadrinhos, com temática voltada ao patrimônio cultural e histórico da cidade, de professores da UFMA. A cartilha que a “Dupla Criação” entregou para a SETUR-MA era similar a cartilha dos professores Norton Corrêa e Izabel Mota, sobre patrimônio cultural e história de São Luís.

Seu objetivo visou à divulgação do patrimônio histórico e cultural do Maranhão para o público infanto-juvenil e turistas. Curiosamente, a cartilha em questão não tratou do patrimônio histórico, cultural e ambiental, existentes em outras cidades do Maranhão, e seguiu o mesmo roteiro, história e linha de pensamento da cartilha anterior. Pretendeu atingir seu público abordando, da mesma forma, as mesmas questões da cartilha precedente.

De caráter informativo e de marketing, a relação entre prática preservacionista e ações educativas nesta cartilha se dá sob o ponto de vista do patrimônio de forma abrangente, incluído o patrimônio cultural, histórico arquitetônico e urbanístico, e natural.

120 Criada em 2007 como órgão ordinário, lançou a cartilha em questão quando ainda era órgão extraordinário, ou seja, Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento do Turismo, e antes ainda ligada à Secretaria de Indústria e Comércio, em 1986.





A 3ªSR/IPHAN reeditou, em 2007, por ocasião do aniversário dos dez anos do título de patrimônio mundial, a cartilha de EP de 2005, denominada “Centro Histórico de São Luís – Patrimônio Mundial” com igual tiragem de três mil exemplares. O material foi acrescentado dos capítulos “Patrimônio Cultural” e “Orientação para a conservação preventiva das edificações históricas e de paisagem urbana,” além de detalhar mais questões de isenção do IPTU.

Nessa reedição as dimensões do patrimônio apresentadas são as mesmas, ou seja, do bem imóvel isolado até o imaterial, mas sempre com o foco no patrimônio edificado e urbano, bem como nos elementos que lhes conferem autenticidade. O objetivo era sensibilizar a população, em particular os moradores da área reconhecida pela UNESCO, a participarem das ações de preservação do patrimônio cultural. Percebeu-se na introdução da cartilha, que o termo conscientização foi substituído por sensibilização.

Com destaque às orientações quanto aos procedimentos para intervenções nas edificações históricas, detentoras de características físicas especiais, segundo a Carta de Veneza, 1964; do Restauro, 1972; de Burra, 1980 e Nara, 1994, sobre autenticidade. A cartilha coloca o patrimônio como responsabilidade dos moradores do Centro e de todos (México, 1985); salienta a gestão compartilhada (Amsterdã, 1975) do patrimônio mundial, e os bens móveis, imóveis. Ressalta o registro (Fortaleza, 1997 e Convenção de 2003) e o direito à isenção de IPTU.

O material alerta que “o interesse coletivo está acima do interesse individual ou de um grupo”; que “cada um é responsável pela melhoria da sua cidade,” e que “para melhorar a cidade onde moramos é preciso conhecê-la.” Destaca que São Luís é patrimônio da humanidade e “o seu espaço urbano, arquitetura das edificações e monumentos históricos e suas manifestações culturais, lhes conferem uma identidade singular.” (BÓGEA, 2007, p.48).

Com o acréscimo de dois novos capítulos, o material explica, em um, quais os principais fatores de destruição das edificações históricas e da paisagem. Dentre os fatores apontados o uso inadequado dos imóveis e dos espaços urbanos; e as demolições e descaracterizações de imóveis históricos de interesse à preservação.

Quando da mudança de uso ressalta a importância da “sensibilidade dos proprietários e técnicos para intervirem o mínimo possível, mantendo a autenticidade e integridade do imóvel;” acrescimos “devem ser feitos dentro do critério de reversibilidade; o novo uso deve respeitar a idoneidade do imóvel, seu valor simbólico e sua história, levando em conta suas características arquitetônicas;” e que para novo uso a proposta “deve manter coerência com as características originais e área utilizável, respeitando a capacidade estrutural da construção [...]” (BÓGEA, 2007, p.50).

Ainda no capítulo acima, oferece orientações técnicas detalhadas sobre como proceder com relação a técnicas e materiais construtivos para intervenções de reboco, pintura, limpeza de azulejos e cantarias dentre outras orientações (Veneza, 1964).

A cartilha orientou que se deve usar argamassa de barro e areia, e tinta à base de cal ou caiação, explicando suas vantagens; ao invés de reboco de cimento e areia com revestimento em tinta PVA, explicando suas desvantagens. Ressaltou os cuidados necessários para a conservação de azulejos e cantarias; como a leitura dos desenhos na colocação de peças faltantes, e buscar orientação do IPHAN para os procedimentos de restauro; orientou para que cartazes ou placas não sejam colocados sobre os azulejos; e lembrou que as pedras de cantaria não podem ser pintadas e como devem ser lavadas. Com relação aos pisos, entrepisos, elenca tipos como: pedra, ladrilho hidráulico, madeira e parquet. Assim como os azulejos, lembra que estes também podem ter composições a serem mantidas, necessitando estes dos mesmos cuidados que se deve ter com os azulejos. As esquadrias originais geralmente de madeira devem ser mantidas, ou substituídas por similares; “a conservação das proporções dos vãos, esquadrias e grades originais é um dos aspectos mais importantes para manter a originalidade das fachadas e preservar a autenticidade do imóvel histórico e artístico.” (BÓGEA, 2007, p.58).

No outro capítulo, o material oferece ainda maiores informações sobre o que é o patrimônio cultural (México, 1985; Fortaleza, 1997; e Convenção de 2003); e quais os procedimentos burocráticos e legais necessários para o recebimento da isenção do imposto predial.

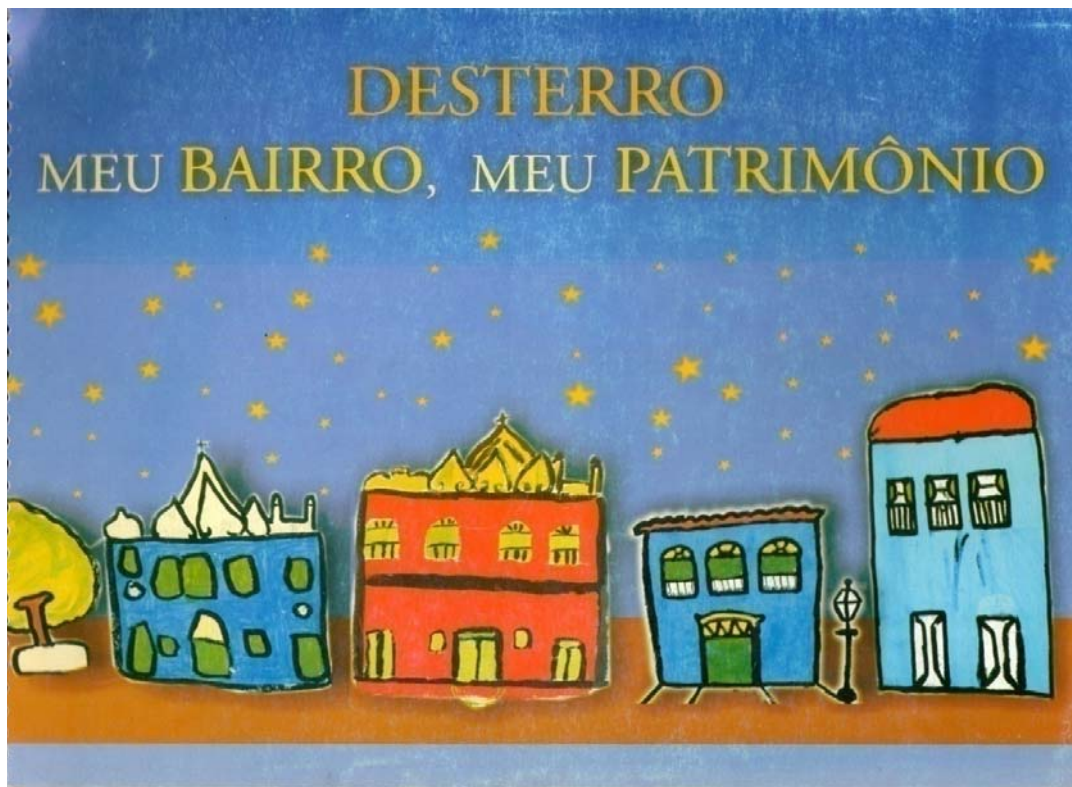
Pensado para a população do Centro Histórico, nota-se que o material, o tipo de informação nele contido, e a forma como é colocada, não contempla seu público alvo, os moradores. Trata-se de orientações por vezes muito técnicas e importantes, mas

para um curso de formação de mão-de-obra especializada, público de Oficina-Escola de Restauro, mestre de obras, arquitetos, engenheiros e profissionais ligados à área de intervenção, e historiadores. Para moradores a linguagem deveria ser mais acessível com o desmembramento das orientações em pequenos volumes, de acordo com o tema.

A cartilha, não é um instrumento de EP para moradores do Centro - posto que apresenta somente a informação - mas trata-se de um material de orientação técnica e normas para procedimentos de intervenções no Centro Histórico.

Cartilhas e manuais de educação patrimonial tiveram o mesmo entendimento, até aqui, pela 3ªSR/IPHAN, ou seja, “ações pontuais de produção de material de orientação técnica para determinados públicos”, que não têm sucesso, pois buscam a sensibilização apenas através da informação e estabelecimento de normas e diretrizes; informando sobre direitos e deveres do cidadão - muito mais os deveres do que os direitos; em uma quantidade excessiva de informações, que não estimula em nada a leitura por parte dos moradores, utilizando, geralmente, uma linguagem distante do público para que se diz alvo.

Também neste instrumento a relação entre a prática preservacionista e ações educativas, situa-se sob a perspectiva do patrimônio edificado arquitetônico e urbano e seus elementos essenciais, e a legislação, com caráter informativo voltado para a orientação técnica de intervenções arquitetônicas em área de tombamento federal.



O material “Desterro Meu Bairro, Meu Patrimônio”, foi lançado em 2007 pela 3ªSR/IPHAN, com texto da historiadora, arquiteta e mestre em sociologia Creudecy Costa da Silva, das historiadoras e bolsistas do PEP, Flávia Barros e Lucy Mary de Jesus Perreira Costa, e patrocínio da 3ªSR/IPHAN, com tiragem de quinhentos exemplares.

A Cartilha do Desterro nasceu da necessidade percebida durante a execução do projeto “Teatro das Memórias,”¹²¹ em ajudar os facilitadores das oficinas de EP na condução e abordagem dos temas que antes ficavam soltos e eram casuais. Assim foi um instrumento elaborado para a sistematização, organização, estruturação e viabilização dos conteúdos das oficinas que precisavam ser trabalhados a cada ano com esse público. O material de 2007 é baseado em experiências do ano anterior. É fruto de pesquisas e análises desenvolvidas anteriormente para aquela área, pelo Grupo de Pesquisa Memória e História do curso de Sociologia da UFMA, coordenado pelo professor Alexandre Corrêa, que era chamado de Ação Cultural. E resultado ainda, do conhecimento acumulado pela equipe responsável pelo texto como a Creudecy, que fez parte do Grupo de Pesquisa quando mestranda em sociologia; e das supracitadas bolsistas do PEP. A 3ªSR/IPHAN além de financiar a cartilha, participou através da sua divulgação, distribuição e publicação, uma vez que a mesma não fazia parte do projeto de EP financiado pela VALE. Segundo Creudecy, a princípio a 3ªSR/IPHAN faria uma cartilha com características de material de orientação técnica, conforme os anteriormente produzidos e aqui apresentados. Entretanto, a própria autora do material, e profissionais que conduziam o projeto de EP decidiram por um instrumento que “atendesse à proposta do projeto”, ou seja, produzir os temas do lugar, da memória, da identidade e do patrimônio, em cores e intercalados por exercícios de fixação de conteúdos. (CREUDECY SILVA, 2011, em resposta a questionário).

A cartilha destinada aos participantes das oficinas de EP e moradores do local, teve por objetivo motivá-los a se sentirem parte da história local, difundindo o conhecimento sobre patrimônio cultural, na perspectiva de propiciar a construção de trocas culturais e gerar redes de integração para o exercício da cidadania e responsabilidade perante o patrimônio. A publicação, estruturada em quatro partes, o lugar, a memória, a identidade e o patrimônio, a partir de conhecimentos adquiridos da atuação no bairro junto aos moradores, desde as investidas do Grupo de Pesquisa Memória e História, foi lançada no final do curso, culminado com o dia do patrimônio e parte das comemorações da semana de aniversário do título de São Luís como Patrimônio Mundial.

121 Sobre o Projeto Teatro das memórias ver Parte II.4 – São Luís Patrimônio Mundial: os três níveis de governo, páginas 80 e 81.

A parte “o lugar” abordou o nascimento do bairro do Desterro, citou suas ruas; a dimensão urbana do patrimônio, seus edifícios com significação cultural e características essenciais - forma, estilo e função -, de acordo com a Carta de Veneza, 1964. Ressaltou monumentos isolados, como símbolos do bairro: a Igreja do Desterro, o Convento das Mercês e o Porto, contextualizando a história e citando as transformações pelas quais alguns desses bens passaram ao longo do tempo, e a mudança de função em alguns casos.



Na segunda parte, contextualizou o tema memórias – individuais e coletivas - dos participantes das oficinas, passando pelo entendimento de patrimônio cultural, através de temas do cotidiano como o trabalho e o lugar; e o bairro, considerando os seus

principais símbolos; a sua identidade; a sua relação entre o passado e o presente; a sua história e sua memória (Veneza, 1964; México, 1985; Fortaleza, 1997 e Convenção de 2003). Colocou o monumento – imóveis e sítio - como materialização das memórias individuais e coletivas, que retratam uma época, e as pessoas do cotidiano como patrimônio vivo.

A parte sobre “identidade” destacou a diversidade e o respeito às diferenças, conforme a Declaração do México, 1985.

Na parte “patrimônio”, foi apresentado os bens materiais e imateriais; sua dimensão arquitetônica e urbana, vista na Carta de Veneza, em 1964; e o patrimônio mundial, como expressão democrática e imaterial.

O material salienta ainda os meios de proteção – órgãos, lei de tombamento; participação da população; defende a importância do conhecimento do conceito de patrimônio cultural como referência do passado e presente, por meio da cultura viva, seus saberes e fazeres.

A cartilha buscou incluir o sujeito como construtor do projeto, por meio do diálogo, e com exercícios didáticos de fixação de conteúdos. Apoiou-se nas memórias individuais e coletivas, histórias dos lugares e do cotidiano das pessoas; falando da origem do bairro, desde as casas de taipa, mostrando as transformações sofridas com o tempo, o valor de uso e as novas funções; estabelecendo diálogo e discorrendo sobre conceitos de patrimônio cultural e afins, refletiu sobre quem são os responsáveis pela proteção do patrimônio, buscando criar vínculo de pertencimento, aproximação dos moradores com o bem preservado, segundo recomendações contidas nas Cartas de Atenas, 1964 de Amsterdã, 1975; do México, 1985; de Fortaleza, 1997 e na Convenção de 2003.

Sugeri, com os participantes das oficinas, a construção de conceitos e entendimentos sobre temas relacionados ao patrimônio. Colocou o sujeito como o centro. Este, sim, é um material de apoio adequado para o desenvolvimento da EP, conforme conceitos estabelecidos até aqui através do tempo e baseado em Cartas Patrimoniais e últimas discussões sobre o tema. Mas o programa não teve continuidade. Talvez por um conjunto de motivos. O Grupo de Pesquisa de História e Memória se retirou do projeto por divergência de opinião, e mais tarde falta de vontade política e/ou compromisso ideológico com a questão.

Neste material percebe-se que a relação entre a prática preservacionista e as ações educativas se situa sob a perspectiva de uma visão de patrimônio cultural integrada, onde a indissociabilidade do material e o imaterial reflete-se na prática, e conseqüentemente contempla todas e cada um das dimensões do patrimônio sem hierarquias. A abordagem neste caso vai além da informação, tem caráter pedagógico e dialógico. Trata-se de uma Ação Cultural de Educação Patrimonial voltada inclusive para o patrimônio cultural edificado e urbano. Mas o projeto não mais existe.



Lançada, em 2008, pelo Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão - CPHNAM a cartilha de EP “Arqueologia do Maranhão”, de autoria do arqueólogo Sr. Deusdedit Carneiro Leite Filho foi uma parceria de uma equipe de profissionais. Com tiragem de dez mil exemplares na primeira edição, patrocinados pelo Governo Estadual, teve uma edição especial, em preto e branco, durante a Semana Nacional de Ciências (CNPq/UFMA), em 2010 com tiragem de dois mil exemplares. Uma terceira tiragem, em papel *couchê*, em 2011, foi financiada pela Scentia Consultoria e distribuída pela referida empresa em trabalhos de EP desenvolvidos no interior do Maranhão.

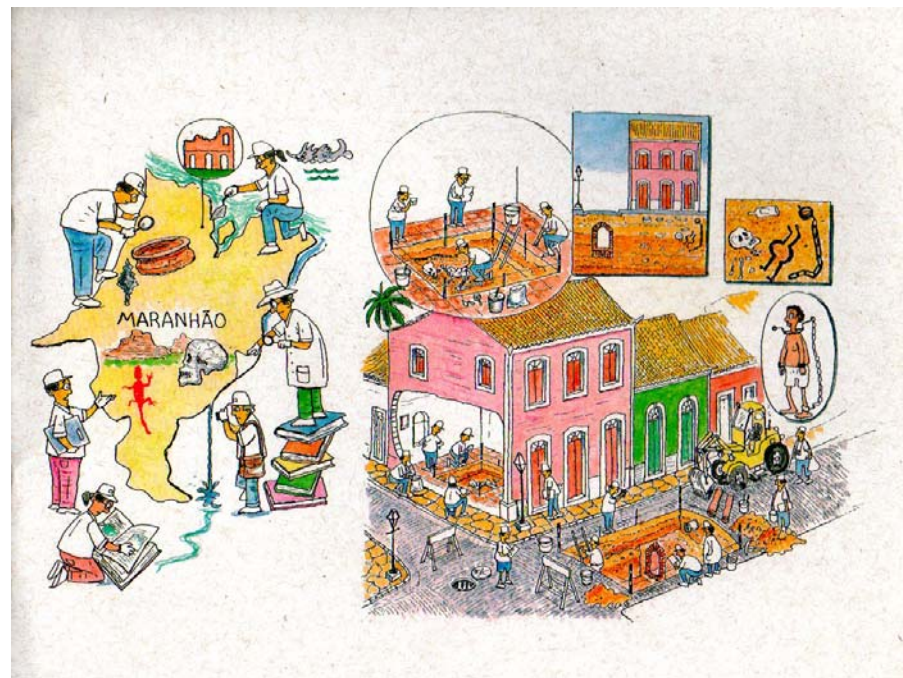
A Cartilha foi planejada em uma perspectiva que pudesse atender questões pertinentes elencadas pelo Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão. A divulgação das atividades de pesquisa desenvolvidas pela instituição, a conscientização da população da importância do conhecimento e valorização do patrimônio arqueológico regional e o oferecimento de apoio didático aos profissionais da área de educação, cujos alunos constituem o público que frequenta as exposições do referido Centro, eram objetivos a serem atingidos pelo material (LEITE FILHO, 2011, em resposta a questionário).

Idealizada para o público escolar, para visitantes das exposições temáticas do CPHNAM e para a população em geral, a cartilha teve por objetivo divulgar e apresentar a arqueologia histórica do Maranhão. A cartilha contextualizou desde a pré-história do estado; os sítios arqueológicos e o registro por eles deixado; a colonização dos portugueses, o surgimento do primeiro núcleo da cidade e os reflexos das mudanças sócio-econômicas na cultura material, objetos e acervo arquitetônico; a importância das edificações antigas para o conhecimento do processo de ocupação dos sítios, as práticas culturais vivenciadas naquele contexto.

O material abordou o trabalho do arqueólogo e seus objetos de investigação, como edificações antigas, contribuindo para o entendimento do processo de ocupação dos sítios, sua memória arqueológica, surgimento das cidades, os diferentes padrões de assentamentos, sua cultura material e seu cotidiano, as diferentes etnias que fizeram parte da herança do povo maranhense e a recuperação de técnicas e sistemas construtivos que orientam ações do patrimônio edificado.

A cartilha atinge seu público por meio de textos e desenhos coloridos que explicam e prendem a atenção do leitor.

Constam princípios contidos em Nova Déli, 1956, – bens móveis e imóveis, sítios arqueológicos – México, 1985; e Fortaleza, 1997, quando destaca os costumes, formas de habitação, materiais e objetos característicos e suas funções; e lembra a existência de critérios para intervenção, a contribuição da arqueologia para recuperar técnicas e sistemas construtivos para a restauração do patrimônio edificado. Defende a preservação de sítios, do registro, do patrimônio cultural, de bens móveis e imóveis e do conjunto arquitetônico. (Nova Déli, 1956; Veneza, 1964; México, 1985; e Fortaleza, 1997 e Convenção de 2003).



Aborda a necessidade de licenciamento ambiental antes das intervenções visando avaliar os impactos para os recursos afim de minimizar os efeitos das interferências, a observação da legislação e sugere que o cidadão colabore com a preservação informando ao Centro de pesquisa ou ao IPHAN sobre a exploração indevida dos bens. (Nova Déli, 1956 e México, 1985).

A arqueologia é um tema relativamente novo para a população maranhense, visto que o Centro de Pesquisa do Maranhão foi criado em 2002. Sendo assim, uma ação educativa na área faz-se necessária afim de chegar ao conhecimento da população informações sobre sua importância. A cartilha em questão cumpre o papel de integrar as ações educativas junto aos alunos, moradores e visitantes do Centro de Pesquisa, além de servir como fonte de informação e pesquisa nas escolas. O material é um canal de acesso ao patrimônio arqueológico e cultural do Maranhão, e mostra o cuidado em desenvolver linguagens com capacidade de aproximação com diferentes públicos, exercendo uma função mais informativa no Centro de Pesquisa e ajudando na conscientização do público escolar, com a possibilidade de desdobramento do assunto. Fazer conhecer a importância do passado no presente - da história; da ideia das identidades, e o valor pedagógico do patrimônio histórico, arqueológico e cultural - é uma preocupação no trabalho educativo do Centro, desdobrado em instrumentos e ações de modo continuado.

Observa-se, neste material, que a relação entre a prática preservacionista e as ações educativas se situa sob uma visão de patrimônio cultural integrado, que contempla todas as suas dimensões, mas com foco na arqueologia. A abordagem neste caso vai além da informação, tem caráter pedagógico e dialógico. Trata-se de um trabalho consciente da ação de Educação Patrimonial voltada inclusive para o patrimônio cultural edificado e urbano, e que tem continuidade.

III.3. DADOS ESTATÍSTICOS DAS CARTILHAS

Dos doze instrumentos analisados apenas uma cartilha, a de 1995, foi lançada antes de São Luís se tornar Patrimônio Mundial em 1997.

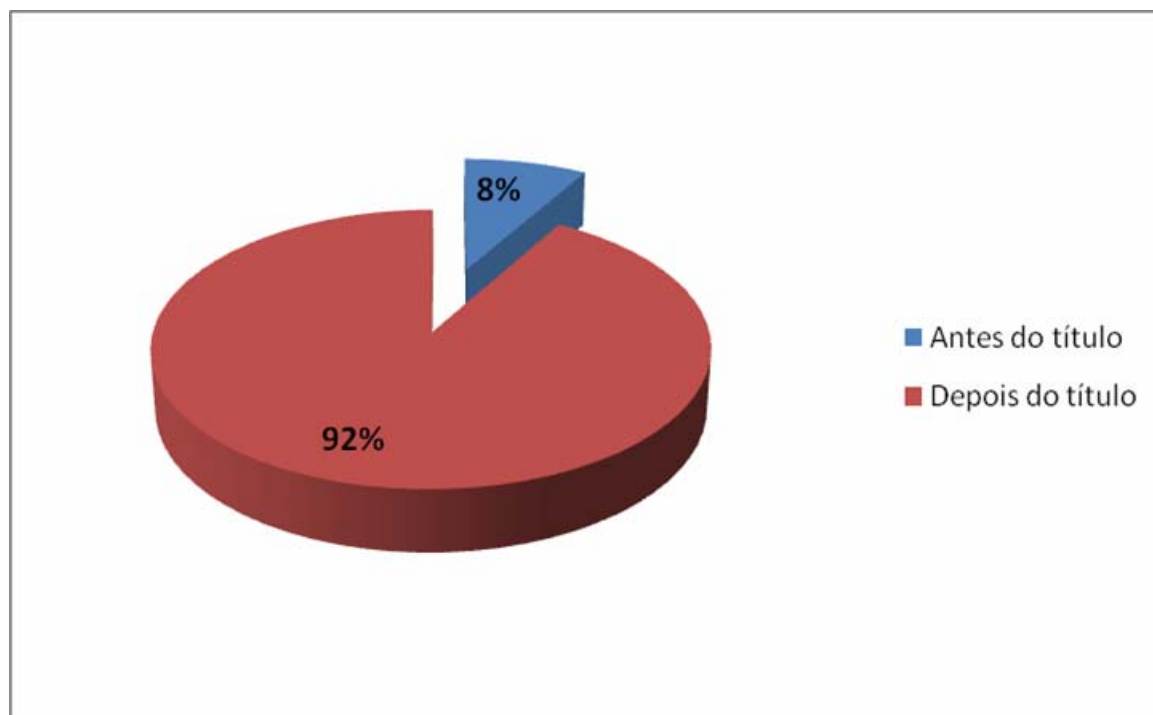


Gráfico 1 – Percentual de publicação antes e depois de São Luís receber o Título de Patrimônio Mundial.

Das doze publicações - entre manual, cartilhas e livro didático – de EP de São Luís do Maranhão, publicadas entre 1995 e 2008, cinco, incluindo o manual, foram publicadas pela esfera federal através da 3ªSR/IPHAN, sendo um manual produzido unicamente pela 3ªSR/IPHAN; duas cartilhas “Centro Histórico de São Luís - Patrimônio Mundial” e sua reedição em parceria com o DPHAP-MA e FUMPH; uma de Creudecy com pessoas que compunham o grupo de EP do Desterro e apoio financeiro da 3ªSR/IPHAN; e uma sobre Prevenção de Incêndio com colaboração do Corpo de Bombeiros.

Quatro foram produzidas na esfera estadual, sendo uma do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP-MA); uma, pela Associação de Amigos do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, através desse Centro; uma, pela Secretaria de Turismo do Maranhão (SETUR-MA); e uma pelo Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão (CPHNAMA).

Já na esfera municipal, foram produzidas apenas duas cartilhas, sendo uma da Coordenação de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura (CPC/FUNC), atual Fundação Municipal de Patrimônio Cultural (FUMPH), e a outra da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR).

Das onze publicações, uma cartilha foi elaborada por professores da Universidade Federal do Maranhão (UFMA): um antropólogo, uma arte-educadora e um historiador.

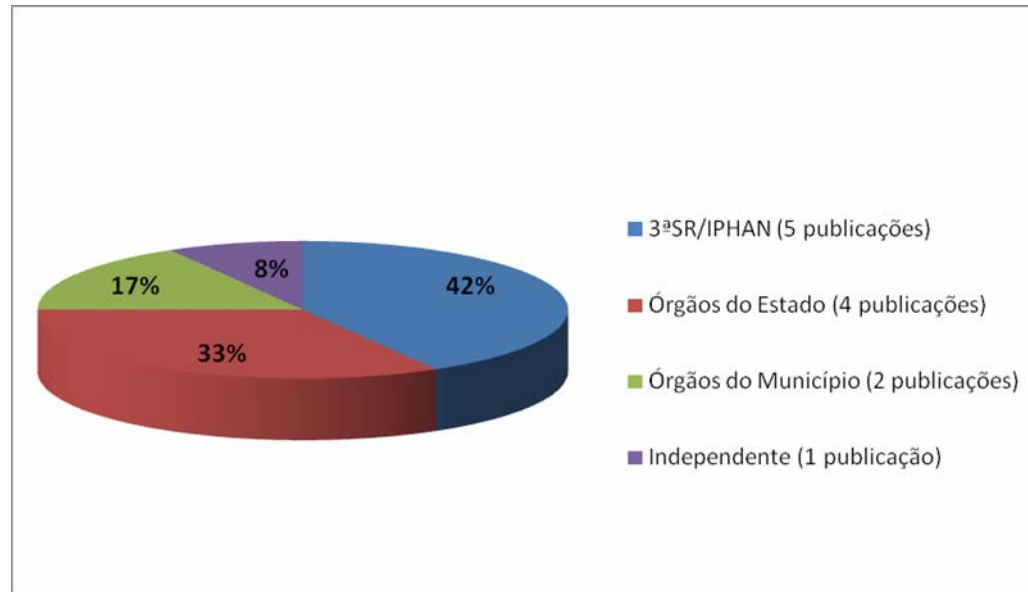


Gráfico 2 – Percentual de publicações nas esferas de governo em São Luís.

Com relação ao público alvo, observa-se que dentre aquelas cartilhas publicadas pela 3ªSR/IPHAN uma é direcionada à comunidade do centro responsável por uma determinada capela; outras três são direcionadas aos moradores da área federal, englobando toda a área reconhecida como patrimônio mundial; e uma para moradores do bairro do Desterro.

Enquanto o material da CPC/FUNC é direcionado à população de São Luís de modo geral, com foco nos moradores do Centro Histórico, as cartilhas do DPHAP-MA e CPHNAM têm como alvo os moradores e estudantes da rede pública e particular de ensino. Já a publicação dos professores da UFMA visa o público infanto-juvenil das escolas de São Luís, enquanto os instrumentos da SETUR municipal e SETUR-MA são respectivamente para alunos da rede pública municipal e estadual de ensino, sendo esta última destinada ainda aos turistas.

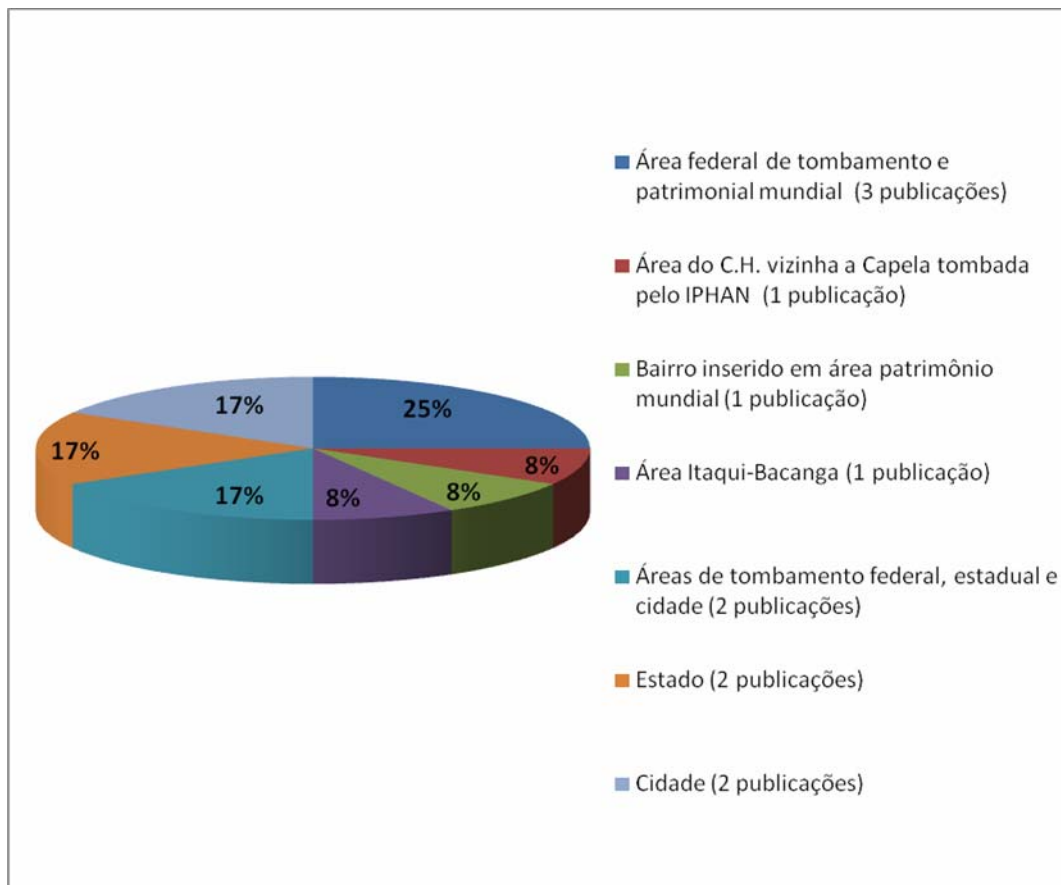


Gráfico 3 – Percentual de publicações voltadas para determinadas áreas do Centro Histórico.

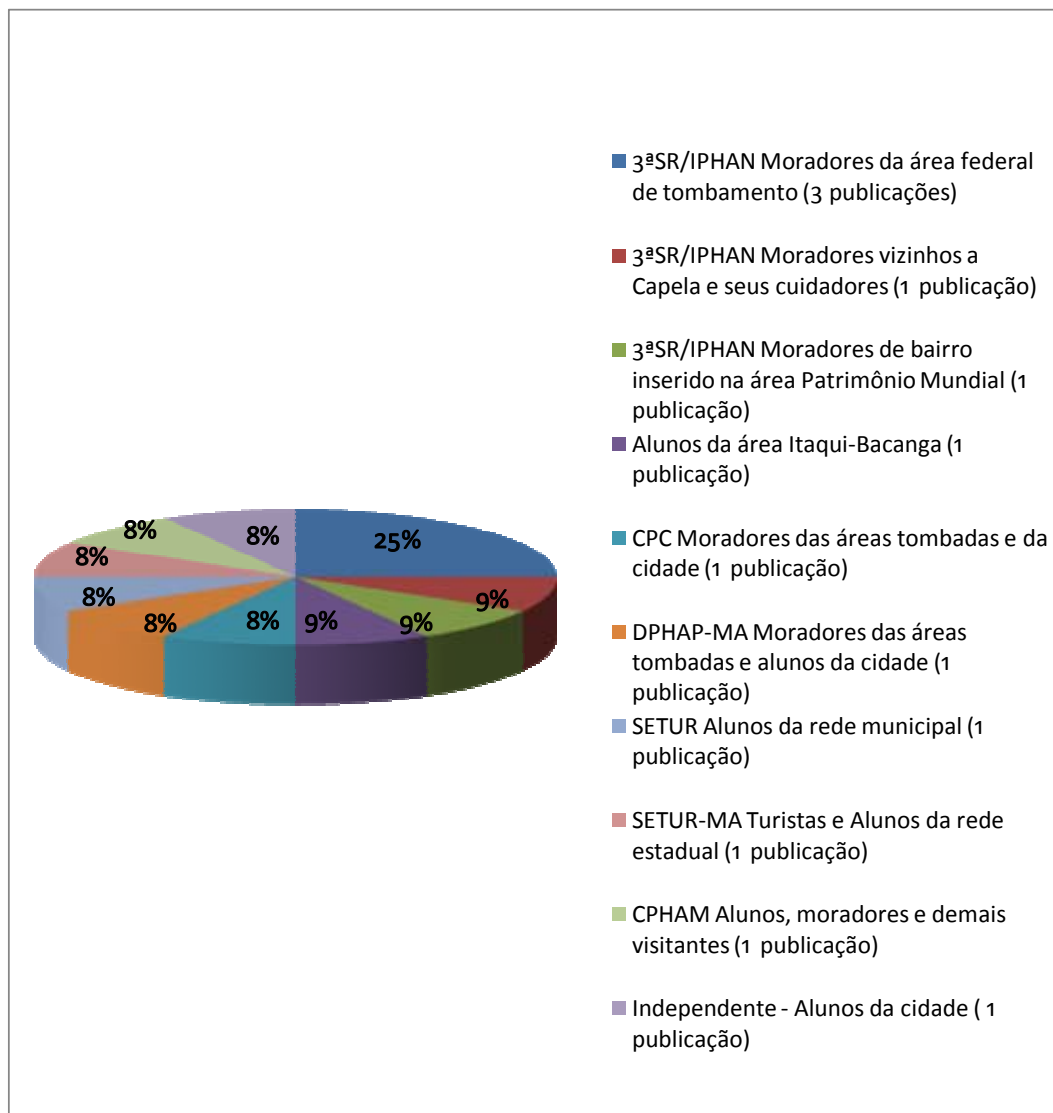


Gráfico 4 – Percentual de publicações voltadas para cada público.

Com relação as linhas de abordagens das cartilhas foi possível observar que a cartilha da SETUR-MA teve função informativa e de marketing. O manual da 3ªSR/IPHAN, e suas cartilhas “Centro Histórico Patrimônio Mundial” e reedição, e a cartilha sobre Prevenção de Incêndio, possuem natureza informativa voltadas para orientações técnicas. Assim como a cartilha “Educação Patrimonial” da CPC/FUNC, atual FUMPH. As cartilhas do DPHAP-MA, “Tijolinho e Zé Grafite: uma mudança radial;” da SETUR municipal, “As Lições de Turisminho;” da “Associação dos Amigos do Odylo” chamada “Educar para Preservar” e dos professores da UFMA, “São Luís cidade gostosa de se amar” possuem caráter informativo e dialógico. Já as cartilhas do CPHNAM, “Arqueologia do Maranhão” e da 3ªSR/IPHAN, “Desterro meu bairro, meu patrimônio” possuem caráter informativo e de ações de Educação Patrimonial propriamente dita.

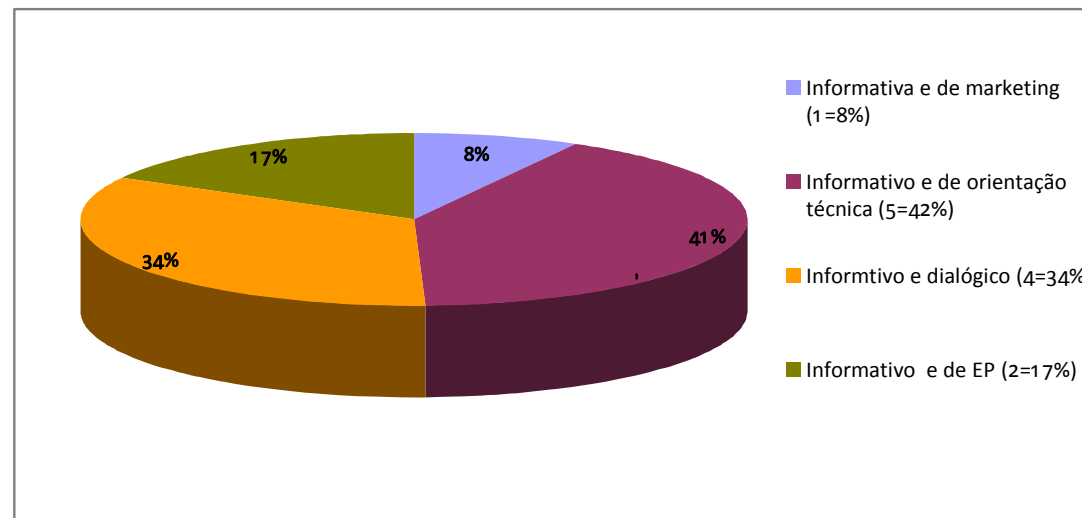


Gráfico 5 - Percentual de publicações com relação a linha de abordagem.

Com relação ao tipo de patrimônio abordado nas cartilhas foi possível observar que todas ressaltam o patrimônio arquitetônico e urbanístico e alguns de seus elementos característicos. A Cartilha do DPHAP-MA, “Zé Garfite e Tijolonho: uma

mudança radial;” a cartilha “Educação Patrimonial” da CPC/FUNC e o material da 3ªSR/IPHAN, foram direcionadas ao patrimônio histórico arquitetônico e urbanísticos, e seus elementos característicos, com exceção da Cartilha “Desterro meu bairro, meu patrimônio.” O manual da 3ª SR/IPHAN focou no bem imóvel isolado e seus elementos de composição, bem como seus bens móveis. A cartilha da “Associação dos Amigos do Odylo” deu destaques aos azulejos enquanto elementos característicos de interesse para preservação. A cartilha da CPHNAM, “Arqueologia do Maranhão” focou no patrimônio arqueológico. A cartilha da SETUR municipal “As Lições de Turisminho” voltou-se ao turismo, abordando o patrimônio histórico, cultural e natural. A cartilha “Desterro meu bairro, meu patrimônio,” a cartilha dos professores da UFMA e a cartilha da SETUR-MA abordaram o patrimônio de forma abrangente, considerando todas as suas dimensões. Quanto ao patrimônio imaterial, não é foco de nenhuma cartilha e aparece apenas em algumas.

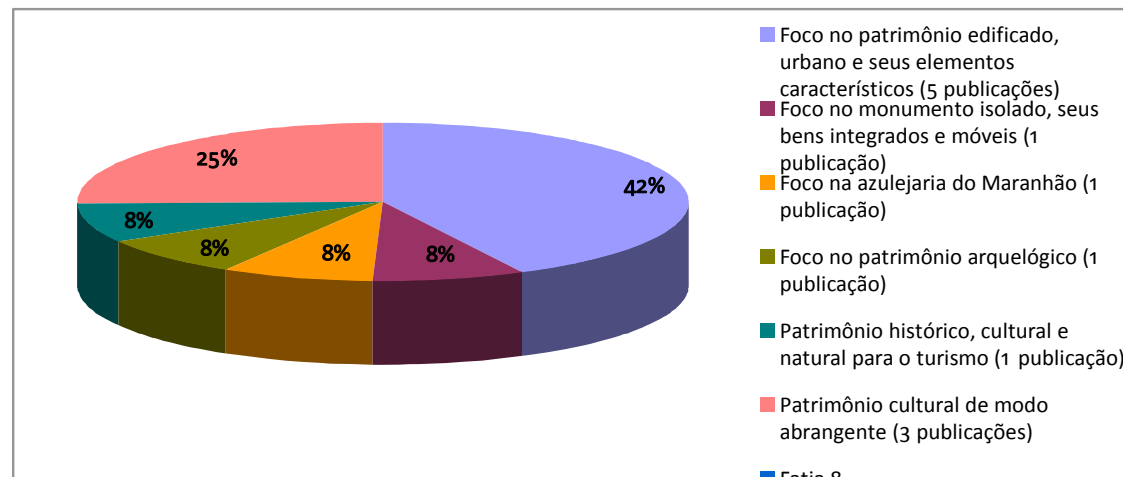


Gráfico 6 - Percentual de publicações voltadas para determinada dimensão do patrimônio.

III.4. DAS CARTILHAS E ENTREVISTAS POR SEUS AUTORES

Com essas cartilhas e entrevistas por seus autores, se apreendeu que: como a 3ªSR/IPHAN trabalha com fiscalização e diagnóstico, e não necessariamente com um contexto, não há uma preocupação em produzir as cartilhas de acordo com as necessidades do momento, no contexto em que se vive, mas de posse de um diagnóstico, o material pode ser produzido a qualquer tempo.

Diante da constatação do “baixo grau de escolaridade da população e do desconhecimento total [...] sobre o Patrimônio Histórico Cultural e Mundial, bem como o papel do Estado e dos próprios moradores em relação à preservação.” Diante, ainda, do fato das pessoas não se sentirem responsáveis pelo patrimônio, ou seja, “é algo que está muito distante da população - que não consegue entender nem internalizar conceitos acerca do patrimônio, e importantes para o cidadão poder se enxergar como tal.” Então a 3ªSR/IPHAN resolveu “começar com as cartilhas e agir por meio de divulgação intensa na imprensa.” Já que a “população apenas repete o que é veiculado pelos meios de comunicação, sem entender o que significa”. (BOGÉA, 2011, entrevista).

A superintendência supracitada reconhece a necessidade urgente de um trabalho de EP em São Luís, mas aponta uma série de obstáculos como: a ineficiência da escola formal para esse campo; o não entendimento do conceito de cidadania que é caminho para a valorização, preservação e apropriação do patrimônio; a falta de entendimento e participação por parte da população; a dificuldade da instituição em questão adentrar na educação formal devido à legislação – LDB; o reduzido quadro de funcionários do IPHAN; ausência de concursos públicos; a tecnicidade da equipe da 3ªSR/IPHAN, quando é preciso equipe multidisciplinar que inclua profissionais como pedagogos, arte-educadores, psicopedagogos, para atuação na área da EP; a ausência de condições financeiras; a necessidade de preparar material próprio para a realidade local etc. Nesse sentido, precisa haver uma negociação política que só o gestor pode fazer, envolvendo secretários, prefeito, governador. (BOGÉA, 2011, entrevista).

Sendo assim, a 3ªSR/IPHAN se coloca na obrigação de apenas informar a população, através da colocação de tapumes educativos nas restaurações das obras - dizendo que é importante preservar, explicando a técnica que está sendo usada, etc..., ou seja, somente informação casual e pontual, pois no entendimento dessa superintendência, a formação acontece apenas na escola.

A educação não formal, para a superintendência em questão, é feita através de folder, cartazes, cartilhas, livros, tapumes, matéria em jornal, configurando ações descontinuadas no tempo. Como exemplo foi dado a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, onde seu processo de restauração está sendo documentado, “a idéia é fazer dois produtos informativos, o folder, mais simples para a população em geral, distribuído no dia da entrega da obra, e o livro, com todo o processo técnico da restauração que é para outro público.” (BOGÉA, 2011, entrevista).

Quanto à metodologia e linguagem, a 3ªSR/IPHAN disse não ter utilizado Horta em seu material educativo. Entretanto a análise do material do Desterro permite identificar concepções adotadas pela autora, o que não se faz notar nas demais cartilhas, onde não há linguagem capaz de aproximação com o público pra quem se diz alvo.

DPHAP-MA, lançou, em 1995, a cartilha educativa em prol do patrimônio edificado num contexto de, praticamente, total desconhecimento das ações voltadas para a EP, não obstante às intervenções na área federal de tombamento - pelo PPRCHSL e as descaracterizações sofridas pela área estadual de tombamento. (LEITE FILHO, 2011, em resposta ao questionário). Por compreender que o patrimônio era algo novo para a população em geral e precisava se fazer conhecer, houve a preocupação em trabalhar um material capaz de se tornar canal de diálogo com os moradores, e de despertar o interesse pela preservação do Centro.

Nota-se que neste caso o entendimento da ação educativa passa pela informação, reflexão e conscientização; pela busca do diálogo aproximando efetivamente as pessoas do tema e, assim, despertando para um patrimônio que diz respeito a todos. O referido autor utilizou, inclusive, argumentos diferentes para alcançar públicos com interesses distintos, a exemplo da isenção do IPTU, que consegue a contribuição do morador para a preservação por seu valor econômico, independente de sua consciência.

As questões de memória e identidade, hoje em voga, e os princípios contidos no conjunto das Cartas Patrimoniais publicadas até àquele momento, estão presentes na cartilha do DPHAP-MA, “Zé Grafite e Tijolino: uma mudança radical” que reflete a evolução do conceito de patrimônio e cultura de forma abrangente, sem perder, entretanto, seu foco que é o patrimônio edificado.

A ação educativa na arqueologia é tema relativamente novo para a população maranhense, visto que o CPHNAM foi criado em 2002. Sendo assim, a cartilha “Arqueologia do Maranhão” busca integrar as ações educativas junto aos alunos, moradores e visitantes do Centro de Pesquisa, e servir como fonte de informação e pesquisa nas escolas; acesso ao patrimônio arqueológico e cultural do Estado.

O material em comento mostra o cuidado em desenvolver linguagens com capacidade de aproximação com diferentes públicos, exercendo uma função mais informativa no Centro de Pesquisa, e ajudando na sensibilização do público escolar. Fazer conhecer a importância do passado no presente - história; idéia das identidades, e valor pedagógico do patrimônio histórico, arqueológico e cultural - é uma preocupação no trabalho educativo do Centro, desdobrado em instrumentos e ações de modo continuado.

A cartilha “Educar para Preservar,” da Associação dos Amigos do Odylo, pensada no contexto da ampliação do inventário da azulejaria do Estado e da necessidade de reativar a Oficina-Escola não foi inserida em um trabalho continuado, ao contrário, foi uma ação pontual, pelo período de dois anos, e apenas durante a semana do aniversário da cidade. Embora visasse educar a população jovem com intuito de essa perceber e valorizar o acervo arquitetônico - em especial a azulejaria de São Luís e de outros municípios tombados no Maranhão – o público atingido pela intervenção, não foram os alunos da cidade ou do Centro Histórico, mas apenas da área Itaqui-Bacanga, área onde está inserida a empresa patrocinadora, ou seja, se traduziu enquanto ação de responsabilidade social. A Oficina-Escola também se encontra desativada.

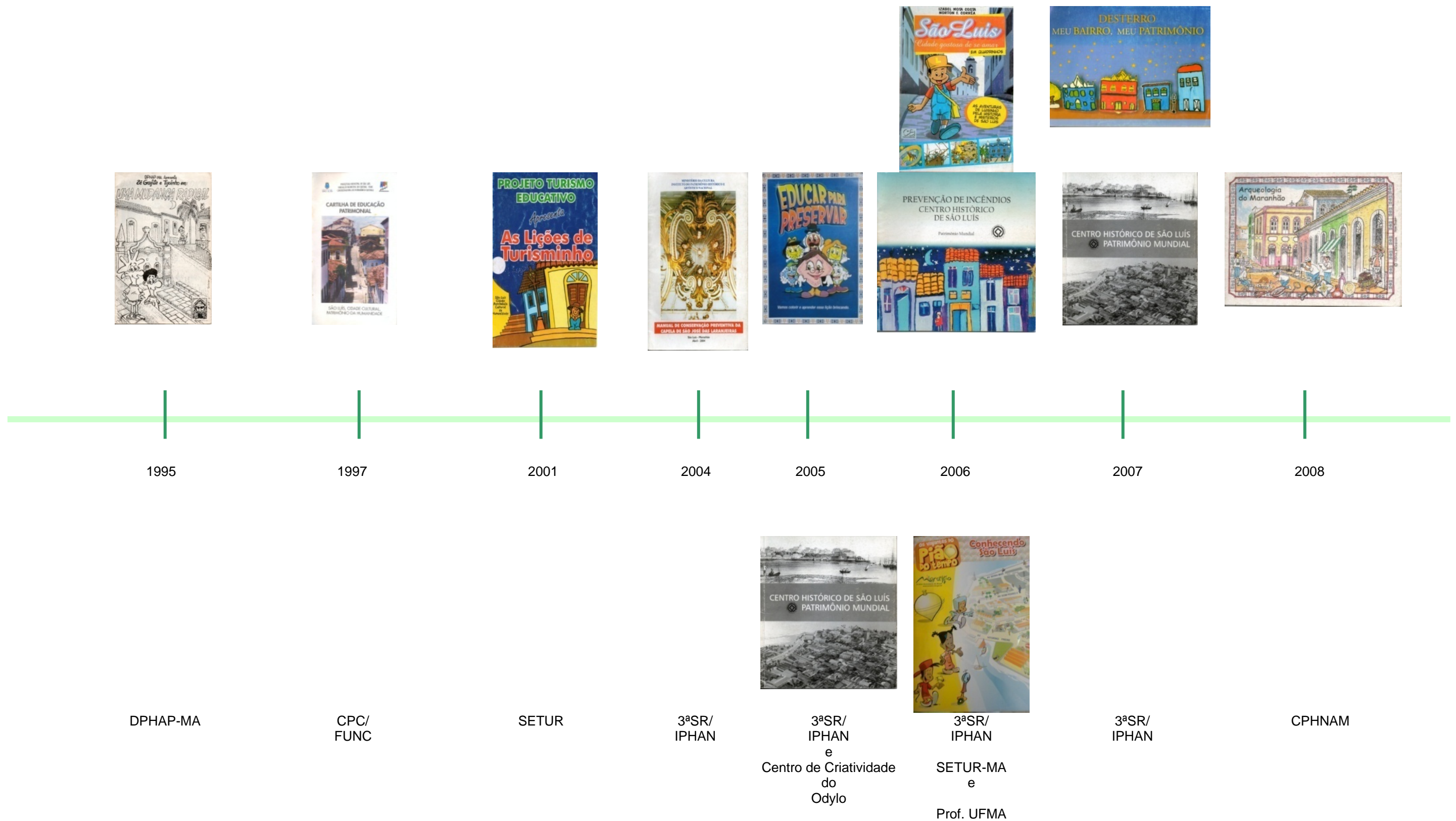
Sobre a cartilha da 3ªSR/IPHAN, “Desterro meu bairro, meu patrimônio” é possível afirmar que consiste em um material de apoio adequado para o desenvolvimento da EP, conforme conceitos estabelecidos até aqui através do tempo, com base nas

Cartas Patrimoniais, e últimas discussões sobre o tema. Infelizmente o projeto de educação patrimonial no qual o instrumento estava inserido foi mais uma ação que não teve continuidade.

Com base no material utilizado nessa pesquisa constatou-se que a EP continua relegada a segundo plano; que com exceção das atividades do CPHNAM, que vêm sendo desenvolvidas de modo sistemático, desde a sua criação, em 2002; e do Projeto Turismo na Escola - que não é exatamente um programa de preservação do patrimônio, e sim uma ação educativa voltada para a divulgação do turismo e seus benefícios -, todos os outros não têm continuidade.

A EP é realmente um tema urgente, está na mídia; tem gerado uma grande quantidade de instrumentos. Todos os materiais encontrados são válidos, considerando seus limites e possibilidades de aprimoramento, ainda que alguns estejam descontextualizados de seus objetivos e públicos. Entretanto o estudo mostra a necessidade de um trabalho sistematizado, integrado e continuado, para o campo. Ficando como indicações para novos estudos acerca da temática o monitoramento e avaliação dos instrumentos e ações educativas para a preservação do patrimônio. Assim, pode-se dizer que os procedimentos metodológicos da presente Dissertação são capazes de estabelecer a relação entre ações educativas e práticas preservacionistas, podendo ser aperfeiçoados à medida que os estudos sobre o tema e o sistema de avaliação forem sendo desenvolvidos e colocados a prova.

Linha do Tempo das Cartilhas de São Luís nas três esferas de governo e fora delas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas Cartas Patrimoniais percebeu-se que o patrimônio cultural transpõe a dimensão de monumento isolado e material para uma dimensão urbana e imaterial, com práticas preservacionistas, que vão desde a conservação de bens pelo Estado até a sua reutilização, conservação integrada e gestão compartilhada, visando a proteção e a requalificação de áreas centrais através de processo democrático e inclusão social.

Diante do exposto, surgem as ações educativas para a preservação, que se ampliam como contribuição à prática preservacionista, passando pela divulgação, informação e conscientização ao diálogo. Tais iniciativas acontecem por meio de ações, projetos e programas, visando a transformação em Políticas Culturais através da inserção da população para a apropriação do patrimônio e formação de cidadãos autônomos e reflexivos.

O diálogo foi reconhecido enquanto melhor caminho para a apropriação do patrimônio pela população já na primeira década do século XXI, promovendo o entendimento e valorização através da adaptação e funcionalidade dos bens para a contemporaneidade. A Educação Patrimonial – EP, então, pretende viabilizar a permanência no tempo, a democratização do patrimônio cultural, o desenvolvimento regional e a elevação da autoestima das comunidades.

O I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural – I FNPC, mostrou que ainda não há um entendimento a respeito do conceito de Ações Educativas e/ou EP. Entretanto, existe o consenso sobre a necessidade de preservação do patrimônio cultural, e dentre suas iniciativas educativas constam a divulgação e informação, mesmo que sejam insuficientes para a promoção e valorização do patrimônio.

Teoriamente, a atual prática preservacionista destaca o cidadão enquanto o centro da educação patrimonial ou das ações educativas. Mas, a realidade é outra. Percebe-se que as ações se voltam para uma orientação técnica, talvez exatamente por

conta do fato de que continua sendo o patrimônio edificado que se fortalece no argumento de suporte físico de memórias, carregado de valores simbólicos, históricos, culturais, sociais e econômicos.

De um lado é correto afirmar que as Ações Educativas, conforme o material pesquisado, desde as Cartas Patrimoniais até o I FNPC, dão-se em níveis e espaços diferentes, podendo ser formativas e informativas, de curto, médio ou longo prazos, com orientação para a preservação de bens materiais móveis e imóveis, e utilizando-se de meios diversos de divulgação e informação. Por outro lado e sem distanciar-se da noção de educação, a EP exige “um conjunto de ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social” (LIBÂNEO, 2005, p. 30). Assim, a EP reclama a integração das instituições de preservação, universidade e comunidade, em longo prazo, não podendo mais se constituir apenas em divulgação e informação, mas sim de diálogo e formação, segundo seu primeiro conceito e discussões contemporâneas, onde destaca-se enquanto instrumento capaz de formar cidadãos conscientes e reflexivos. Diante do exposto, constata-se que ao longo do tempo, as ações educativas são mais utilizadas por órgão de preservação do que a EP propriamente dita.

Em São Luís, entre as décadas de 1910-1940, os irmãos Lopes e a Comissão de Patrimônio Artístico Tradicional deixaram uma real contribuição, com ações e práticas de informação, educação e preservação, onde o termo EP sequer existia, e a questão das ações educativas ainda não havia atingido o grau atual de complexidade.

No momento do tombamento dos sítios, em 1974, identifica-se a atuação das três esferas de governo, sendo evidente, constante e mais efetiva a participação do governo do Estado. Por meio do reconhecimento da cidade de São Luís como Patrimônio Mundial pela *United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization* – UNESCO, em 1997, do início dos trabalhos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, para identificação e mapeamento de ações educativas no início da década de 2000, e da criação da Cogepron, em 2004, muitas ações educativas aconteceram promovidas pelas esferas governamentais, inclusive a publicação das Cartilhas.

No que diz respeito às práticas preservacionistas e ações educativas, os instrumentos utilizados pelos órgãos de governo variam de acordo com o público, o conteúdo, a linguagem e o objetivo. Os instrumentos vêm assumindo um caráter informativo, ora voltados para uma estratégia de *marketing* – por meio de instituições de preservação ou a elas vinculadas, visando o turismo e dando visibilidade aos projetos, às obras e intervenções; ora voltados para objetivos mais técnicos, no sentido de informar sobre normas, legislação e orientação quando das intervenções arquitetônicas. Em alguns casos, tais instrumentos assumem um caráter mais dialógico e pedagógico estimulando a reflexão, buscando um aprofundamento de discussões, desempenhando um papel formador.

A análise dos doze instrumentos de ação educativa reforçou a compreensão de que a EP é algo realmente muito mais amplo e complexo que uma ação educativa. A EP pressupõe sistematização, continuidade, ações multidisciplinares, dentre as quais, destacam-se as ações educativas. Com isso, as experiências do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão – CPHNAM, e do projeto “Teatro das Memórias” – este último não mais funciona –, podem ser observadas como processo de educação patrimonial dentro do qual se apresentam, respectivamente, as cartilhas “Arqueologia do Maranhão” e “Desterro meu bairro, meu patrimônio.” As demais experiências de produção de cartilhas e manual se revelam como ações educativas. Ainda assim, dos dez instrumentos restantes, apenas quatro instrumentos entendem a ação educativa como algo que vai além da divulgação e informação. Dos outros seis instrumentos, um é voltado para o *marketing* turístico e os outros cinco possuem caráter de orientação técnica, mais adequados para técnicos e formação de mão de obra especializada.

Constatou-se que todos os instrumentos da ação educativa para a preservação do patrimônio cultural de São Luís ressaltam o patrimônio construído, sendo que a maior parte dos instrumentos tem o patrimônio edificado e urbanístico, e seus elementos característicos como foco. Existe ainda um caso em que o foco encontra-se no monumento isolado e nos seus bens integrados e móveis. Um outro caso aponta para o foco na azulejaria, enquanto elemento característico essencial de interesse para a preservação, de acordo com recomendações contidas nas Cartas de Veneza, 1964; do Restauro, 1972; Amsterdã, 1975; de Burra, de 1980, e de Nara, 1994. No fim, toda experiência ludovicense aqui analisada está muito distante do estabelecimento de políticas culturais.

O estudo desenvolvido verifica e sugere às próximas pesquisas sobre o tema sobre a necessidade de um trabalho sistematizado, realmente integrado e continuado, com monitoramento e avaliação dos instrumentos e ações educativas para a preservação do patrimônio. É possível afirmar que os procedimentos metodológicos utilizados no presente escrito foram capazes de estabelecer a relação entre ações educativas e práticas preservacionistas, e podem sofrer aperfeiçoamentos concomitantemente com o desenvolvimento e com os testes dos estudos sobre o tema e seu sistema de avaliação. Embora fosse objetivo acabou-se concebendo uma metodologia que pode ser testada por outras cidades.

O novo modelo de Projeto de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, e seus Planos de Reabilitação e ações para a preservação em diferentes frentes, como as ações de EP, poderiam ser um dos caminhos para o entendimento, preservação e manutenção dos Centros antigos. Para tanto, as esferas de governo precisariam trabalhar em conjunto, superando suas diferenças, de modo que as mudanças de governo não afetassem o desenvolvimento dos projetos – o que somente aconteceria se antes houvesse um acordo que assegurasse e mantivesse tais projetos, independentemente das mudanças. Outro fator importante é a vontade política para efetivar os referidos projetos.

Atualmente, e na perspectiva da gestão compartilhada e da conservação integrada, os projetos buscam oferecer às comunidades autônomas as condições de se manterem independentes a despeito do Centro, a partir do cuidado com as áreas que ocupam. Entende-se a necessidade da participação dos moradores do Centro para a sua preservação e desenvolvimento, assim como a mudança de foco do objeto para a pessoa, uma vez que os mesmos indivíduos, tendo condições de se manterem, possam, então, manter seus espaços. Infelizmente parece que tudo isso ainda acontece teoricamente, pois na prática, não se verificam mudanças efetivas.

Percebe-se a ausência e importância da implementação de ações educativas para além dos moradores do Centro Histórico e cidadãos comuns. Técnicos, funcionários, gestores, governantes, comerciantes e demais interessados na questão precisam ser pensados como público alvo, bem como devem ser pensados materiais específicos para cada público, tornando viável a efetivação e internalização de políticas de preservação do patrimônio.

Por fim reafirma-se que as Cartilhas são válidas, desde que estejam inseridas em um contexto de preservação e ações, onde as mesmas sirvam como subsídios para as ações educativas em prol do patrimônio cultural de São Luís. Dissociadas da função de “conhecer para preservar”, não há que se falar em instrumentos da ação educativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLBUM DO MARANHÃO 1908. Fotográfico e Composição de Gaudêncio Cunha. Rio de Janeiro, SPLA.

ÁLBUM COMEMORATIVO DO 3º CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS. Capital do Estado do Maranhão, 1612-1912. São Luís: Typ. Teixeira, 1913.

ALCÂNTARA, Dora Monteiro e Silva. ***Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão.*** Rio de Janeiro: Fontana, 1980.

ANDRÉS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. ***Centro Histórico de São Luís Maranhão: patrimônio mundial.*** São Paulo: Audichromo, 1998.

ANDRÉS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. ***Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: análise crítica do processo de preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada.*** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, MDU. Recife, 2006.

ASSUNÇÃO, Patrícia Ribeiro de. ***Educação patrimonial de São Luís: estudo sobre a atuação dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural de São Luís.*** Monografia (graduação). Curso de Turismo, UFMA, 2007.

BALBINO, Renato (coord.). ***Manual de realibitação das áreas urbanas centrais.*** Brasil. Ministério das Cidades/Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI. Brasília, 2008.

BEISIEGEL, Celso de Rui. ***Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil.*** São Paulo: Ática, 1982.

BOGÉA, Kátia Santos; BRITO, Stella Regina Soares de; PESTANA, Raphael Gama (org.). ***Centro Histórico de São Luís, Patrimônio Mundial.*** São Luís, 2007.

_____, Kátia Santos; BRITO, Stella Regina Soares de; PESTANA, Raphael Gama (org.). ***Centro Histórico de São Luís, Patrimônio Mundial.*** São Luís, 2005.

_____, Kátia Santos. **Desterro, um bairro além dos mapas**. Palestra apresentada a 1ª Oficina PEP – Programa de Especialização em Patrimônio/ Caderno de Estudos do PEP/ Contribuição dos Palestrantes. Vassouras, RJ, 2006. IPHAN/MinC/UNESCO.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação**. Rio de Janeiro: IPHAN/DEPRON, 1986.

_____. **O que é o método Paulo Freire**. Editora brasiliense, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988**. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 38ª edição. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasil: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. **Relatório de Atividades 1999-2000**.

_____. Ministério da Cultura. IPHAN. **Relatório de Atividades 2003-2004**.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental**. - Brasil: MEC/SEF, 1998.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **Além do Rio Anil: urbanização e desenvolvimento sustentável**. Estudo sobre a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, MDU, Recife, 2002. Capítulo 4.

CARTA DE NOVA OLINDA. **Documento final do I Seminário de Avaliação Planejamento das Casas do Patrimônio**, Nova Olinda – CE, 2009.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara Casco. **Sociedade e educação patrimonial**. (Textos Especializados/Educação Patrimonial – disponíveis em: <<http://portal.iphan.gov.br/potal/montarPaginaSecao.do>>. Acesso em 18/08/2009.

CHAGAS, Mário. **Educação, museu e patrimônio: tensão, devoção e adjetivação**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/potal/montarPaginaSecao.do>>. Acesso em 18/08/2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Teatro das memórias sociais e do patrimônio cultural: a educação patrimonial em perspectiva**. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BEZERRA, Márcia (organizadores). **Os caminhos do patrimônio no Brasil**. Goiânia: Alternativa, 2006.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Editora Perspectiva. S.A., 2ª Edição, 1985.

CULTURA, Secretaria Executiva de. **Série informar para preservar 1**. Belém, 2002.

_____, **Construindo e Preservando Palmas: Esse Patrimônio é seu**. Palmas, 2000.

EMPRESA MARANHENSE DE TURISMO S.A. **Subsídios para a história do turismo no Maranhão**. (coordenadora) Zelinda Machado de Castro e Lima. Governo Ivar Saldanha. Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. MARATUR. Diretora Presidente, Zelinda Machado de Castro e Lima, 1982.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo. **Plano municipal de gestão: a revitalização do centro histórico de São Luís**. In: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard (organizadores). **Intervenções em centros urbanos: objetivos e resultados**. Barueri, SP: Manole, 2006.

- _____, José Marcelo (org.) **São Luís: uma leitura da cidade**. Prefeitura de São Luís/ Instituto de Pesquisa e Planejamento da cidade. São Luís: Instituto da cidade, 2006, 94p.
- FERREIRA, Márcia Milena Galdes. **Tudo é Desterro? Construção e desconstrução de regiões no Centro Histórico de São Luís**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão, 2005.
- FONSECA, Maria Cecília L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ – MINC – IPHAN, 1997.
- FUNARI, Pedro Paulo, PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico cultural**. Coleção Passo-a-Passo. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006.
- GISIGER, John. **Renovação Urbana da Praia Grande**. São Luís: Sioge, 1979.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, IPHAN, 1996.
- GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO/SECMA/SPC/DPE: **Inventário Fotográfico do Centro Histórico de São Luís área de tombamento Estadual**. Foto: Nazareno Almeida. São Luís, 2010.
- GRUBERG, Evelina. **Manual de atividades e práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. IPHAN, 1999.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira. **Educação patrimonial: o que é educação patrimonial**. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2003/ep/tetxt1.htm>. Acesso em 18/08/2009.
- INFORMATIVO DO MinC sobre o programa monumenta. **A Restauração de Natividade**. Revista Almanaque Cultural do Tocantins, 2000.

Monumenta e celebração da nossa história: O patrimônio histórico, artístico e cultural de Natividade. Revista Almanaque Cultural do Tocantins, 2001.

Uma nova política para o patrimônio. Patrimônio, Educação e História. Revista Almanaque Cultural do Tocantins, 2002.

IPLAM – Instituto de Pesquisa e Planejamento do Município. **Diretrizes para regulamentação do plano diretor para o centro histórico.** São Luís: IPLAM/PMSL, 1998.

IPHAN. **Cartas Patrimoniais.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

_____. **Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

_____. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus bois. A trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil, 1936/2006.** Brasília, 2006.

3ª SR/IPHAN. **Prevenção de Incêndios Centro Histórico de São Luís.** Coord. e texto de Kátia Santos Bogéa e Cel. Getúlio Pereira. São Luís-MA, 2004.

_____. **Manual de Conservação Preventiva da Capela de São José das Laranjeiras.** Texto de Kátia Santos Bogéa e Stella Regina Soares de Brito. São Luís-MA, 2004.

IPHAN/MONUMENTA. Série Preservar e Desenvolver: **Jóias Artesanais de Natividade – Tocantins,** 2006.

LEITE FILHO, Deusdédit Carneiro. **A proteção do patrimônio cultural arquitetônico e o Governo do Estado do Maranhão: a relação entre a população residente e a ação preservacionista.** Deusdédit Carneiro Leite Filho, Lenir Pereira dos Santos Oliveira e Solange de Jesus Gouvêa Gomes. São Luís, 1997.

_____, Deusdédit Carneiro. **Zé Grafite e Tijolinho em: uma mudança radical.** DPHAP-MA, São Luís, 1995.

- _____, Desdédit Carneiro. **Arqueologia do Maranhão**. Textos de Deusdédit C. Leite Filho e Eliane Gaspar. Arte de Terciano e Projeto Gráfico de Henrique Dias. Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão - CPHNAM, São Luís, 2008.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico?** São Paulo: Brasiliense, 1ª edição, 1981.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** Ed – São Paulo, Cortês, 2005.
- LIMA, Clarisse V. Fraga de M. ET al. **Goiana, refletindo sobre o patrimônio cultural**. Recife: FUNDARPE, 2008 32.:il. Projeto de Educação Patrimonial para os municípios de Goiana e Igarassu (PE) da FUNDARPE/Programa Monumenta/UNESCO. LIMA, Clarisse. V. Fraga de M.; BARTHEL, Cecília; MORAES, Lívia; PESTANA, Fábio; SIQUEIRA, Moysés. Recife, 2008.
- LIMA, Clarisse V. Fraga de M. ET al. **Igarassu, refletindo sobre o patrimônio cultural**. Recife: FUNDARPE, 2008 32.:il. Projeto de Educação Patrimonial para os municípios de Goiana e Igarassu (PE) da FUNDARPE/Programa Monumenta/UNESCO. LIMA, Clarisse. V. Fraga de M.; BARTHEL, Cecília; MORAES, Lívia; PESTANA, Fábio; SIQUEIRA, Moysés. Recife, 2008.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BEZERRA, Márcia (organizadores). **Os caminhos do patrimônio no Brasil**. Goiânia: Alternativa, 2006.
- LIMA, Viana de. **Histórico Integrante do Relatório e Propostas para a Conservação, Recuperação e Expansão**. São Luís, 1973. UNESCO.
- LOPES, Antônio. **Dois estudos maranhenses**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1975.
- LOPES, José Antônio Viana Lopes. **Capital Moderna e Cidade Colonial: o pensamento preservacionista na história do urbanismo ludovicense**. Recife, 2004. Dissertação de Mestrado em desenvolvimento Urbano – UFPE.
- _____, José Antônio Viana. **Os intelectuais e a preservação do patrimônio cultural em São Luís**. In: PONTUAL, Virgínia; SÁ CARNEIRO, Ana Rita. (Org.) **História e paisagem: ensaio urbanístico do Recife e de São Luís**. Recife: Bagaço, 2005.

- LOPES, Raimundo. **A natureza e os monumentos culturais.** Artigo disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/Revista%20do%20patrimonio-2.htm>. - na primeira revista do SPHAN, 1937. Acesso em 05/07/2010.
- MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.
- MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão. **Plano Estadual da Cultura 2007-2010.** Governo do Estado do Maranhão, 2007.
- MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão – SECMA/Centro de Criatividade Odylo Costa Fila – CCOCF. **Memorial dos 30 anos de Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, (1979-2009),** São Luís, 2009.
- MARTINS, Ananias. **São Luís: fundamentos do patrimônio cultural dos séculos XVII, XVIII e XIX.** São Luís: SANLUIZ, 2005.
- MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. **Imaterialidade criadora.** In: TEIXEIRA, João Gabriel L. C., et al (org). **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização.** Brasília: ICS/UnB, 2004.
- _____. Ana Elisabete de Almeida. **Materialidade e imaterialidade criadoras: o global, o nacional e o local na construção do patrimônio mundial: o bairro do Recife como caso.** Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília. Brasília, 2002. Capítulos 1 e 2.
- MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão.** 4ª ed. Rev. Imperatriz, MA: Ética, 2008.
- MELO, Rosândrea Maria Lopes. **“Educação Patrimonial em Museus como Recurso de Identidade e Memória”**, monografia do curso de turismo da UFMA, 2007.
- NAJJAR, Jorge; NAJJAR Rosana. **Reflexões sobre a relação entre educação e arqueologia: uma análise do papel do IPHAN como educador coletivo.** In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BEZERRA, Márcia (organizadores). **Os caminhos do patrimônio no Brasil.** Goiânia: Alternativa, 2006.

NORONHA, Raquel omes. **No Coração da Praia Grande: representações sobre a noção de patrimônio na Feira da Praia Grande**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão – UFMA, 2007.

PANERAI, Phelipe. **Análise Urbana**. Editora Universidade de Brasília, 2006.

PREFEITURA, **Cartilha de Educação Patrimonial**. Prefeitura Municipal de São Luís. Coordenadoria de Patrimônio Cultural – CPC da Fundação Municipal de Cultura - FUNC, São Luís, 1997.

_____, **Desterro: uma proposta de reabilitação**. Prefeitura Municipal de São Luís – São Luís: QG Qualidade Gráfica e Editora, 2005. 62p:il.

_____, **Desterro: um bairro além dos mapas**. Prefeitura Municipal de São Luís – São Luís: QG Qualidade Gráfica e Editora, 2005. 82p:il.

_____, **Plano de Reabilitação Urbana do Bairro do Diamante – Diagnóstico e Diretrizes**. São Luís, 2008.

PONTUAL, Virgínia; ZANCHETI, Silvio; LIRA, Flávia; MILFONT, Magna; HARCHAMBOIS, Mônica; CABRAL, Renata; PICOLO, Rosene. **Metodologia para a identificação e autenticidade do patrimônio cultural: o caso do Istmo de Recefe e Olinda – PE**. Publicação: Texto para Discussão – serie 3: Identificação do Patrimônio Cultural. Olinda, 2009. Volume 39/2009. Disponível em <http://www.ceci-br.org>. Acesso em 01.06.2010.

RELATÓRIO, **Apresentação do Projeto Viver o Desterro do Programa de Educação Patrimonial**. Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís/IPHAN/Grupo de Estudos e Pesquisas do Patrimônio e Memória – UFMA/Associação dos Moradores do Centro Histórico/ Patrocínio VALE. São Luís, 2004.

_____, **Apresentação do Plano de Reabilitação para o Desterro**. Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais. Elaboração de Projetos de infra-estrutura e requalificação de espaços de uso público em áreas centrais. Trabalho Social/Ministério das Cidades. São Luís, 2005 /2006.

_____, **Teatro das Memórias – Ação cultural no Centro Histórico de São Luís**. Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís/IPHAN/Associação dos Moradores do Centro Histórico/ Responsável Técnico pelo projeto: Creudecy Silva, São Luís, 2007.

RELATÓRIO, **Reunião Técnica de Pirenópolis**. Brasília, 2004.

RELATORIO Técnico, **1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial**. São Cristoval – Sergipe, 2005.

RELATÓRIO de **Avaliação do Curso de Extensão Educação Patrimônio Cultural**. Niteroi – RJ. Iphan/Laboep-UFF, 2007.

RELATÓRIO, **Curso de Extensão Educação, Turismo e Patrimônio Cultural**. Niterói-RJ, 2008.

Relatório, **1ª Oficina de Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio**. Niterói, IPHAN/Laboep-UFF, Niterói-RJ, 2008.

RELATÓRIO Síntese do **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural – Sistema Nacional do Patrimônio Cultural: Desafios, Estratégias e Experiências para uma Nova Gestão**. Disponível em: <<http://www.portal.iphan.gov.br/portalFcdAnexo.do?id=1380>>. Acesso em 12/04/2010.

SANTOS, Antônio Miranda dos (coord.). **Patrimônio, Identidade e Ação**. Cooperação UNESCO/Programa Monumenta/Ministério da Cultura. Fundação Cultural do Tocantins. Coordenadora Técnica do Programa Monumenta UEP/Natividade: Simone Camelo Araújo. EQUIPE DO PROJETO PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E AÇÃO: Antônio Miranda dos Santos-historiador e coordenador do projeto. Eliane Castro de Sousa-socióloga; Luciano Pereira da Silva-historiador; Valéria Maria Pereira Alves Picanço-arquiteta e urbanista. Natividade-TO, 2008.

SANTOS, Camila Henrique. **Educação patrimonial: uma ação institucional e educacional**. In: **Patrimônio: práticas e reflexões**. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2007.

SÃO LUÍS, Secretaria Municipal de Turismo. **São Luís, turismo e memória: uma década de experiências da gestão pública municipal**. Organizadora, Maria do Socorro Araújo – São Luís, 2007.

SCHLEE, Andrey Rosenthal; MEDEIROS, Ana Elisabete; FERREIRA, Oscar Luís. **Intervenção patrimonial**. In: BUSTO ROMERO, Marta Adriana (org.). **Reabilitação ambiental sustentável arquitetônica e urbanística**. Brasília: FAU/UnB, 2009.

SCIFONI, Simone (org.). **Bom Retiro memória urbana e patrimônio cultural: coletânea de textos para a educação patrimonial**. IPHAN. São Paulo, 2007.

SEGALA, Lygia Segala. **Identidade, educação e patrimônio o trabalho do Laboep**. (Textos Especializados / Educação Patrimonial – Disponíveis em: <<http://portal.iphan.gov.br/potal/montarPaginaSecao.do>>. Acesso em 18/08/2009.

SERRA, Geraldo G. **Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. Editora USP. São Paulo, 2006.

SILVA, F. Olavo Perreira de. **Arquitetura luso-brasileira no Maranhão**. 2ª ed. Belo Horizonte: Formato, 1986.

SILVA, Creudecy Costa da. **Nos labirintos do patrimônio: representações sobre o bairro do Desterro**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. São Luís, 2005.

_____, Creudecy Costa da. **Desterro meu Bairro, meu Patrimônio**. Textos Creudecy Costa da Silva, Flávia Luz Pessoa de Barros, Lucy Mary de Jesus Pereira Costa; [fotos Edgar Rocha]. São Luís, 2007.

SILVA, Fernando Fernandes da. **Mário e o Patrimônio um anteprojeto ainda atual**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 30/2002 – Mário de Andrade. (org.) Marta Rossetti Batista. Artigo disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 25/05/2011.

SINOT, Marta Litwinczik. **Quem me quer, não me quer: Brasília, metrópole-patrimônio**. São Paulo, Annablume, 2005.

SOARES, Enne Moreira Lima. **Educação patrimonial no centro histórico de São Luís**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFMA. São Luís, 2010.

SOBRAL, Armando (coord.). **Mémória Viva: pequeno guia de educação patrimonial**. Presidente: Luis Inácio Lula da Silva/Ministro da Cultura: Juca Ferreira/Governadora do Estado do Pará: Ana Júlia Carepa/ Secretário de Estado de Cultura:

Edilson Moura da Silva/Câmara Setorial de Políticas Socioculturais: Cincinato Marques de Souza Júnior/Instituto de Artes do Pará-IAP: Jaime de Oliveira Bibas/ Conselho Diretor do IAP/ Coordenação Geral: Armando Sobral/ Pesquisa e Texto: Elna Trindade e Armando Sobral. PARÁ, 2008.

SOUSA, Raimundo Nonato da Silva de. **Educação ambiental e cidadania no ensino médio**. Organização de Raimundo Nonato da Silva de Sousa. _ São Luís: GDH/Fundação Sôsândrade, 2003.

SOUZA, Alex Oliveira. **Patrimônio de São Luís: um estudo sobre a sustentabilidade do processo de conservação do patrimônio cultural edificado do centro histórico da cidade de São Luís do Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, MDU. Recife, 1999.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de (org.) **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri, SP: Manoele, 2006.

Sites:

<http://portal.iphan.gov.br/>

<http://www.revista.iphan.gov.br/>

http://www.Monumenta.gov.br/acoes_e_projetos/educacao_patrimonial

<http://www.Tvebrasil.com.br/salto/boletins2003>

ANEXOS

Anexo I - Tabela para levantamento geral dos instrumentos e ações educativas em São Luís.

Anexo II - Tabela com levantamento e análise dos instrumentos em prol da preservação do patrimônio cultural e arquitetônico de São Luís.

Anexo III - Perguntas e/ou Roteiro de entrevistas.

Anexo IV - Lista dos entrevistados, autores de textos dos instrumentos analisados.

ANEXO I – Tabela para levantamento geral dos instrumentos e ações educativas em São Luís

MODELO DA TABELA 30 – Levantamento das Ações Educativas executadas ao longo do tempo, voltadas para a preservação do patrimônio cultural e arquitetônico de São Luís do Maranhão por órgãos e instituições de preservação e/ou a eles ligados (3ªSR/IPHAN, SPC, DPHAP-MA, DPE, CPHNAM, FUMPH, SETUR Estadual, SETUR Municipal, SEDUC e SEMED)




Tabela 30 – Tabela para levantamento geral dos instrumentos e ações educativas em São Luís


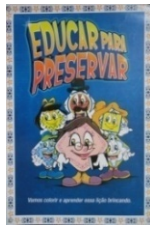

UNIVERSO DE INSTRUMENTOS	ANO	ESPECIFICAÇÃO (nome do livro, cartilha...)	OBSERVAÇÃO (síntese)
LIVRO/ GUIA			
CARTILHA/ MANUAL			
FOLDER/ CARTAZ/ PANFLETO/ LIVRETO/ CALENDÁRIO/TAPUMES EDUC.			
JORNAL/ ÁLBUM ILUSTRADO			
VÍDEO			
PALESTRA/ SEMINÁRIO			
OFICINA/ TRABALHO/ MAQUETE			
CURSO/ MINI-CURSO			
PROGRAMA/ PROJETO			
EXPOSIÇÃO			
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA			





ANEXO II – Tabela com levantamento e análise dos instrumentos em prol da preservação cultural e arquitetônico de São Luís



MODELO DA TABELA 31 – Levantamento dos instrumentos em prol da preservação do patrimônio cultural e arquitetônico, publicações nas modalidades cartilhas, manual e livro didático em São Luís do Maranhão por órgãos e instituições de preservação e/ou a eles ligados (3ªSR/IPHAN, SPC, DPHAP-MA, DPE, FUMPH, SETUR Estadual, SETUR Municipal, SEDUC e SEMED)

Tabela 31 – Tabela com levantamento e análise dos instrumentos em prol da preservação do patrimônio cultural e arquitetônico de São Luís. Levantamento, Características e Síntese das Cartilhas de EP em São Luís.

CARTILHAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PUBLICADAS PELOS ÓRGÃOS DE PRESERVAÇÃO							
ANO/ ÓRGÃO/ PUBLICAÇÃO	CONTEXTO DA ELABORAÇÃO DA CARTILHA	AUTOR DO TEXTO/ TIRAGEM/ PATROCÍNIO	TIPO/ EXTENSÃO ESPACIAL	PÚBLICO ALVO	OBJETIVO	LINGUAGEM UTILIZADA	SÍNTESE (A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO E OS TEMAS ABORDADOS NAS CARTILHAS)
1995 DPHAP-MA  Cartilha Zé Grafite e Tijolinho em: Uma mudança radical	<p>Elaborada em meio às intervenções arquitetônicas e urbanísticas do PPRCHSL na área federal de tombamento, promovidas pelo governo do Estado, e as crescentes intervenções descaracterizantes na área de proteção estadual.</p>	<p>Deusdédit Carneiro Leite Filho (arqueólogo e então diretor da DEPR do DPHAP-MA)</p> <p>8.000 mil exemplares</p> <p>Patrocinado pelo Governo Espanhol</p>	<p>Revista em quadrinhos 20 páginas l x h (cm) 15,8 x 22,5</p> <p>Centro Histórico da Cidade de São Luís</p>	<p>Moradores e usuários do Centro Histórico e crianças e jovens do ensino básico.</p>	<p>Contribuir para a veiculação e circulação de conhecimentos acerca do patrimônio edificado da cidade.</p> <p>Envolver a população local com questões patrimoniais que fazem parte do seu cotidiano.</p> <p>Conscientizar e sensibilizar alunos para a importância da valorização e preservação do patrimônio cultural edificado de São Luís.</p>	<p>A cartilha pretendia atingir seu público alvo, tratando o conteúdo de modo lúdico. Utiliza-se de linguagem simples com textos curtos em tiras e desenhos que completam as informações do texto.</p>	<p>Entendimentos e questões como: patrimônio cultural e edificado, tipologias arquitetônicas, formação histórica, principais características do acervo, e o envolvimento da população local com questões patrimoniais e parte do cotidiano seu cotidiano – abandono, licenciamento de obras na área tombada, tombamento, responsabilidades do Estado e do cidadão no processo, o direito à isenção do IPTU para quem mantivesse as características essenciais do prédio preservadas, conservação, adaptação e uso, personagens que contribuíram com a história da cidade e memória cultural.</p>
1997 CPC/FUNC Coordenação de Patrimônio Cultural do Município (Subordinado na época à FUNC)  Cartilha de Educação Patrimonial	<p>Momento em que São Luís recebeu o Título de Patrimônio Mundial e a prefeitura criou sua Coordenação de Patrimônio Cultural.</p>	<p>Ananias Alves Martins (historiador e então coordenador do CPC) e participação das arquitetas da referida coordenação, Karla Nunes e Patrícia Miranda</p> <p>1.000 mil exemplares</p> <p>Patrocinador: FUNC</p>	<p>Texto informativo com perguntas e respostas 19 páginas l x h (cm) 12 x 21</p> <p>Cidade de São Luís (pretendida e não alcançada)</p>	<p>População de São Luís em geral com foco nos moradores do Centro Histórico.</p>	<p>Facilitar o entendimento da população sobre assuntos ligados ao patrimônio cultural de São Luís.</p> <p>Divulgar o patrimônio da cidade – nas dimensões municipal, estadual, federal e mundial - e marcar a inserção da prefeitura de modo mais concreto no contexto das ações preservacionistas.</p>	<p>A cartilha pretendia atingir seu público alvo, tratando o conteúdo de forma direta e colocando respostas para as perguntas, ou dúvidas mais comuns dos moradores do Centro Histórico, na época, relacionadas ao patrimônio.</p>	<p>Questões ligadas ao patrimônio cultural - mundial, ao tombamento, licenciamento de obras na área tombada, responsabilidades do Estado e do cidadão no processo, o direito a isenção do IPTU para quem mantivesse as características essenciais do prédio preservadas, conservação, adaptação e uso, patrimônio imaterial e significados culturais.</p>
2001 Reedição em 2008  Cartilha As Lições de Turisminho	<p>Instrumento do projeto "Turismo Educativo", que integra um plano de turismo, que por sua vez faz parte do Programa Hospitalidade e Profissionalismo da SETUR, órgão que enquanto planejador e gestor do turismo de São Luís fomenta ações de proteção patrimonial, ambiental, a partir de recursos turísticos.</p> <p>O projeto Turismo Educativo tem origem em meados dos anos de 1990, no curso de turismo da UFMA, desenvolvido pela profª Mª do Socorro Araújo com a participação de um corpo</p>	<p>Janete Chaves (turismóloga) da SETUR e Márcia Souza (pedagoga)</p> <p>1ª edição: 1.000 exemplares</p> <p>Patrocinador SEMED</p>	<p>Revista em quadrinhos 12 páginas l x h (cm) 15 x 20,5</p> <p>Cidade de São Luís</p>	<p>Alunos da rede municipal de ensino</p>	<p>Sensibilizar e orientar alunos da rede municipal de ensino da cidade para a importância do turismo como fonte de preservação e valorização do patrimônio, utilizando informações sobre o turismo, educação patrimonial e ambiental.</p> <p>Conduzir para boas práticas de cidadania.</p>	<p>Pretendia atingir seu público alvo por meio da aproximação com o personagem Turisminho, que abre o diálogo e passa as informações de forma leve e lúdica, com linguagem simples e objetiva. O material utiliza-se de imagens e símbolos com intuito de complementar de forma lúdica e colorida o conteúdo curto do texto.</p>	<p>Conceito de turismo, oferta turística; cita os atrativos históricos, e mais emblemáticos da arquitetura local, dos atrativos culturais e naturais, mostrando que sem eles o turismo não sobrevive.</p>

	técnico. Quando a SETUR foi criada em 1997 e a prof. ^a Araújo foi convidada para assumir a secretaria, levou consigo seu projeto.						
<p>2004 3ª SR/IPHAN 3ª Superintendência Regional do 3ª SR/IPHAN</p>  <p>Manual de Conservação Preventiva da Capela de São José</p>	<p>Durante a restauração da Capela de São José das Laranjeiras, dos seus bens móveis e integrados, como ação educativa, para orientar os trabalhos de manutenção cotidiana da Capela, e foram disponibilizados aos responsáveis pela manutenção do bem tombado e comunidade do entorno no ato da entrega da obra para a comunidade.</p>	<p>Kátia Bogéa (historiadora e Superintendente Regional do IPHAN) e participação da arquiteta Stella Regina Soares de Brito</p> <p>Tiragem de 300 exemplares</p> <p>Patrocinadores: IPHAN/MinC</p>	<p>Texto informativo (Livreto) 54 páginas 1 x h (cm) 15 x 21</p> <p>Comunidade do entorno por responsáveis pela manutenção da capela</p>	<p>Responsáveis pela manutenção da Capela e comunidade local</p>	<p>Orientar, colaborar e facilitar o trabalho de manutenção cotidiana da Capela e seus bens móveis, servindo ainda para conhecimento da comunidade</p>	<p>Pretendeu atingir seu público por meio de informações para conhecimento da comunidade e desenvolvimento da consciência da prevenção, uso adequado e conservação preventiva dos bens, e orientar a comunidade acerca dos procedimentos de manutenção da Capela e seus bens móveis.</p>	<p>Abordou questões históricas da capela, estilo e elementos construtivos; por que preservar; conceituou manutenção, conservação, preservação e restauração; ressaltou os elementos característicos, a recuperação, as substituições e acréscimos aos bens; chamou a atenção para o uso inadequado e as causas da deterioração e envelhecimento dos materiais; citou formas de evitar danos e perdas aos bens. E lembrou o título que a cidade recebeu.</p>
<p>2004/2005 e 2006 Associação de Amigos do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho</p>  <p>Cartilha Educar para Preservar</p>	<p>No âmbito do projeto maior chamado "A Arte Azulejar no Maranhão" - que nasceu da ideia colocar em funcionamento a Oficina Escola de Azulejaria -, e teve como finalidade a atualização e ampliação do Inventário de Azulejos efetuado por Dora Alcântara.</p> <p>No âmbito do projeto foram produzidos três tipos de materiais: os catálogos de azulejos; uma coleção de cartões postais e a cartilha educacional.</p>	<p>Sr^a Zelinda Lima (pesquisadora em folclore e cultura popular, então diretora do referido Centro de Criatividade) e participação da arquiteta Margareth Figueiredo.</p> <p>Tiragem de dois mil exemplares na 1ª edição 2000 exemplares.</p> <p>Patrocinador: VALE</p>	<p>Revista em quadrinhos 6 páginas 1 x h (cm) 21 x 30</p> <p>Área Itaqui-Bacanga</p>	<p>Alunos das escolas municipais de São Luís, da área Itaqui-Bacanga.</p> <p>Eventualmente recebeu alunos da rede particular de ensino</p>	<p>Divulgar os azulejos de interesse para a preservação existentes na cidade de São Luís e mais 3 (três) cidades do Maranhão: Alcântara, Caxias e Viana</p>	<p>De modo lúdico se propôs a trabalhar o material com o auxílio de uma profissional da educação (curso de letras) e dois alunos do curso de arquitetura.</p>	<p>Conteúdos sobre dados históricos das cidades, conservação do patrimônio histórico e cultural, azulejos de interesse para a preservação e sua procedência; abordou a tipologia arquitetônica, o uso das cantarias e azulejos, citou o tombamento, os elementos e materiais originais; lembrou que existem critérios para intervenção arquitetônica e colocou o patrimônio como responsabilidade de todos.</p>
<p>2005 3ª SR/IPHAN Colaboradores: DPHAP-MA, FUMPH e Núcleo Gestor</p>  <p>Cartilha Centro Histórico de São Luís – Patrimônio Mundial</p>	<p>Pensado como parte da programação da semana de comemoração pelo aniversário de São Luís como Patrimônio da Humanidade, percebe-se também uma tentativa de caracterizar uma ação compartilhada.</p>	<p>Kátia Bogéa (historiadora e Superintendente Regional do IPHAN) e participação dos arquitetos Stella Regina Soares de Brito e Raphael Pestana</p> <p>Tiragem de 3000 exemplares</p> <p>Patrocínio do IPHAN/MinC</p>	<p>Texto informativo que lembra um livro ou livreto, mas denominado como cartilha pela própria Superintendência Regional do IPHAN, e que está explícito na parte interna do material.</p> <p>58 páginas. 1 x h (cm) 18 x 20</p> <p>Área tombada federal e pequeno trecho da estadual, coincidindo com a área reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Mundial.</p>	<p>Moradores e usuários do Centro Histórico de São Luís.</p>	<p>Informar acerca dos valores históricos e culturais, e orientar os moradores e usuários da área do Centro, reconhecida como Patrimônio Mundial, a respeito das intervenções arquitetônicas, sobre o que não é permitido, e quais os seus direitos e deveres para com o patrimônio.</p> <p>Proporcionar visibilidade para as ações da 3ª SR/IPHAN.</p>	<p>Pretendeu atingir o público alvo por meio da informação e orientação.</p> <p>Seu conteúdo aborda questões históricas, conceituais de conservação, restauração, tombamento e preservação, seus instrumentos; trata de legislação e normas; inventário e o registro.</p>	<p>Informações sobre volumetria, tipologia, elementos característicos das edificações, os critérios que possibilitaram o título pela UNESCO. Coloca os documentos necessários para análise e aprovação de projetos; trata dos engenhos publicitários, cita o Decreto-Lei nº 25 de 1937; cita o papel dos moradores e toda a sociedade para com o patrimônio.</p>

<p>2006 3ªSR/IPHAN</p>  <p>Cartilha Prevenção de Incêndios, Centro Histórico de São Luís: Patrimônio Mundial</p>	<p>Segundo a superintendente, a 3ªSR/IPHAN trabalha com diagnóstico e não houve uma motivação para que a cartilha fosse publicada naquele momento, simplesmente surgiu a oportunidade e o recurso. Entretanto no ano anterior a publicação da cartilha a igreja do desterro teve sua instalação elétrica recuperada e foi verificada a situação de risco em que se encontravam as estruturas de muitos imóveis, podendo ser um motivador.</p>	<p>Kátia Bogéa (historiadora e Superintendente Regional do IPHAN) e do Cel. Getúlio Pereira (Comandante do Corpo de Bombeiros)</p> <p>Texto informativo 36 páginas</p> <p>Tiragem de 3000 exemplares 1 x h (cm) 20 x 20</p> <p>Patrocínio do IPHAN/MinC</p>	<p>Área de tombamento que coincide com aquela reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Mundial</p>	<p>Moradores do centro Histórico</p>	<p>Orientar sobre a importância da preservação do patrimônio de São Luís e sobre os procedimentos básicos de prevenção e combate ao princípio de incêndio</p>	<p>Pretendeu alcançar seu objetivo por meio de informação e orientação.</p>	<p>Assuntos como: conceito de patrimônio cultural material, bens móveis e imóveis, lembrando que existe critério antes de intervir em um prédio tombado, incentiva a prática cotidiana de conservação preventiva, destaca o título de Patrimônio Mundial, a responsabilidade de todos com o patrimônio, aborda a importância de um plano de emergência contra incêndio e orienta como agir.</p>
<p>2006 Iniciativa particular</p>  <p>Cartilha São Luís, cidade gostosa de amar</p>	<p>Após o desenvolvimento pela professora Costa da história e peça teatral para o Projeto Turismo Educativo da SETUR do Município. Quando saiu da Secretaria em 2001, levou a peça e deu continuidade a apresentação teatral em escolas da cidade, adaptando em 2006 seu trabalho para uma cartilha educativa em revista em quadrinhos. Para tanto os autores contrataram a empresa "Dupla Criação".</p>	<p>Professores da UFMA (o antropólogo, prof. Norton F. Corrêa e a arte-educadora profª Izabel Mota Costa) e participação do Prof. e historiador Ananias Martins</p>	<p>Revista em quadrinhos 28 páginas 1 x h (cm) 15 x 21,5</p> <p>Escolas e Espaços culturais da cidade</p>	<p>Principalmente crianças e jovens, mas também pode ser utilizada por diferentes públicos</p>	<p>Familiarizar desde cedo a criança com fatos históricos da cidade, seu patrimônio cultural, fazendo com que as novas gerações percebam o valor, a importância e o significado do Patrimônio Mundial</p>	<p>Conteúdos abordados de forma lúdica e coloridos.</p>	<p>O material faz uma abordagem histórica sobre a cidade, trata o patrimônio de modo abrangente, cita personagens que fazem parte da história, aborda questões de tradição, usos, costumes, saberes; cita imóveis e lugares emblemáticos do Centro Histórico.</p>
<p>2006 Secretaria do Turismo do Maranhão, a atual SETUR-MA</p>  <p>Cartilha Os viajantes do pião do tempo</p>	<p>A gráfica contratada da SETUR-MA para elaborar a cartilha educativa com o tema Patrimônio Histórico, por sua vez contratou a empresa de publicidade chamada "Dupla Criação" para criação do material. A empresa contratada havia adaptado no mesmo ano uma peça teatral para revista em quadrinhos, com temática voltada ao patrimônio cultural e histórico da cidade, de professores da UFMA. A "Dupla Ação" entregou para a SETUR-MA uma cartilha similar aquela dos professores da UFMA, sobre patrimônio cultural e história de São Luís.</p>	<p>Iramir Araújo</p>	<p>Revista em quadrinhos 29 páginas 1 x h (cm) 15 x 21</p> <p>Centro Histórico e eventualmente escolas da cidade.</p>	<p>Segundo informações obtidas na SETUR-MA, o público é o turista, podendo ser utilizada nas escolas e por quem mais se interessar</p>	<p>Divulgação do patrimônio histórico e cultural do Maranhão para turistas e público infanto-juvenil. Curiosamente a cartilha não tratou do patrimônio histórico, cultural e ambiental, existentes em outras cidades do Maranhão, e seguiu o mesmo roteiro, história e linha de pensamento da cartilha anterior.</p>	<p>Pretendeu atingir seu público de forma lúdica e abordando as mesmas questões da cartilha anterior.</p>	<p>O material faz uma abordagem histórica sobre a cidade, trata o patrimônio de modo abrangente, cita personagens que fazem parte da história, aborda questões de tradição, usos, costumes, saberes; cita imóveis e lugares emblemáticos do Centro Histórico; e contatos da SETUR e SETUR-MA, para informações ao turista.</p>
<p>2007 Reedição com acréscimo de capítulos 3ªSR/IPHAN Colaboraram: DPHAP-MA, FUMPH e Núcleo Gestor</p>  <p>Cartilha Centro Histórico de São Luís – Patrimônio Mundial</p>	<p>Por ocasião do aniversário dos dez anos de São Luís Patrimônio Mundial, a 3ªSR/IPHAN providenciou a reedição da cartilha de EP "Centro Histórico de São Luís – Patrimônio Mundial."</p>	<p>Kátia Bogéa (historiadora e Superintendente Regional do IPHAN) e participação dos arquitetos Stella Regina Soares de Brito e Raphael Pestana</p>	<p>Texto informativo que lembra um livro ou livreto, mas denominado como cartilha pela Superintendência. Regional do IPHAN</p> <p>70 páginas 1 x h (cm) 18 x 20</p> <p>Área tombada federal e pequeno trecho da estadual, coincidindo com a área reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Mundial</p>	<p>Moradores e usuários do Centro Histórico de São Luís</p>	<p>O objetivo era sensibilizar a população, em particular os moradores da área reconhecida pela UNESCO, a participarem das ações de preservação do patrimônio cultural, orientando-os quanto aos procedimentos para intervenções nas edificações históricas, detentoras de características físicas especiais. O material foi acrescentado de capítulos como Patrimônio Cultural e Isenção de IPTU.</p>	<p>Pretendeu atingir o público alvo por meio da informação e orientação.</p>	<p>Mesmo texto da cartilha de 2005, acrescido de alguns capítulos como: Patrimônio Cultural e Isenção de IPTU. Texto apresenta contextualização histórica; conceito de patrimônio cultural, bens imateriais e materiais; lei de isenção de IPTU para imóveis inseridos em área tombada de São Luís, desde que preservadas suas características arquitetônicas originais e, mantidas em bom estado de preservação.</p>

<p>2007 3ºSR/IPHAN</p>  <p>Livreto Desterro Meu Bairro, Meu Patrimônio</p>	<p>Nasceu da necessidade percebida durante a execução do projeto, em ajudar os facilitadores das oficinas do projeto de EP na condução e abordagem dos temas que antes ficavam soltos e eram casuais.</p> <p>Instrumento elaborado para a sistematização, organização, estruturação e viabilização dos conteúdos nas oficinas que precisavam ser trabalhado a cada ano com esse público.</p> <p>É fruto de pesquisas e experiências desenvolvidas anteriormente para aquela área, pelo Grupo de Pesquisa Memória e História do curso de Sociologia da UFMA coordenado pelo professor Alexandre Corrêa, que era chamado de Ação Cultural; do conhecimento acumulado pela equipe responsável pelo texto como a Creudecy, que fez parte do Grupo de Pesquisa quando mestrando em sociologia.</p>	<p>Cleudecy Costa da Silva (arquiteta, historiadora e mestrad em ciências sociais pela UFMA) com participação da ex-aluna do PE/IPHAN (Flávia Luz Pessoa de Barros) e Lucy Mary de Jesus Pereira Costa</p>	<p>Lembra um livro didático com atividades e também uma cartilha 50 páginas l x h (cm) 29 x 21</p> <p>Bairro do Desterro – Centro Histórico de São Luís</p>	<p>Participantes das oficinas de EP e moradores do local.</p>	<p>Teve por objetivo motivar os participantes do projeto a se sentirem parte da história local, difundindo o conhecimento sobre patrimônio cultural, na perspectiva de propiciar a construção de trocas culturais e gerar redes de integração para o exercício da cidadania e responsabilidade perante o patrimônio</p>	<p>Textos e desenhos coloridos e fotos.</p>	<p>Traz aspectos históricos do bairro; história de imóveis e lugares enquanto referenciais simbólicos; conceito de EP; conceito de patrimônio cultural, memória individual e coletiva, identidade, monumento, cultura, bens materiais e imateriais. Aborda a questão do trabalho e espaço físico do Bairro do Desterro, seus principais símbolos, o patrimônio local, as relações entre o passado, presente e futuro e os 10 anos de São Luis como Patrimônio Mundial. Obs.: o texto/material foi elaborado ao final de um projeto de EP.</p>
<p>2008 CPHNAMA</p>  <p>Cartilha Arqueologia do Maranhão</p>	<p>Em perspectiva que pudesse atender questões pertinentes dentre as atividades do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, criando em 2002.</p>	<p>Deusdédit Carneiro Leite Filho (arqueólogo e diretor do CPHNMA e Eliane Gaspar (arqueóloga do Centro de Pesquisa)</p>	<p>Revista ilustrada 20 páginas l x h (cm) 20 x 15</p> <p>Estado do Maranhão</p>	<p>Alunos da educação básica, visitantes das exposições temáticas e permanentes do Centro de Pesquisa, comunidades do interior do Maranhão, servindo para outros públicos</p>	<p>Divulgar e apresentar a arqueologia histórica do Maranhão, o trabalho do arqueólogo e seus objetos de investigação; conscientização da população da importância do conhecimento e valorização do patrimônio arqueológico regional e oferecer apoio didático aos profissionais da área de educação, cujos alunos constituem o público que frequenta as exposições do referido museu.</p>	<p>Texto informativo e imagens em cartum colorido.</p>	<p>As edificações antigas, contribuindo para o entendimento do processo de ocupação dos sítios, sua memória arqueológica, surgimento das cidades, os diferentes padrões de assentamentos, sua cultura material e seu cotidiano, diferentes etnias que fizeram parte da herança do povo maranhense, recuperação de técnicas e sistemas construtivos que orientam ações restaurativas no patrimônio edificado.</p>

ANEXO III – Perguntas e/ou roteiro de entrevistas

Perguntas aos autores sobre os instrumentos em prol da preservação do patrimônio cultural e arquitetônico na modalidade cartilha, manual e livro didático.

1. Em que contexto e época as cartilhas foram elaboradas?
2. As cartilhas encontram-se inseridas em alguma política de preservação? Qual? Existe uma política de preservação?
3. Qual a metodologia ou diretrizes utilizadas nas cartilhas?
4. Como os conceitos são filtrados até chegarem ao público alvo?
5. A linguagem, o discurso e o público encontram-se em harmonia?
6. A linguagem da cartilha alcança o público alvo?
7. Quais os objetivos das cartilhas? Foram atingidos?
8. Como foi o processo e o que foi a experiência? Houve avaliação? Que tipo?
9. Qual a tiragem das cartilhas? Qual o ano da 1ª publicação e das outras edições? Quem patrocinou?

ANEXO IV – Lista dos entrevistados, autores dos textos dos instrumentos analisados

Lista dos Entrevistados, autores de textos dos instrumentos analisados (ano de 2011).

Retorno do Questionário respondido em 21.03.2011

1. Sr. Deusdedit Carneiro Leite Filho, arqueólogo autor do texto e então diretor da Divisão de Estudos, Pesquisas e Referências – DEPR do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e paisagístico do Maranhão - DPHAP-MA.

Cartilha “Zé Grafite e Tijolinho em: Uma mudança radical”, publicada em 1995.

2. Sr. Deusdedit Carneiro Leite Filho, arqueólogo e chefe do CPHNAM - Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão da Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão - SECMA. Autor do texto junto com Eliane Gaspar.

Cartilha “Arqueologia do Maranhão”, publicada em 2008.

Entrevista em 25.01.2011

3. Prof.º Ananias Alves Martins, historiador e então coordenador da Coordenação de Patrimônio Cultural do Município CPC da Fundação Municipal de Patrimônio – FUNC, atual FUMPH. Autor do texto com participação de duas arquitetas já mencionadas.

Cartilha “Cartilha de Educação Patrimonial”, publicada em 1997.

Retorno do questionário respondido em 16.03.2011.

4. Sr^a Zelinda Mahado de Castro e Lima, pesquisadora em folclore e cultura popular, então diretora do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho e Coordenadora Geral do Projeto “A Arte Azulejar no Maranhão” – do qual a cartilha foi um item e instrumento do Projeto Geral. Autora do texto com participação da arquiteta Margareth.

Cartilha “Educar para Preservar”, publicada em 2005.

Entrevista em 18.01.2011

5. Prof^a Margareth Figueiredo, do curso de Arquitetura da UEMA, e arquiteta da SPC/SECMA, ex-diretora do DPHAP-MA, ex-superintendente do patrimônio cultural do Maranhão e ex-superintendente da 3^aSR/IPHAN.

Participou do texto da cartilha de dona Zelinda, supracitada.

Cartilha “Educar para Preservar”, publicada em 2005.

Entrevista em 31.01.2011

6. Prof. Norton F. Corrêa, antropólogo e professor da UFMA. Um dos autores do texto da cartilha junto com a prof.^a Izabel Mota Casto, arte-educadora do Departamento de Artes da UFMA, com assessoria do prof. Sr. Ananias Martins.

Cartilha “São Luís cidade gostosa de se amar”, publicada em 2006.

Entrevista em 07.02.2011

7. Sr. Iramir Araújo, historiador e membro da empresa de publicidade “Dupla Criação.” Responsável pelo texto da cartilha da antiga Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento do Turismo/Secretaria de Turismo do Maranhão, atual SETUR-MA.

Cartilha “Os viajantes do pião do tempo”, publicada em 2006.

Entrevista em 02.03.2011

8. Prof^a Cleudecy Costa da Silva, do IFMA, antigo CEFET, do curso de turismo. Arquiteta, historiada, mestre em ciências sociais pela UFMA. Fez parte do projeto de Educação Patrimonial da 3^a SR/IPHAN-MA. Autora do texto com participação da historiadora e ex-aluna do PEP/IPHAN-MA, Sr^a Flávia Luz Pessoa de Barros e a Sr^a Lucy Mary de Jesus Pereira Costa.

Cartilha “Desterro Meu Bairro Meu Patrimônio”, publicada em 2007.

Entrevista em 14.02.2011

9. Prof.^a Janete Chaves, do curso de Turismo do IFMA, antigo CEFET, e ex-turismóloga da Secretaria Municipal de Turismo – SETUR. Autora do texto com participação da pedagoga.

Cartilha “As Lições de Turisminho”, publicação de 2001.

Entrevista em 30.03.2011

10. Sr^a. Kátia Santos Bogéa, historiada e Superintendente da 3^aSR/IPHAN. Autora dos textos das cartilhas.

“Manual de Conservação Preventiva da Capela de São José das Laranjeiras”, publicado em 2004, com participação da arquiteta Sr^a Stella Regina Soares de Brito;

Cartilha “Prevenção de Incêndio, Centro Histórico de São Luís: Patrimônio Mundial”, publicado em 2005, com participação do Cel. Getúlio Pereira, comandante do Corpo de Bombeiros;

Cartilha “Centro Histórico de São Luís – Patrimônio Mundial”, com a participação dos arquitetos Sr^a Stella Regina Soares de Brito e Raphael Gomes Pestana, FUMPH e DPHAP-MA, publicada em 2006 e reeditada em 2007 com acréscimo de dois capítulos.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília. Acervo 990059.

C837p Cos t a, Andréa Kat i ane Fer rei ra.
Pr eser vação do pat r imôni o cu l tura l e i ns t rument os
para a promoção de ações educat i vas : o caso de São
Luí s (1995-2008) / Andréa Kat i ane Fer rei ra Cos t a. - -
2011.
x i v , 211 f . : i l .

Di sser t ação (mes t rado) - Un i ver s i dade de Bras í l i a,
Facu l dade de Arqu i t etura e Urban i smo, Programa de
Pós -Graduação em Arqu i t etura e Urban i smo, 2011.
I ncl ui b i b l i ograf i a.
Or i ent ação: Ana El i sabet e de Almei da Medei ros .

1. Pat r imôni o cu l tura l - Prot eção - São Lui s (MA) .
I . Medei ros , Ana El i sabet e de Almei da. I I . Tí t u l o.

CDU 7. 025. 6